


Unesp  UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

ALINE RUBIANE DE CARVALHO PAVANI

**UM ESTUDO SOBRE A CRIAÇÃO DAS
INSTITUIÇÕES ESCOLARES DO MUNICÍPIO
DE ITÁPOLIS, SÃO PAULO, NA PRIMEIRA
METADE DO SÉCULO XX**



ARARAQUARA – S.P.
2017

ALINE RUBIANE DE CARVALHO PAVANI

**UM ESTUDO SOBRE A CRIAÇÃO DAS
INSTITUIÇÕES ESCOLARES DO MUNICÍPIO
DE ITÁPOLIS, SÃO PAULO, NA PRIMEIRA
METADE DO SÉCULO XX**

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras - Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de pesquisa: Estudos históricos, filosóficos e antropológicos sobre escola e cultura

Orientador: Prof. Dr. Carlos Monarcha

Bolsa: Capes

Pavani, Aline Rubiane de Carvalho

Um estudo sobre a criação das instituições escolares do município de Itápolis, São Paulo, na primeira metade do século XX / Aline Rubiane de Carvalho Pavani — 2017

111 f.

Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) —
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho",
Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara)

Orientador: Carlos Roberto da Silva Monarcha

1. Instituições escolares. 2. Grupo Escolar. 3. Escola Normal. 4. Ginásio do Estado. 5. Itápolis. I. Título.

Aline Rubiane de Carvalho Pavani

UM ESTUDO SOBRE A CRIAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE ITÁPOLIS, SÃO PAULO, NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras - Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de pesquisa: Estudos históricos, filosóficos e antropológicos sobre escola e cultura.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Monarcha

Bolsa: Capes

Data da defesa: 20/02/2017

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Prof. Dr. Carlos Roberto da Silva Monarcha
Universidade Estadual Paulista – Campus de Araraquara

Membro Titular: Prof. Dr. Tony Honorato
Universidade Estadual de Londrina

Membro Titular: Profa. Dra. Lidiany Cristina de Oliveira
Universidade Estadual de Minas Gerais

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

À minha mãe, Hercília, que nunca mediu esforços para que eu pudesse estudar e sempre acreditou em meus sonhos.

Ao meu pai, Angelo, que sempre esteve ao meu lado.

Ao meu esposo, Leandro, que suportou e me apoiou durante todos os momentos difíceis que se apresentaram durante esta pesquisa. Você foi essencial em cada segundo.

Aos meus amigos e familiares pelo apoio incondicional.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pois acredito que todas as oportunidades em minha vida são proporcionadas por ele, e sem ele nada disso teria sido possível.

Agradeço também ao Prof. Dr. Carlos Monarcha, meu orientador e grande incentivador de meu trabalho desde a graduação em Pedagogia. Muito obrigada pela confiança em meu trabalho e por ter proporcionado a possibilidade de meu sonho se tornar realidade.

Agradeço ao professor Antônio Cruz, diretor da E.E. “Valentim Gentil” por ter permitido o meu acesso às fontes documentais, localizadas na referida escola.

Agradeço ao Valentim Baraldi que disponibilizou todo o acervo digitalizado pertencente ao Museu histórico e pedagógico de Itápolis “Alexandre de Gusmão”, foi de grande valia.

Agradeço a CAPES pela concessão da Bolsa de Pesquisa no período de março de 2016 a março de 2017.

Agradeço por fim a todos aqueles que direta ou indiretamente fizeram desta pesquisa algo possível.

RESUMO

A criação das instituições escolares de Itápolis (SP) na primeira metade do século XX ocorreu em um contexto caracterizado pela expansão das fronteiras agrícolas, pelo crescimento imigratório e pela construção de ferrovias no oeste paulista. Neste estudo documental e bibliográfico analisamos a criação do Grupo Escolar (1913), a Escola Normal Livre (1929), o Ginásio do Estado (1935) e, por fim, a criação do Instituto de Educação “Valentim Gentil” (1958). Este estudo do conjunto da criação destas instituições traz subsídios para a compreensão do processo de expansão e/ou interiorização do sistema escolar paulista ao situar as inter-relações do poder municipal e poder estadual, isto é, poder local e poder central na criação de instituições escolares no período referido.

Palavras chave: Instituições escolares. Grupo Escolar. Escola Normal. Ginásio do Estado. Itápolis.

ABSTRACT

The creation of school institutions in Itápolis (SP) in the first half of the twentieth century occurred in a context characterized by the agricultural frontiers expansion, immigration growth and the railway construction in the west of São Paulo. In this documentary and bibliographic study we analyzed the School Group creation (1913), the Free Normal School (1929), the State Gymnasium (1935) and, finally, the creation of the Valentim Gentil Institute of Education (1958). This study of the creation of these institutions brings the understanding of the process of expansion and / or internalization of the São Paulo school system by locating the interrelations of municipal power and state power, that is, local power and central power in the creation of institutions in the referred period.

Key words: School Institutions. School Group. Normal School. State Gymnasium. Itápolis.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Mapa do município de Itápolis e suas divisas	26
Figura 2	Rótulo da aguardente Santo Eloy	32
Figura 3	Planta baixa modelo do Grupo Escolar de Itápolis	40
Figura 4	Fachada do projeto do Grupo Escolar de Itápolis	41
Figura 5	Inauguração do edifício do Grupo Escolar em 12 de outubro de 1913	41
Figura 6	Mapa da expansão das Escolas Normais Livres no estado de São Paulo	52
Figura 7	Vista do edifício da Escola Normal Livre	53
Figura 8	Localização geográfica dos Institutos de Educação do estado de São Paulo entre 1933 e 1970	58
Figura 9	Número de estabelecimentos de instrução pública criados ou transformados em Instituto de Educação no período de 1933 a 1967	59
Figura 10	Vista lateral do edifício do Ginásio do Estado	66
Figura 11	Fachada do Ginásio Estado	67

LISTA DE QUADROS

Quadro I	Panorama educacional do município em 1912	38
Quadro II	Panorama educacional do município em 1914	42
Quadro III	Panorama educacional do município em 1915	43
Quadro IV	Panorama educacional do município em 1917	43
Quadro V	Panorama educacional do município em 1922	44
Quadro VI	Panorama educacional do município em 1924	44
Quadro VII	Panorama educacional do município em 1925	44
Quadro VIII	Número de matrículas no Grupo Escolar	45
Quadro IX	Número de inscritos no exame de admissão de 1935 a 1945	71
Quadro X	Número de matrículas no ginásio do estado em 1935	72
Quadro XI	Matrículas no ginásio do estado no período de 1938 a 1945	72
Quadro XII	Cidades de residências dos alunos matriculados na 1ª série do Ginásio do Estado em 1935, 1936 e 1937	73
Quadro XIII	Nacionalidade dos pais de alunos matriculados na 1ª série do Ginásio do Estado em 1935, 1936 e 1937	74
Quadro XIV	Profissões dos pais de alunos matriculados na 1ª série do Ginásio do Estado em Itápolis em 1935, 1936 e 1937.	75
Quadro XV	Corpo docente de 1935 a 1945	81
Quadro XVI	Disciplinas de 1935 a 1941	83
Quadro XVII	Disciplinas oferecidas de 1942 a 1945	84

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
1 ITÁPOLIS E SUA MULTIFATORIALIDADE	20
1.1 Desenvolvimento de Itápolis: ferrovia e imigrantes	22
1.2 Política	26
1.3 Cultura	28
1.4 Economia	29
1.5 Contexto econômico e desenvolvimentista e a instrução pública	33
1.6 O Sr. Valentim Gentil	35
1.7 Início da instrução pública em Itápolis	36
2 O GRUPO ESCOLAR	39
3 ESCOLA NORMAL E INSTITUTO DE EDUCAÇÃO	48
3.1 Escola Normal Livre	52
3.2 O Instituto de Educação	54
3.2.1 Expansão dos Institutos de Educação e o IE “Valentim Gentil”	57
4 ENSINO SECUNDÁRIO	61
4.1 Criação do Ginásio Oficial do Estado	62
4.2 O reconhecimento	67
4.3 Exames de admissão	69
4.4 Matrículas no período de 1935 a 1945	71
4.5 Corpo discente	76
4.6 Práticas docentes	79
4.7 Organização didática – métodos de ensino	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS	89
ANEXO A - Decreto n. 7.105 – de 10 de abril de 1935	97

ANEXO B - Decreto n. 13.492, de 3 de agosto de 1943	98
ANEXO C - Decreto-lei n. 16.711, de 13 de janeiro de 1947	99
ANEXO D - Decreto n. 20.405, de 5 de abril de 1951	100
ANEXO E - Lei n. 4.751, de 23 de maio de 1958	101
ANEXO F - Relação dos IEs do estado de São Paulo de 1933 a 1975	102
ANEXO G - Itápolis, 1 de setembro de 1911	105
ANEXO H - Itápolis, 14 de setembro de 1911	107
ANEXO I - Exmo. Sr. Secretário do interior	108
ANEXO J – Secretaria d’Estado dos Negócios do Interior, nº 1870	109
ANEXO K - Secretaria d’Estado dos Negócios do Interior, nº1963	111

APRESENTAÇÃO

Sou natural de Itápolis, São Paulo, e os meus contatos com a educação escolarizada aconteceram na E.E. “Valentim Gentil”. Nesta instituição de ensino cursei quase todo o Ensino Fundamental I, o Ensino Fundamental II e o Ensino Médio.

Quando adulta trabalhei nesta instituição de ensino como agente de serviços escolares por um ano e, a então diretora, Janair Butarello Gentile (*in memoriam*) pediu-me para que organizasse o “memorial da escola”. Neste momento tive contato com o acervo de documentos de cunho administrativo que a escola possuía, fiquei extremamente encantada com tudo que encontrei, atas de vários tipos, livros de matrículas, relatórios, ofícios, memorandos, dentre outros documentos. Fiquei bastante interessada pelo acervo, mas somente após cinco anos, quando ingressei no Curso de Pedagogia, comecei a perceber a importância do material documental para os estudos e pesquisa em Educação.

A partir de então as ideias começaram a fervilhar, pensava ser necessário unir a minha primeira formação em Letras, obtida na Universidade do Sagrado Coração em Bauru, com o projeto de pesquisa que estava se delineando e acabei por entender que sendo professora, o interessante seria um estudo sobre a criação das instituições escolares no município de Itápolis.

O ingresso no Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da FCL -UNESP – Araraquara e o contato com meu orientador fez com que a pesquisa mudasse algumas vezes o foco. Após as sessões de orientações e consultas ao acervo do memorial da E.E. “Valentim Gentil” estabelecemos, como tema de estudo documental e bibliográfico, a criação das principais instituições de ensino no município de Itápolis, a saber, em ordem cronológica, o Grupo Escolar (1913), a Escola Normal Livre (1929), o Ginásio do Estado (1935), e por fim, a criação do Instituto de Educação “Valentim Gentil” (1958).

Na sequência passamos a consultar regularmente o acervo do referido memorial com o objetivo de compor o *corpus* documental para o desenvolvimento do estudo em questão com o auxílio da bibliografia produzida nos meios acadêmicos.

Em determinado momento do desenvolvimento do estudo documental e bibliográfico visitamos a Câmara Municipal de Itápolis (SP) com o propósito de consultar as atas das sessões dos vereadores para localizar outros dados documentais relativos à criação das instituições escolares do município, todavia, as atas anteriores a 1938 foram extraviadas em decorrência das mudanças e má acomodação do arquivo documental.

Delimitado o caminho a ser seguido para o desenvolvimento da pesquisa e com a análise documental em andamento, constatou-se a grande influência do município, poder local, na criação do Grupo Escolar, Escola Normal Livre e Ginásio Estadual. A partir desta constatação, formulou-se a seguinte questão de pesquisa: “Qual o papel do município e do estado na criação das principais instituições escolares na cidade de Itápolis (SP), região do oeste paulista, caracterizada pela expansão de fronteiras agrícolas, crescimento imigratório e construção de ferrovias, na primeira metade do século XX?”

Durante o levantamento da produção acadêmica sobre o tema pesquisado, percebeu-se que a partir da década de 1990 novos objetos passaram a ser estudados e novas fontes foram colocadas à luz no campo da educação como cadernos de alunos, livros didáticos, impressos escolares, fotografias, plantas etc. (cf. BUFFA, 2005, p. 36). Segundo Sanfelice (2015, 1) as pesquisas sobre instituições escolares estão crescendo desde a penúltima década do século XX. O autor assim ratifica a afirmação “[...] considero como um dado na área de conhecimento em que atuamos, de que vem se solidificando e quantitativamente se ampliando o número de pesquisas que se dedicam à História das Instituições escolares e/ou educativas.”

Tendo como certo que a área de pesquisa sobre instituições escolares está em ascensão, Nosella e Buffa (2013, p. 22) chamam a atenção para uma apreciação geral sobre o campo de pesquisa. Segundos os autores, entre 1971 e 2007, mediante consultas aos acervos da USP, Unesp, Unicamp, PUC-SP, PUC-RJ, UFRJ, UFMG, UFSCar, UFU, UNIMEP, dos arquivos da Anped e do Inep e os trabalhos realizados pelos grupos de estudos e pesquisas vinculados ao HISTEDBR, verificou-se a existência de 306 trabalhos sobre o assunto. Dentre os estudos sobre as instituições escolares, aparecem com frequência as instituições mais antigas como o “Colégio Caraça, o Seminário de Olinda, o Colégio Pedro II, a Escola Normal de São Paulo” (NOSELLA, BUFFA, 2013, p. 27) e estudos sobre os grupos escolares. No entanto ainda existem inúmeros diferentes tipos de instituições escolares com poucos estudos realizados a respeito, isto porque:

No Brasil, a preservação da memória não é um problema que atinge apenas as instituições escolares, de um modo geral, há um descuido com os documentos do passado. Felizmente, alguns são mais duradouros, tais como prédios escolares, e preservam o passado, apesar de nossa displicência. (NOSELLA, BUFFA, 2013, p. 38)

O itinerário teórico-metodológico a ser seguido neste estudo de modo a não perder o foco perante a profusão de dados empíricos é norteado por duas categorias: “a relação entre a instituição educativa e a comunidade envolvente” e os “municípios pedagógicos” conforme

formulação de Magalhães (2004). Para tanto, o estudo documental e bibliográfico foi norteado a partir das seguintes formulações conceituais de Magalhães (2004, p.134), isto é, “a relação entre a instituição educativa e a comunidade envolvente”, e as relações entre os “planos macro, meso ou micro histórico”. Para o autor, as relações entre estes diferentes planos, nada mais é que “compreender e explicar a realidade histórica de uma instituição e [...] integrá-la de forma interativa no quadro mais amplo do sistema educativo, nos contextos e nas circunstâncias históricas, implicando-a na evolução de uma comunidade [...] seu território e zonas de influência”. (MAGALHÃES, 2004, p. 133-134).

Desta forma foi possível reconceitualizar as instituições escolares ora em estudo, como totalidade¹, graças a uma “abordagem cruzada [...] por uma dialética de convergência/divergência/convergência e de uma reconceitualização espaciotemporal: o nacional/universal, o regional, o local” (MAGALHÃES, 2004, p. 134). Para o autor, esta forma de análise, possibilita representar a totalidade interna das instituições educativas, o meio social, cultural e político em que elas estavam inseridas e efetuar a relação destas duas totalidades, o que proporcionará a interpretação e narração histórica das instituições em questão, perfazendo assim o que foi chamado por Magalhães de abordagem macro, meso e micro.

Os “municípios pedagógicos”, outra categoria de análise considerada neste estudo, somente pôde ser cunhada graças à existência de uma legislação de ensino descentralizada, fato que permitiu aos municípios a possibilidade de iniciativas na criação de instituições escolares. Gonçalves Neto e Magalhães (2009, p. 2) esclarecem a produção em história da educação baseada no objeto epistêmico “história das instituições educativas e dos municípios pedagógicos”. Na palavra dos autores:

É uma prática investigativa caracterizada e orientada por uma matriz conceptual e um método relativamente uniformes, bem assim como pela transversalização de informação e de estratégia entre os investigadores. No que se refere à história da educação em Portugal e Brasil, quer as instituições educativas, quer o municípios pedagógicos são estruturantes da história local e são instâncias fundamentais na mediação entre a história local e a história nacional. (GONÇALVES NETO; MAGALHÃES, p. 2).

Para compreender o chamado “município pedagógico” como categoria de pesquisa é importante entender que, segundo Gonçalves Neto e Magalhães (2009, p. 3) o “local é a

¹ Totalidade, categoria cunhada por Magalhães (2007) é o resultado da “relação entre as instituições educativas e a comunidade envolvente” que proporcionará a visibilidade “das múltiplas dimensões da relação educativa e a instituição como totalidade, em permanente desenvolvimento.”

construção histórica resultante de uma dialética factorial entre emergência e cedência, tendo esta última frequentemente assumido a natureza de uma descentralização.” Em Portugal, a categoria de pesquisa “Municípios pedagógicos” está intrinsecamente ligada, segundo Gonçalves Neto e Magalhães (2009, p. 4), a ideia de que:

[...] os municípios portugueses assumiram uma estratégia de integração e de valorização local através da instrução pública. Ou seja, em termos de modelo histórico, a construção do município político e administrativo sempre envolveu a construção do município pedagógico”.

Já no Brasil, segundo Gonçalves Neto e Magalhães (2009, p.4), os primeiros sinais de descentralização e interferência dos municípios na instrução pública pode ser localizado na “lei orgânica dos municípios, de 1 de Outubro de 1828”.

Na esfera social, dentro da vertente teórica aqui examinada, entende-se a preocupação com a educação como “uma estratégia de desenvolvimento, integração, reconhecimento e consolidação de uma cidadania e de uma identidade municipal”. (GONÇAVES NETO; MAGALHÃES, 2009, p.6).

Com efeito, há, frequentemente, na história dos municípios referências a professores e a escola, inclusive nas denominações de ruas. A história da educação centrada nos municípios constitui um pretexto para a preservação, organização e valorização das fontes locais, mas sobretudo uma oportunidade e um argumento para conferir sentido histórico e, por tal, relevância cívica ao ofício de historiador. (GONÇALVES NETO; MAGALHÃES, 2009, p.6).

Desta forma esta categoria de análise, “municípios pedagógicos”, contribui para a “[...] compreensão do processo de formação dos sistemas educativos, brasileiro e português, mas poderá demonstrar a necessidade da mudança do ângulo de interpretação, estabelecendo o espaço municipal como um dos cenários privilegiados para a investigação da história da educação [...]” (GONÇAVES NETO; MAGALHÃES, 2009, p. 26)

Sabe-se, segundo Adão e Magalhães (2013, p.13) que em território português houve a inserção do município:

[...] como representante das populações e das comunidades locais, e sustentando o duplo desafio de reforçar a identidade histórica local e integrar a formação da Nação-Estado, polarizou a oferta educativa e cultural:

idealizou um horizonte educativo: governou e assegurou o desenvolvimento endógeno, instituiu e fez cumprir regras.

Nesta vertente de pensamento Adão e Magalhães (2013, p. 13) afirmam que a “iniciativa municipal foi determinante na aculturação escrita, e na escolarização como sociabilidade e meio de progresso.”

No caso do município de Itápolis houve forte influência do governo municipal na criação do grupo escolar, da escola normal e do ginásio estadual.

Eleitas e explicadas as categorias de análise, há a necessidade de fazer referência à narrativa historiográfica, esta “[...] deve refletir, em síntese, um processo investigativo de complexificação e integração, compreendendo e explicando a evolução institucional no quadro da realidade histórica sociocultural envolvente e inscrevendo-a no plano sistêmico.” (MAGALHÃES, 2004, p. 142). Na compreensão do autor a narrativa histórica não deve perder de vista a necessidade de apresentar uma história compreensível da “realidade institucional, na sua identidade e na sua evolução”.

Outro importante ponto a ser citado na construção metodológica desta dissertação de mestrado diz respeito à periodização histórica. Prost (2008, p. 107) enfatiza a importância de periodização na pesquisa histórica nos seguintes termos:

E em um primeiro nível, trata-se de uma necessidade prática: é impossível abranger a totalidade sem dividi-la. Do mesmo modo que a geografia recorta o espaço em regiões para poder analisá-lo, assim também a história recorta o tempo em períodos [...]. No entanto, nem todos os recortes têm o mesmo valor: será necessário encontrar aqueles que têm um sentido e servem para identificar conjuntos relativamente coerentes.

No entanto, para o autor é importante não se prender ao período histórico delimitado na pesquisa, isto porque “[...] frequentemente os acontecimentos se sobrepõem e imbricam”. No mais, a periodização possibilita ao pesquisador trabalhar com o conceito de tempo de maneira clara, preocupando-se, quando necessário, com a “continuidade e com a ruptura: “[...] periodizar é, portanto, identificar rupturas, tomar partido em relação ao variável, datar a mudança e fornecer-lhe uma primeira definição. Entretanto, no interior de um período, a homogeneidade prevalece”. (PROST, 2008, p. 107). Além de organizar a atividade de trabalho do pesquisador, a periodização proporciona a possibilidade da interpretação: “[...] a periodização identifica continuidades e rupturas; abre o caminho para a interpretação. Ela

torna a história não propriamente inteligível, mas, pelo menos, suscetível de ser pensada.” (PROST, 2008, p. 108).

É importante mencionar também a forma de tratamento dada ao arquivo da instituição escolar. Este foi e é visto como “um lugar privilegiado de informação e construção do sentido evolutivo para a história de uma instituição educativa.” Isto porque esta construção “[...] consiste numa progressiva dialética entre memória(s) e arquivo.” Desta forma há a necessidade de que se recupere e se revalorize materiais esquecidos e misturados, resultando em uma “(re)organização e frequentemente uma (re)classificação do arquivo já existente.” (MAGALHÃES, 2007, p.73-74).

Tendo por base as reflexões metodológicas acima consideradas e explicado a natureza do *corpus* documental, isto é, documentos de cunho administrativo — documentos escritos, manuscritos, datilografados e impressos; sendo estes livros de termo de visita, livros de matrícula, livros caixa-escolar, livros de notas e frequências dos alunos, livros de promoção nos cursos pré-normal, livros de atas de licença do ginásio, atas de exames, livros de aproveitamento e frequência dos alunos, atas de reuniões pedagógicas, termos de compromisso, termos de entrada e saídas de processos, protocolo postal do ginásio, registro de nomeação dos professores e atas de congregação, além da legislação específica e do farto material iconográfico sob a guarda da referida instituição.

Simultaneamente a análise deste material acima descrito, procedeu-se a análise da bibliografia referente à fundação e evolução da cidade de Itápolis, constante no acervo do Museu Histórico e Pedagógico “Alexandre de Gusmão”. Além da legislação oficial referida às instituições escolares ora em estudo, recorreremos constantemente à *Consolidação das leis e decretos do estado de São Paulo*.

Compreendido o caminho seguido na elaboração desta dissertação de mestrado em Educação, organizamos o texto da seguinte maneira:

O primeiro capítulo, intitulado Itápolis e sua multifatorialidade versa sobre a história de Itápolis e seu desenvolvimento influenciado pela imigração, pela expansão da malha ferroviária e das fronteiras agrícolas. No percorrer deste capítulo é possível compreender todo o processo histórico de criação do município de Itápolis (SP), passando pelo desenvolvimento sócio-econômico, este permeado pela expansão agrícola, pela imigração e pela expansão da estrada de ferro Douradense. Ainda, neste mesmo momento do texto há um tópico dedicado ao município e os primeiros passos dados na educação institucionalizada, há informações sobre as primeiras escolas isoladas e reunidas existentes na localidade e a taxa de alfabetização.

O segundo capítulo apresenta o panorama de criação do primeiro Grupo Escolar articuladamente a conjuntura educacional paulista. Nesta secção fica clara ainda, informações sobre o índice de alfabetização da população escolar do município. Estes números foram compilados dos *Anuário do ensino do estado de São Paulo* dos anos de 1915 a 1925.

O terceiro capítulo apresenta a criação da Escola Normal Livre, trazendo os aspectos legais desta criação, inseridos no contexto político - educacional do Estado de São Paulo na época de 1929, período de criação da Escola Normal Livre de Itápolis (SP). A segunda parte deste capítulo trata da transformação, em 1958, desta escola normal em Instituto de Educação, também trazendo o contexto político-educacional paulista do momento.

O quarto capítulo, intitulado “ensino secundário”, aborda a criação do ginásio estadual, nos seus aspectos legais, bem como seu percurso entre 1935 a 1945. Este capítulo é dividido em vários tópicos para que possa ser entendido os vários aspectos estudados sobre esta instituição escolar em específico. É possível encontrar informações referentes a algumas práticas do ensino secundário no período estudado, como os exames de admissão, além de tópicos que versam sobre o corpo discente e as práticas dos docentes.

Encerramos, com a seção “Referências” e os anexos A, B, C, D, E, F contendo cópias dos atos legais de criação das instituições em estudo e documentos manuscritos.

1 ITÁPOLIS E SUA MULTIFATORIALIDADE

A cidade hoje conhecida como Itápolis estava fora da rota dos Bandeirantes, razão pela qual até a metade do século XIX não havia registros de povoação naquelas redondezas.

Dadas as razões atrás, de estar esta zona fora da estrada dos “Bandeirantes”, o que não lhe permitiu o estabelecimento dos primeiros núcleos povoadores, não participamos também dos grandes movimentos nacionais e paulistas. Assim a guerra contra Lopez, de 1865 a 1870, a propaganda republicana iniciada em período anterior a 1887; a abolição em 1888; a República em 1889. (CALDEIRA, 1934, p.35).

Segundo Feres (1989), no ano de 1723, uma Bandeira partiu de São Paulo passando por essas regiões. A expedição mencionada estava a caminho de Goiás ou Cuiabá. Consta que o chefe da Bandeira, Sebastião Sutil de Oliveira e o padre Frutuoso da Conceição desfrutaram por um tempo destas paragens, sendo estes os únicos relatos que antecedem o começo da povoação.

O início do século de XIX foi marcado, dentro da história paulista, por inúmeras caravanas que procuravam estabelecer domínios no sertão paulista, era a ânsia por um pedaço de terra que fazia com que famílias rumassem para o sertão a fim de fixar residência e fazer fortunas nestas terras. Essas pessoas procuravam terras com abundante vegetação e água, o que fazia o cultivo da terra prosperar. Imbuídos deste sentimento, José Antonio de Castilho e sua esposa Ana Claudina do Sacramento rumaram para o sertão, passaram pela província de Araraquara, vindo a estabelecer moradia às margens do rio São Lourenço.

José Antonio de Castilho e os seus viveram muito tempo nesta localidade separados do resto da civilização, não havendo nenhum documento que comprovasse que a fazenda Boa Vista pertencia a José, no entanto tendo vivido mais de trinta anos em terras devolutas, pelas leis brasileiras da época, a terra passou a pertencer a José Antonio de Castilho. Somente no ano de 1842 houve a chegada de mais duas famílias à localidade. Estas eram chefiadas respectivamente por Pedro Alves de Oliveira e Miguel Landim e se estabeleceram às margens do Ribeirão dos Porcos, um curso de água. No ano de 1856, Pedro Alves de Oliveira propôs a compra da fazenda Boa Vista pertencente a José Antonio de Castilho e a mesma foi efetuada em 2 de maio de 1856 no cartório da vila de Araraquara.

Permaneceram até 1856 na melhor harmonia com Castilho a quem Pedro Alves de Oliveira propõe, afinal, comprar os terrenos daquele, realizando-se a operação conforme a seguinte escritura; lavrada em 2 de maio de 1856 no

cartório da Villa de Araraquara pertencente, na época, à comarca de Mogi Mirim, no livro n 6, folhas 80 e verso. (CALDEIRA, 1934, p. 44).

Segundo Caldeira (1934) uma vez dono da fazenda, Oliveira tentou iniciar a constituição de um povoado, o que não floresceu devido à falta de condições básicas de higiene, e que por sua vez causou a morte de algumas pessoas, provocando assim a dispersão de famílias que haviam se estabelecido no lugar. Até então, as duas famílias, Landim e Oliveira, haviam convivido em harmonia, mas começaram a surgir algumas rugas e Pedro Alves de Oliveira mudou-se com a sua família para a localidade, conhecida hoje como Itápolis, criando um arraial, cujo qual nomeou primeiramente de Boa Vistas das Pedras e em seguida de Espírito Santo do Córrego das Pedras. Para a criação da localidade foram doados 112 alqueires das posses de Pedro Alves de Oliveira na data de 6 de agosto de 1891, sendo esta doação lavrada por Abelardo Goulart, escrivão dos Órfãos do Termo de Araraquara.

No ano de 1871, ainda segundo Caldeira (1934) houve a elevação do povoado para curato², sendo que no mesmo ano foi nomeado cura o padre Salvador Tarallo. Em 5 de maio de 1886 o Barão de Parnaíba, vice-presidente da Província de São Paulo assinou a elevação de Espírito Santo das Pedras à categoria de Freguesia, agora com a designação de Pedras. Em 1891 foi instalado o Cartório de Paz, tendo como escrivão Francisco Hilário Pontes.

Mais tarde, explica Hauers (2000), através do Decreto n. 161, de 24 de abril de 1891 emancipou-se a freguesia e houve a elevação à categoria de vila, tendo por nome “Boa Vista das Pedras”. A partir de então foi necessário a eleição de um conselho municipal, tendo ganhado como presidente Antonio Florêncio da Silva e Terra e vice-presidente Manoel Francisco de Oliveira: “O Coronel Rodolfo Augusto de Moura, então Presidente da Câmara Municipal de Araraquara, veio proceder a instalação do município em 1891. Foi ele quem deu posse ao Primeiro Conselho da Intendência de Boa Vista das Pedras.” (HAUERS, 2000 p. 6).

Para que seja possível compreender o caminho trilhado por Pedras para conseguir ser sede de comarca, como desejavam seus habitantes que necessitavam fazer longas viagens quando precisavam tratar de assuntos referentes às leis, é necessário voltar no tempo e trazer à lembrança as duas famílias que vieram morar junto com José Antonio de Castilho, os Oliveira e os Landim. Como já foi mencionado, quando houve a necessidade da mudança de local para estabelecimento de povoação, os Landim foram embora e se estabeleceram perto da

² Segundo (Houaiss, 2004, p. 893) Curato: [...] “aldeia, freguesia pastorada por um cura.”

localidade de Pedras, fundando Ibitinga. A rivalidade entre as duas povoações foi crescendo até chegar ao ponto do qual se trata aqui, a posse do título de sede de comarca.

Tendo em vista os constantes esforços dos dois municípios em deter este título, o senhor Bernardino de Campos, presidente do Governo do Estado, em 22 de setembro de 1892, pelo Decreto 107-A, criou a comarca de Boa Vista das Pedras, dando-lhe a sede ao município de Ibitinga. Instaurou-se assim outro problema, Ibitinga tinha uma comarca com o nome de outro município e Pedras tinha uma comarca com sede em outro município. Ambos municípios procuraram seus direitos junto às instâncias cabíveis, mas, num primeiro momento, quem ganhou a causa foi o município de Ibitinga que, através da Lei n. 319 de 4 de junho de 1895, teve o nome da comarca modificado de Boa Vista das Pedras para comarca de Ibitinga. Depois de muitos problemas e contínuas retaliações em 1 de setembro de 1898, pela Lei n. 588, ficou revogada a lei n. 319 de 4 de junho de 1895, o que permitiu a transferência da Comarca de Ibitinga para Boa Vista das Pedras. Muitos problemas havia entre as duas cidades, por exemplo, a correspondência de Pedras ia toda para Ibitinga, chegando muito atrasada ao município de Pedras, mas um projeto de lei, aprovado pelo senado fez a comarca voltar para o município de Ibitinga, através do Parecer n. 16 de 23 de julho de 1902.

Somente em 22 de dezembro de 1910, a Lei. n. 1234 passou a comarca novamente para a cidade de Pedras, agora com a denominação de Itápolis. Junto com a Comarca, foi transferida, também, a delegacia de polícia de Ibitinga. Agora o município contava com uma delegacia de 3ª classe. Neste mesmo ano, foram criados na cidade o serviço telefônico, o teatro Apolo do Clube 15 de novembro e um jornal denominado *O Progresso*. No ano seguinte, outras benfeitorias continuaram a aparecer como a inauguração da luz elétrica, a inauguração da Escola de Música Salvador Camiti e surgia também outro jornal denominado *O Itápolis*. a Coletoria Federal também veio para cidade neste ano.

1.1 Desenvolvimento de Itápolis: ferrovia e imigrantes

O estado de São Paulo nas primeiras décadas do século XX encontrava-se em franco desenvolvimento econômico devido às lavouras de café. Este desenvolvimento proporcionou ao estado, segundo Love (1982, p. 372) “espantosa concentração de poder, num reduzido segmento de sociedade”. O autor ainda evidencia a elaborada coesão da economia paulista, mostrando a interdependência entre os setores da sociedade paulista, dizendo que “quase não ocorriam conflitos intersetoriais, dada a posição central do café no processo de acumulação de

capital, que gerou uma comunidade de interesses entre a agricultura e o comércio, o mesmo sucedendo, até certo ponto, com a agricultura e a indústria”.

Neste contexto de avançado desenvolvimento ficava clara a necessidade da construção de uma estrada de ferro. A região era próspera e o escoamento da produção cafeeira era dificultado devido à falta de infraestrutura. Em 1856 começaram os trâmites para a construção da ferrovia, mas somente em 1860 teve início a construção. No ano de 1867 a ferrovia chegava à Jundiaí.

A construção da Santos-Jundiaí veio dinamizar a exportação paulista e realizar um velho sonho: a viabilização da ligação entre o planalto e o litoral. A transposição da serra foi o ponto de partida de uma complexa rede de transporte que se espalhou pelo interior a dentro, a princípio como meio de levar o café ao porto, através do inúmeros ramais “cata-café” a que se refere o Prof. Odilon N. de Matos, mas cuja importância ultrapassaria os limites econômicos. (LIMA, 1986, p. 40).

Segundo Lima (1986, p. 41) antes da São Paulo Railway pensava-se ser impossível o cultivo do café a oeste de Rio Claro, isto porque o preço do frete sobreporia o lucro. Diante da necessidade da expansão da rede férrea, apresentou-se um cenário desolador, no qual a companhia inglesa não via interesse em prosseguir a construção da ferrovia e nem o governo tinha condição de bancar os custos. A única saída foi a união dos “fazendeiros, capitalistas e homens públicos” que, juntos, fundaram a “Companhia Paulista de Estradas de Ferro”. Em 1872 começou a funcionar o trecho de Campinas à Jundiaí: “Assim, em 1872 já estavam delineadas as Companhias Ituana, Sorocabana e Mogiana. A rapidez com que se espalharam as raias e prolongamentos, geralmente sem qualquer planificação, foi um reflexo da expansão cafeeira cada vez mais para oeste.” (LIMA, 1986, p. 47). No ano de 1892, segundo a publicação Imesp (1992, p. 7), a “Paulista adquiriu a Estrada de Ferro de Rio Claro a Araraquara construída pelo Visconde do Pinhal e de propriedade de uma companhia inglesa”. É importante esclarecer ainda que em torno dessas grandes ferrovias existiam “uma grande quantidade de pequenas ferrovias de variadas bitolas e extensões que eram operadas como captadoras de mercadorias, passageiros e animais para as maiores” (NUNES, 2005, p. 49). Essas pequenas ferrovias eram de suma importância para sub-regiões onde estavam localizadas, movimentando a economia como as grandes ferrovias o faziam.

A continuidade das linhas a partir de Rio Claro, até as pontas das linhas em Araraquara (1885) e Jaú (1887), dava-se por meio dos trilhos da Companhia

E. F. de Rio Claro, em bitola de um metro. Assim, em 1890, uma linha imaginária ligando os municípios de Araraquara, Jaú e Botucatu, demarcava o limite da expansão ferroviária em direção à região denominada oeste. (NUNES, 2005, p.56).

A fundação da Douradense é datada em dezembro de 1900, esta foi necessária devido à “[...] expansão da agricultura paulista em direção às novas zonas e também diante da recusa da Companhia Paulista em prosseguir além de Ribeirão Bonito.” (NUNES, 2005, p. 58). A ferrovia passou então a se expandir cada vez mais para oeste e centro-oeste. Em seu itinerário podiam ser citadas as seguintes cidades: Ribeirão Bonito, cidade em que a Paulista desistiu de dar continuidade em seus trilhos; Boa Esperança do Sul, Gavião Peixoto, Nova Paulicéia, Nova Europa, Bocaina, Bariri, Tabatinga, Ibitinga, Jaú, Brotas, São João das Três Barras, Dourado, Matão, Itápolis, Itajobi, Espírito Santo, Mundo Novo, Monte Belo, Carradão, Borborema e Novo Horizonte.

As aberturas das estações Java, Ponte Alta, Gavião Peixoto, Nova Paulicéia e Nova Europa na linha-tronco, em 1908, estavam em sintonia com o desenvolvimento que ocorria naqueles municípios. No mesmo ano da inauguração dessas estações, á exceção de Nova Paulicéia, quatro delas foram classificadas dentre as dez estações de maior receita da Companhia. [...] No final de 1910, foram abertas dez estações. Essas novas estações arrecadaram, em 1911, 50% da receita total e 60% do frete obtido pela Companhia com o transporte de café. Apenas três novas estações – Bocaina, Bariri e Ibitinga – arrecadaram juntas, 45% da receita total da companhia. (NUNES, 2005, p. 61).

Fica clara aqui a importância que a Douradense teve no crescimento dessa região do estado de São Paulo, sendo, portanto, importante para Itápolis, cidade vizinha de Ibitinga. No entanto, nesta cidade, somente em 1915 as linhas da Douradense chegaram. Em 10 de outubro inaugurava-se o serviço ferroviário. Nas palavras de Sudário (1934) na tarde desse dia, por entre delirantes aclamações da população, chegava o primeiro comboio da Companhia Douradense, tirado pela locomotiva n. 7. No entanto os municípios de Tabatinga e Ibitinga, como já foi dito anteriormente, já contavam com extensões da Douradense em seus limites.

A estação de Bariri, localizada a 170 km de São Carlos, que em 1910 estava dentre as cinco que menos arrecadavam, subiu para o terceiro lugar na relação das dez maiores arrecadadoras, em 1912, e ocupou o primeiro lugar de arrecadação com o frete do café em 1916-17. A partir de 1919, Bariri, Itápolis, Bocaina, Bica de Pedra (a 92 km de São Carlos) e Pedro

Alexandrino (68 km de São Carlos) passaram a liderar a produção de frete de café da Douradense. (NUNES, 2005, p. 65).

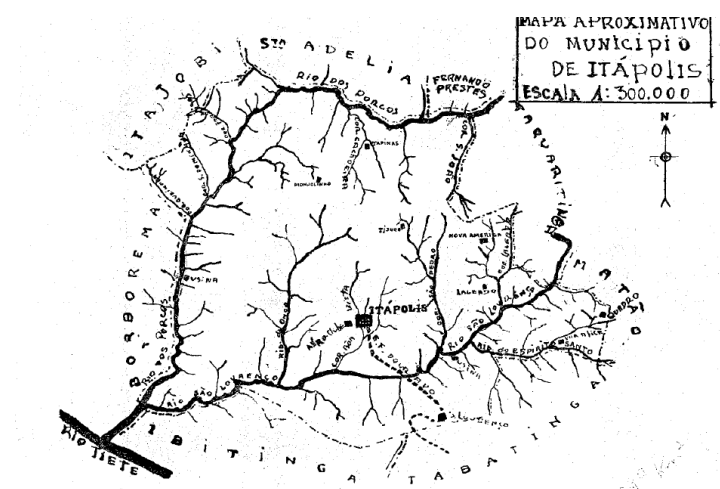
No trecho acima citado fica claro o quanto a ferrovia foi importante para o crescimento dos municípios pelos quais ela passava, ao mesmo tempo em que, determinados municípios se despontavam na produção cafeeira, trazendo maior rentabilidade à ferrovia. Todo o desenvolvimento até aqui alcançado pelo povo pedrense não contou com mão de obra escrava. Segundo Hauers (2000) a mão de obra mais utilizada foi a de imigrantes italianos. Nunes (2005, p.64) ratifica esta informação, dizendo que o crescimento da região do oeste e centro-oeste paulista estava ligado ao crescimento da preferência dos imigrantes às cidades que compunham o trajeto da “Douradense”, Nunes (2005) também constata que o número de imigrantes, a partir de 1905, que preferiam as cidades além de São Carlos e Araraquara cresceu muito.

A tendência, de maior preferência pelos municípios além de São Carlos e Araraquara a partir de 1905 até pelo menos 1908 (em que Araraquara liderou a preferência dos imigrantes, com 1.478 pessoas, enquanto os demais municípios receberam 1.295, e São Carlos recebeu 844 imigrantes). Em 1918, os demais municípios recebiam quase que o dobro de imigrantes em relação a Araraquara e quatro vezes mais do que São Carlos. (NUNES, 2005, p. 65).

Por volta do ano de 1934, o panorama da cidade de Itápolis era o seguinte, localizada a noroeste da capital paulista, contava com dois rios que banhavam a cidade: o São Lourenço e o Ribeirão dos Porcos. Em suas terras cultivava-se algodão, café, cana, cereais e fumo, também havendo a pecuária, mas não de forma sistematizada. A indústria não era muito desenvolvida, contando apenas com duas fábricas de macarrão, duas de sabão, uma de bebida, uma de doce e algumas máquinas de beneficiamento de algodão. O comércio, segundo Caldeira (1934) contava com 154 casas comerciais, dentre lojas e armazéns. A comunicação entre as cidades vizinhas era feita através de estradas municipais, uma vez que na época não existiam rodovias estaduais.

Nesta época, ainda segundo Sudário (1934) a cidade tinha 45.000 habitantes, sendo 5.000 moradores da zona urbana, desta forma a população caracterizava-se essencialmente rural, havendo ~~havense~~ havendo 2 dois distritos: Tapinas e Nova América, Bairro do Quadro, Monjolinho e Vila Alice.

Figura 1- Mapa do município de Itápolis e suas divisas.



Fonte: Sudário (1946, p. 35).

O nome Itápolis foi idealizado por José Belarmino Fernandes e Salvador Del Guércio, de forma que o prefixo ITA- significa pedra e o sufixo –PÓLIS tem o significado de cidade. Segundo Hauers (2000), os idealizadores do nome acreditavam que este soava melhor e não seria confundido com outro lugar.

1.2 Política

Segundo Leme (1938) até por volta dos anos de 1927 não havia envolvimento ativo da população local com a política estadual e nacional, o que havia eram preocupações municipais. É interessante mencionar, segundo Leme (1938), que a política municipal não se fazia de forma tão pacífica, muitos problemas e animosidades ocorriam, sendo necessária, algumas vezes, a intervenção do delegado para que alguma pendência fosse solucionada entre oponentes políticos. Somente em 1928 com a redação de um manifesto escrito por Odilon Negrão, inaugurou-se o Partido Republicano Popular de Itápolis. No citado manifesto, Odilon Negrão escancarava à população o que havia se tornado a política itapolitana, que para ele se restringia à troca de favores, ao compadresco e ao filhotismo, sendo esquecida a cidade que necessitava de atenção especial em inúmeros pontos. Nas palavras de Leme (1938) a carta não foi bem recebida por aqueles que estavam no poder, no entanto houve uma mudança na postura dos mesmos e a cidade passou a discutir mais amplamente sobre questões políticas.

Houve também, nesta mesma época, a redação de uma carta endereçada ao presidente do governo do Estado de São Paulo Júlio Prestes, na qual o descontentamento com a política da cidade e a vontade da população itapolitana em trabalhar em prol da comunidade

eram demonstrados. No decorrer da carta eram explicitados todos os pontos nos quais os liberais³, redatores da carta, em nome do partido republicano, pretendiam trabalhar, chamando para junto de si toda a responsabilidade pelo futuro desenvolvimento do município. A carta foi assinada por inúmeros cidadãos.

Em 1929 Valentim Gentil⁴, figura conhecida no município, foi eleito deputado estadual, nas palavras de Feres (1989), reelegendo-se tantas vezes quantas se candidatou tal o seu valor moral e intelectual. Esse político muito intercedeu para o crescimento da sua cidade natal. Em 1942, com a promulgação da Carta Magna da Nação, os estados brasileiros deveriam preparar suas próprias Constituições, sendo que neste momento Valentim Gentil era presidente da Assembleia legislativa e no dia 9 de julho de 1947 o mesmo assinou a constituição paulista. No entanto veio a falecer no ano seguinte.

Outro acontecimento que veio mexer com a política local foi a contratação de um jovem médico-cirurgião Dr. Eduardo do Amaral Lyra, no ano de 1943. Este Foi eleito prefeito e deputado estadual. No entanto, aqueles que eram contrários à eleição de Eduardo do Amaral Lyra não fizeram mais uso do hospital a ponto de construírem um novo, inaugurado em 1953, denominado Casa de Saúde e Maternidade “São Lucas”.

Falando em saúde é importante lembrar, segundo Feres (1989), um empreendimento muito importante para que os cidadãos gozassem de boa qualidade de vida foi a construção da Santa Casa de Misericórdia da cidade. Segundo o autor, no dia 13 de junho de 1926 formou-se uma comissão para a construção de um hospital para Itápolis. A tal comissão era composta por quarenta e uma pessoas, dentre médicos, políticos e personalidades importantes da sociedade local. A partir da constituição da primeira mesa administrativa, iniciou-se a

³ Os liberais eram os formadores do Partido Republicano Paulista, Segundo Casalecchi (1987, p. 183-184) “[...] A oligarquia paulista empenhava-se no domínio do poder federal, sem descuidar de açambar a política do Estado”. O autor diz que os oligarcas paulistas tinham a necessidade de ter poder no cenário político, fundando assim o PRP. No entanto, para o autor, em São Paulo, a “ação do Partido Republicano Paulista, impunha-se ambigüidade [...] de um regime que ao ser republicano era oligárquico e a de uma sociedade liberal e ao mesmo tempo discricionária” (CASALECCHI, 1987, p. 184).

⁴ Segundo documento publicado em 2006 pela Assembleia Legislativa de São Paulo denominado “Galeria dos presidentes da assembleia legislativa de São Paulo”, Valentim Gentil Paulista de Itápolis, nasceu em 14 de fevereiro de 1900. Advogado formado pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco em 1921, foi Delegado de Polícia e Promotor Público. Iniciou a vida política como Vereador à Câmara Municipal de Itápolis (1926/27). Elegeu-se Deputado Estadual, permanecendo na Câmara Estadual até esta ser dissolvida pela Revolução de 1930. Participou da Revolução Constitucionalista de 1932, ao lado dos paulistas. Prefeito de Itápolis (1935) e Deputado Estadual Constituinte (1935), liderou a Maioria (1935-36). Renunciou ao mandato em 1936 para exercer o cargo de Secretário de Estado da Agricultura na gestão de Armando de Salles Oliveira. Em 1938, foi nomeado advogado do Banco do Estado de São Paulo. Eleito Deputado constituinte em 1947, pelo Partido Social Democrático (PSD), foi escolhido Presidente da Assembleia Constituinte, dirigindo os trabalhos da Casa de 14 de março a 9 de julho de 1947. Promulgada a Constituição Estadual, foi eleito Presidente da Assembleia Legislativa para um período, de 10 de julho de 1947 a 12 de março de 1948. Faleceu em São Paulo, no exercício do cargo. Nos dois meses seguintes, a Presidência da Assembleia foi exercida pelo Deputado José Milliet Filho, até 13 de maio de 1948. (SÃO PAULO, 2006, p. 27)

campanha para a arrecadação de fundos para a construção do hospital e em 22 de agosto do ano de 1926 lançou-se a pedra fundamental do Hospital da Santa Casa de Misericórdia. As obras foram concluídas em 1932, sendo inaugurado um hospital de porte médio, que viria a atender a população do município.

1.3 Cultura

Após o estabelecimento da comarca em Itápolis no ano de 1910, a cidade começou a prosperar no âmbito cultural. Houve a inauguração de mais um jornal *O Itápolis*, além do já existente *O Progresso*, o aparecimento do Grupo Dramático Beneficente Itapolitano, a inauguração da escola de música do maestro Salvador Camiti, que oferecia aulas de canto, piano e outros instrumentos, houve a estreia do Cinema Iris, etc.

Outros jornais fizeram parte da vida dos pedrenses: “O Republicano”, periódico fundado sob a orientação política de engenheiro João Carlos Ferraro; em 03-05-1918 – “A Comarca”, de propriedade de João Brasiense da Silva César; 10 de dezembro de 1922 foi fundado o jornal “A Ordem”, de propriedade de José Gentile de Luiz; em 16 de fevereiro de 1929, o escritor Leão Machado fundou o semanário “Jornal de Itápolis”, em 30 de agosto de 1934 foi fundado o periódico “A Tribuna”, sob a direção de Alonso Teixeira dos Santos Filho, em 15 de abril de 1951 foi fundado o semanário “Jornal do Povo” de Gino Anatucci. (FERES 1989, p.24).

Segundo Feres (1989) muitos jornais acima citados não estiveram em circulação por muito tempo, no entanto é preciso lembrar aqui do jornal “*O Progresso*”, pioneiro na cidade e que durante muito tempo informou os leitores locais.

No ano de 1912 o cinema Odeón começou a funcionar. Em 1948, a família Brunelli colocou no ar a Rádio Difusora de Itápolis, o que fez com que o alto falante, anteriormente utilizado para noticiar acontecimentos importantes, fosse desativado. Muitos artistas de renome passaram pela rádio, dentre eles Tônico e Tinoco, Zé Carreiro e Carreirinho, Zé Fidelis, Irmãs Galvão, dentre outros.

A vida cultural de Itápolis era bem pacata, havendo alguma agitação somente quando algum baile acontecia. Para que os bailes acontecessem, era necessária a lembrança do senhor Pascoal Gualtieri, dono de uma banda de jazz que sempre estava presente para animar os bailes. A preocupação com as questões sociais aparece com a inauguração do “Lar São José”, instituição que receberia crianças órfãs. Até hoje, o lar funciona nas mesmas dependências e

realiza o mesmo trabalho. Neste mesmo terreno, posteriormente foi construído o asilo do idoso, aproximadamente no ano de 1961.

Ainda segundo Feres (1989), outro ponto importante na história cultural da cidade foi a criação do “Boulevard de Itápolis”, no ano de 1925. Francisco Gentil de Guzzi, de origens italianas e aptidões para arte montou um bar, que logo passou a ser frequentado pela mocidade itapolitana e por pessoas que se reuniam para tratar de assuntos ligados à política, à economia, aos esportes, etc. O bar teve outros proprietários, sendo fechado somente no ano de 1989. O teatro também apareceu em terras itapolitanas. Muitos atores amadores interpretando famosas peças teatrais passaram pela cidade. Vários grupos de teatro foram formados. Algumas casas teatrais fazem parte da história como o “Teatro Apolo”, o “Cine Teatro Central” e o “Cine Ideal”.

A Associação Itápolis Acadêmica (AIA) criada em 1962 por universitários, outra iniciativa dos munícipes, tinha como objetivo, nas observações de Feres (1989) trazer para localidade mais conhecimento, através de peças de teatro, palestras, apresentações, etc. No mês de julho, época de férias escolares, era organizada uma semana com vários eventos. Esta semana ficou conhecida como semana da AIA e era sempre finalizada com um baile de gala, denominado “Baile da Águia”. É interessante destacar aqui que até os dias atuais a semana da AIA acontece, tornando-se tradição para a cidade.

No esporte, Feres (1989) relembra que Itápolis teve o seu maior legado esportivo com a inauguração do Oeste Futebol Clube, que aconteceu no ano de 1921, mais precisamente no dia 25 de janeiro. Os jogos do Oeste movimentavam a cidade. Os mesmos aconteciam no Estádio Municipal. Atualmente o Oeste Futebol clube ainda existe.

O autor ainda traz o Aero clube de Itápolis, fundado em 13 de maio de 1941, como uma contribuição tanto para o entretenimento, como para a aprendizagem. Muitas festas, encontros, espetáculos aéreos como a esquadrilha da fumaça aconteceram neste ambiente. Além desse tipo de entretenimento eram dadas aulas para a formação de pilotos profissionais. A cidade contava com personalidades que contribuíram intelectualmente e culturalmente para cidade, Júlio da Silveira Sudário e José Toledo de Mendonça, por exemplo, compuseram o hino da cidade. Júlio escreveu a letra e José compôs a melodia. Além disso, outras valsas foram compostas, por José Toledo de Mendonça e outros livros e poemas tomaram forma nas mãos de Júlio da Silveira Sudário. Este último fez parte da Academia Campinense de Letras.

1.4 Economia

A lavoura de café foi a grande propulsora do desenvolvimento do interior paulista, o que veio a produzir inúmeras transformações na província. Em trabalho apresentado pelo IMESP (1992, p. 12) fica minuciosamente explicada essa expansão:

Até então toda atenção estava voltada para o Vale do Paraíba que era o referencial econômico. Com a decadência da produção do Vale, as atenções se voltaram para o Interior, onde se transferiram os centros demográficos e econômicos, resultando no crescimento rápido de várias cidades.

Segundo Fausto (1991, p. 12) a imigração demorou a ser vista como objeto de estudo científico, sendo os campos mais importantes a serem estudados dentro deste tema “a mobilidade social” e a “integração sociocultural e política”. Fausto chama a atenção para os estudos de Michael Hall que conta as mazelas da vida do imigrante italiano em São Paulo. Estes eram “tratados como escravos, as condições físicas e econômicas eram ruins e apenas a comida se salvava” (FAUSTO, 1991, p. 16). O autor ainda afirma que, nos estudos de Hall, de acordo com o censo de 1905, somente 12% dos proprietários do oeste paulista eram italianos. Fausto cita Halloway dizendo que “[...] as relações de trabalho vigentes no colonato, a disponibilidade de terras, as dificuldades em se criar um exército de reserva no campo foram os principais responsáveis por uma ampla ascensão dos grupos de imigrantes [...]” O autor, mencionando ainda os trabalhos de Halloway, deixa clara a ampla existência de terras em grande quantidade, o que não permitia à elite fazendeira paulista a total ocupação desse espaço. Nesse contexto aparecem os trabalhos de Font citados ainda por Fausto (1991, p. 21). A forma de pensamento de Font, exposta por Fausto (1991, p. 21-22) fica clara no seguinte trecho:

Embora não negue a existência de indícios de que o capital comercial urbano, com significativa participação de imigrantes, buscase aplicação no setor rural, não lhe parece que o sentido da mobilidade fosse em larga escala da cidade para o campo. Font desenvolveu e levou a consequências mais amplas as teses da diversificação acentuada da economia já nos anos 20, a vinculação entre imigrantes e a nova economia de mercado interno e enfatizou o papel das companhias de colonização na abertura do Oeste novo para a pequena e média propriedade rural.

Tendo vista os trabalhos de Font e Halloway, Fausto deixa clara a crescente posse de terras nas mãos de imigrantes, sejam elas pequenas, médias ou de grandes proporções. O

autor afirma que este crescimento não decorreu da crise de 1929, apesar de poder ter sido acelerado por ela. O autor ainda cita que “[...] em 1905, estrangeiros detinham 66% das propriedades da zona Noroeste e 47% da Araraquarense [...]” (FAUSTO, 1991, p.23). Um dos pontos importantes levantados por Lima (1986) em relação ao desenvolvimento da lavoura cafeeira no oeste paulista diz respeito à questão desta região ser tendenciosamente republicana, o que a diferia da já conhecida “Vale do Paraíba”. Segundo Lima (p. 19) no “[...] oeste paulista a agricultura abandonou as condições coloniais de produção e adquiriu características capitalistas.” Devido à grande expansão da lavoura, os grandes fazendeiros viram a necessidade de introduzir mão de obra diferente da escrava, isto porque esta estava muito cara. A solução foi as “primeiras experiências com o trabalho livre, através do sistema de parceria, aparentemente mais viável, pois mantinha o trabalhador em dívida com o senhor até o pagamento de suas despesas de viagem e manutenção, o que lhes constituía grande vantagem.” (LIMA, 1986, p. 20). O grande crescimento da economia no Oeste paulista impulsionou o aparecimento de inúmeros núcleos urbanos que passaram a serem vistos como “centros de atração regional [...] “Um dos elementos responsáveis por essa situação foram os imigrantes, que atraídos pela riqueza do café acabavam voltando-se para atividades urbanas como o comércio e depois a indústria.” (LIMA, 1986, p. 25).

Focando o município de Itápolis, a economia desde os primórdios da fundação do município tem sido prioritariamente agrícola. O carro chefe desta produção até metade do século XX era essencialmente o café. Mas juntamente com este tipo de produção, também eram produzidos, cana-de-açúcar, algodão, feijão, arroz, amendoim, etc. Já na segunda metade do século XX, devido à procura da laranja para a exportação, os produtores agrícolas começaram a testar o plantio desta cultura. Percebeu-se uma boa produção e quase que toda a produção agrícola foi substituída pela laranja. Muita riqueza foi alcançada nesta época devido à valorização da exportação da laranja *in natura* e da venda da mesma para indústrias que exportavam o suco. Devido ao grande número de pés de laranjas, presentes na região e ao mercado rentável do suco desta fruta, foi inaugurada na região uma fábrica para extração do suco em 1979 denominada Branco Peres Citrus S.A. Esta empresa fazia desde a escolha, até o processamento do suco para a exportação.

Voltando um pouco no tempo, no início do século, o que se produzia em terras itapolitanas eram a aguardente e a farinha, produtos frutos da plantação existente no município. Com o tempo esse tipo de produção foi se extinguindo, alguns engenhos fecharam. Mas no início dos anos de 1930, a produção de aguardente voltou a todo o vapor, agora um engenho se destacava, este produzia a aguardente Santo Eloy, pertencente ao senhor Paulo

Eloy de Melo e era distribuída em toda a região. Na propriedade de Eloy havia 230 alqueires de cana cultivada e lá mesmo se encontravam os engenhos nos quais a aguardente e o açúcar redondo eram produzidos.

Figura 2 - Rótulo da aguardente Santo Eloy



Fonte: Feres (1989)

O comércio de aguardente fez a economia do município prosperar, trazendo compradores e aumentando a arrecadação de impostos da cidade. Em 1948, no entanto, a produção da aguardente Santo Eloy foi desativada. No ano de 1949, Palmiro Malosso adquiriu 200 alqueires de terra e começou o plantio da cana-de-açúcar somente em 10% das terras, mas percebendo a rentabilidade, em 1979 ampliou o negócio, juntamente com familiares. A Fazenda denominada Santa Adelina estendeu suas posses e então contava com 930 alqueires.

A partir de 1979 resolveu investir na ampliação do canavial e com a família formou sociedade. A Fazenda "Santa Adelina" foi estendendo sua área possuindo atualmente 930 alqueires, além de mais 200 alqueires de terras arrendadas, onde planta arroz, feijão, amendoim, 14 mil pés de laranjas e prioritariamente, a cana de açúcar. (FERES, 1989, p. 69,70).

Feres (1989) ainda enfatiza que como a produção aumentava em larga escala, foi instalado um engenho em terras dos irmãos Malosso para a produção de aguardente e álcool, para se ter dimensão da produção, em 1988 foram produzidos 17 milhões de litros de aguardente e álcool. A destilaria Irmãos Malosso está em funcionamento até os dias de hoje, trabalhando agora somente com a produção de álcool.

Outro empreendimento em prol da industrialização de terras pedrenses teve início em 1964, com Hildo Pera e Romeu Bonini, a construção de uma fábrica de óleo vegetal. O funcionamento da mesma se iniciou em 14 de março de 1965. No entanto em 1969 a ITAOL,

como era denominada, teve seus trabalhos estagnados, devido a uma crise. A família Bonini não desistiu do seu empreendimento, e em 1974, com o apoio de uma indústria de Guarulhos denominada Triângulo e do Ministério da Agricultura a ITAOL voltou a funcionar, fornecendo diversos empregos. Atualmente a antiga ITAOL leva o nome de Triângulo Alimentos. De certa forma, percebe-se que o século XX foram anos de franco desenvolvimento para a cidade, que contava com a excelente produção agrícola e com algumas indústrias que começavam a despontar.

1.5 Contexto econômico e desenvolvimentista e a instrução pública

O contexto político e cultural no qual aconteceu o desenvolvimento da Província de São Paulo e, conseqüentemente, o aumento da necessidade por instrução pública, depende do esclarecimento de alguns aspectos existentes nesta localidade, importantes para a compreensão de seu amplo desenvolvimento.

Na época da Proclamação da República (1889) a lavoura cafeeira ampliou-se rapidamente. Segundo Antunha (1976) o solo era extremamente propício, o clima favorável à fixação do imigrante europeu, a construção do porto de Santos, vias de comunicações já existentes e em contínua expansão e uma imensidão de terras inexploradas contribuíram para o cultivo do café e o enriquecimento da região paulista. As ferrovias foram os grandes chamarizes, estas orientaram todo o movimento expansionista para o oeste do estado de São Paulo e junto delas as lavouras cafeeiras floresceram rapidamente, isto porque havia a facilidade para o escoamento da produção cafeeira até os portos. Até a Proclamação da República, uma grande parte da povoação do estado de São Paulo se resumia aos grandes centros. Nas palavras de Antunha (1976, p. 21 e 22).

Assim, o que era o nosso Estado, sob o ponto de vista econômico e demográfico, ao proclamar-se a República e ao reformar-se, ou melhor, instituir-se o seu sistema de Educação pública? Uma região parcialmente habitada, com uma população que se concentrava praticamente nas proximidades da Capital e fundamentalmente empenhada na agricultura, cafeeira, de que a região de Campinas (zonas da Paulista e da Mogiana) era o centro. As atividades industriais existentes, em geral, voltadas ao serviço da agricultura, resumiram-se em umas poucas atividades artesanais e manufatureiras, localizadas, sobretudo em sua provinciana Capital.

A ampliação da instrução pública e o aumento da demanda social por educação estão vinculadas às questões relacionadas ao aumento da densidade demográfica das cidades e com

o processo de urbanização das mesmas, o que diminuiu o isolamento social e aumentou o desenvolvimento das forças produtivas, diferenciando as estruturas econômicas e aumentando a necessidade de instrução educacional. Esta alta densidade demográfica e o desenvolvimento da região refletiram na porcentagem da alfabetização nas regiões paulistas. Quanto mais antiga e com maior densidade demográfica, maior a taxa de alfabetização.

Na região priorizada em nosso estudo, a araraquarense, percebeu-se dois grupos distintos: os municípios mais velhos, do final do século XIX, estes demonstravam uma taxa de alfabetização da população adulta de 40%. Já os municípios mais novos, demonstravam a taxa de alfabetização de 20%. Antunha (1976) deixa claro que o número de imigrantes que esta região recebeu, colaborou para o aumento significativo da taxa de alfabetização.

Segundo o autor, no final do primeiro decênio do século XX, quase um milhão de estrangeiros e seus familiares viviam em território paulista, sendo assim, a necessidade da grande massa populacional se instruir era latente. Em 1889, a República Federativa deu a autonomia necessária aos paulistas para a defesa de seus próprios interesses, o que permitiu o enriquecimento econômico e político. Estes fatores contribuíram enormemente para uma preocupação maior com a educação primária. Nas palavras de Costa (1983, p. 70-71):

A prosperidade econômica e o controle político forneceriam ao Estado de São Paulo os meios necessários para a execução de seus planos de expansão e difusão do ensino primário. Por outro lado, a abolição da escravatura e o regime republicano ao introduzirem grandes parcelas da população na sociedade civil, o progressivo aumento da industrialização e urbanização ao alargarem os estratos médios da população, contribuía significativamente para aumentar a demanda social por instrução primária [...].

Nas regiões de povoamento mais recente do Estado de São Paulo, datadas do início do século XX, o crescimento aconteceu de forma abrupta, como já foi mencionada anteriormente, a expansão cafeeira foi rápida, o que fez os pequenos povoados irem crescendo e apresentando uma vida social agitada. Desta forma a necessidade pela instrução educacional se apresentava paulatinamente, fazendo aparecer as primeiras escolas nestas paragens. Esta expansão abrupta fez o governo perceber a necessidade da expansão da rede escolar, além de que, criavam-se vários problemas, na maioria das vezes, estas localidades eram de difícil acesso, impossibilitando a locomoção e acomodação de professores. Havia ainda, no contexto da instrução pública, a necessidade da integração dos filhos dos imigrantes nas escolas oferecidas em terreno paulista. Na primeira metade da década de 20, segundo Antunha (1976) percebeu-se que os estrangeiros tendiam a se estabelecerem nas cidades, 35,4% era a

percentual de estrangeiros estabelecidos na Capital, sendo que a porcentagem destes em todo o estado era de 18,1%.

A expansão da cultura cafeeira, incessante e vigorosa até 1929, apesar das crises no mercado do produto, foi possível graças à exploração das chamadas zonas novas, situadas no oeste paulista, adiante das áreas, tradicionalmente produtoras, da Paulista e da Mogiana. A marcha para oeste foi a epopeia bandeirante do final do século XIX e dos começos do século XX; [...] (ANTUNHA, 1976 p.26).

A vinda dos estrangeiros modificou o cenário de divisão de terras em território paulista. Até então o que se tinha eram grandes propriedades pertencentes aos senhores da época do império. Os estrangeiros mudaram esse cenário lançando mão da pequena propriedade, voltada para o trabalho familiar, mas de exploração comercial.

Enquanto nos municípios velhos, todas as terras comumente constituíam meia dúzia de fazendas. Uma dezena delas, ou pouco mais, nos municípios novos do Oeste (ou nas terras que **depois seriam esse municípios**, de tamanho médio ou igual ao das zonas velhas) instalavam-se dezenas e, por vezes, centenas de pequenos proprietários. (ANTUNHA, 1976 p. 32 – grifo do autor).

O caminhar do desenvolvimento paulista está ligado também à Primeira Guerra Mundial, devido à necessidade de produtos industrializados, que antes vinham do exterior, mas que com a guerra deixaram de chegar a solo brasileiro, os paulistas se viram obrigados a produzir este tipo de bem de consumo, o que fez a produção industrial paulista crescer. Todos estes fatores, o desenvolvimento da pequena propriedade nos campos e o florescimento dos negócios na capital produziram o aparecimento de novas classes sociais, demandando maior necessidade de instrução pública. No entanto, o avanço na instrução pública priorizou-se no ensino primário, mantendo-se a educação secundária e superior ainda como um bem pertencente à aristocracia. Analisando o período compreendido entre 1908 e 1923, segundo Costa (1983, p. 40) do conjunto de matriculados, 92,04%, em média, concentrava-se no primário, 4,10% no profissional, 3,38% no secundário e 0,48% no superior.

1.6 O Sr. Valentim Gentil

Segundo Gentil (2009), Valentim Gentil, nascido em 14 de fevereiro de 1900 na cidade de Itápolis, era filho de Raphaele Gentile e Maria Antonia Cernicchiaro Gentile. De acordo com o autor, os pais de Valentim Gentil chegaram ao Brasil em 1894 e eram naturais da Itália, mais especificamente da cidade de Lentiscosa.

Os estudos de Valentim Gentil iniciaram-se em Itápolis nas Escolas Reunidas de Itápolis, nesta instituição terminou o primário, ingressando no Colégio Arquidiocesano da Capital do Estado no ano de 1913. Estudou também no Ginásio do Carmo, bacharelando-se em “Ciências e Letras, no ano de 1916”. Estudou direito na Faculdade do Largo de São Francisco, formando-se em 1920.

Sua vida profissional se iniciou no município de Itápolis. Nesta localidade, ainda segundo Gentil (2009) teve participação na “fundação do Hospital e Santa Casa de Misericórdia de Itápolis”, da “fundação da Escola Normal Livre” (sendo o primeiro diretor da instituição).

O autor ainda traz informações sobre a vida política de Valentim Gentil, dizendo que em 1926 elegeu-se vereador da Câmara Municipal de Itápolis e em 1928 deputado estadual. [...] Em 1934 foi eleito novamente deputado estadual, integrando a Constituinte de 1935. Renunciou ao mandato para exercer, em 1936, o cargo de Secretário da Agricultura do governo Armando Salles de Oliveira. Tornou a eleger-se deputado estadual em 1946. [...] (GENTIL, 2009, p. 31). No ano de 1946 foi presidente da Constituinte de 1947, sendo signatário da “Carta Magna Paulista”. O falecimento do mesmo ocorreu um ano depois em 24 de julho deste mesmo ano.

1.7 Início da instrução pública em Itápolis⁵

Tendo como pano de fundo o panorama anteriormente descrito é possível compreender o florescer educacional na pequena e interiorana Pedras, atualmente Itápolis. Os primeiros registros da criação de centros de instruções na cidade, segundo Caldeira (1934) são datados de 1889, pela Lei n. 6 de 22 de março, assinada pelo presidente da Província Pedro Vicente de Azevedo⁶, que criou duas cadeiras de primeiras letras, uma para cada sexo.

⁵ A grafia de época foi atualizada em todo o texto deste relatório a exceção dos nomes próprios.

⁶ Segundo Melo (1954), autor do *Dicionário de autores paulistas*, Pedro Vicente de Azevedo nasceu em Lorena, São Paulo, em 1844, formou-se em direito e defendeu tese de doutoramento em 1878, sendo nomeado juiz municipal e de órgãos em São Luís do Paraitinga. Em 1871 mudou-se para São Paulo. Foi presidente de Província no Pará, em Minas Gerais, em Pernambuco e em São Paulo (1888 a 1889). Também foi o último presidente da Câmara Municipal de São Paulo no regime monárquico.

A primeira escola oficial mista de que se tem registro em solo pedrense é de 1895, mais especificamente em 6 de março. Para esta foi nomeada a professora Ernestina Rodrigues de Siqueira para. Naquele ano, 19 crianças manifestaram interesse em estudar, sendo marcada uma prova, na qual os inscritos seriam avaliados por uma comissão de examinadora.

Segundo o *Anuário do Ensino do Estado de S. Paulo*, entre 1907 e 1908 a então Pedras contava com três escolas masculinas e duas femininas, sendo 94 meninos e 41 meninas, somando um total de 135 alunos. Dados fornecidos pelo Inspetor Domingos de P. e Silva. Ainda nos anos de 1907 e 1908 foi possível encontrar informações sobre as escolas isoladas⁷, denominadas escolas providas, sendo as do sexo masculino as seguintes: Villa, 1º Ascanio Mallet, normalista; 2º - João Jacintho de Almeida, complementarista; S. José da Trindade do Novo Horizonte, Benedicto E. de Campos, complementarista. As direcionadas as alunas do sexo feminino S. José da Trindade do Novo Horizonte, D. Maria Augusta Pousa, complementarista; Lajeadozinho, D. Julieta Mallet, complementarista. Escolas vagas: Masculinas: Villa 3; Lajeadozinho, Campo Alegre. Femininas: Vila 1, 2, 3, Campo Alegre. Mista: Villa.

Na esquina da Avenida Florêncio Terra com a Rua 13 de Maio, foi construído pela Câmara Municipal, em princípios de 1911, para dotar a cidade de um mercado, um prédio, porém com a criação das escolas reunidas, foi o espaço adaptado e cedido pelo Prefeito para o funcionamento do estabelecimento de ensino. A instalação das escolas reunidas⁸ aconteceu no dia 1º de setembro de 1911, sob a direção do professor Júlio Ascanio Mallet, com a presença de inúmeras autoridades, inclusive a do inspetor escolar Mariano de Oliveira que procedeu a instalação do estabelecimento escolar. Esta informação foi ratificada em documento manuscrito localizado no *Arquivo do Estado de São Paulo*. O documento em questão começa com a seguinte data “Itápolis, 1º de setembro de 1911” (ITÁPOLIS, 1911) e nele fica claro, através das palavras do inspetor escolar Mariano Oliveira, a instalação das “Escolas Reunidas de Itápolis” com, proposição para diretor, de Júlio Ascânio Mallet. Além de que, há o relato de que havia seis escolas, sendo três de cada sexo, No entanto, de acordo com, o documento, o prédio não comportaria este contingente, sendo necessário o funcionamento das aulas em dois prédios diferentes.

Entre 1911 e 1912, o *Anuário do ensino do estado de São Paulo* relata que a cidade de Itápolis foi alocada na 14ª zona sobre a responsabilidade do inspetor professor Benedicto

⁷ De acordo com Viegas e Galvão (2012) as escolas isoladas eram um sistema de instrução pública em vigor durante o século XIX e também durante parte do século seguinte, composto por aulas avulsas, ministradas por mestres-escola em suas próprias residências ou em salas alugadas”.

⁸ As escolas reunidas, de acordo com Souza (2008) resultavam da junção de várias escolas isoladas.

Tolosa. No *Anuário* destes mesmos anos (1911 e 1912) já pode ser encontradas informações referentes ao Grupo Escolar de Itápolis, instalado em 15 de abril de 1913.

O quadro a seguir demonstra o panorama educacional da cidade de Itápolis em finais de 1912.

Quadro I – Panorama educacional do município em 1912

Matrícula no Grupo Escolar	207
Matrículas nas escolas isoladas	61
Total	268
População provável em idade escolar	2.330
Porcentagem da matrícula sobre a população escolar	11,5%
População escolar fora da escola	88,5%

Fonte: *Anuário do ensino do Estado de São Paulo de 1911 -1912*

De acordo com o quadro esboçado é possível perceber, que apesar da criação do Grupo Escolar, a porcentagem de crianças em idade escolar fora da escola era muito expressiva.

2 O GRUPO ESCOLAR

Em 10 de outubro de 1910, como já foi mencionado anteriormente, a Câmara Municipal autorizou a Prefeitura a proceder a doação de um terreno para a construção do prédio do Grupo Escolar, sendo que pela Lei n. 119 de 3 de fevereiro de 1911, o Prefeito Francisco Nogueira Porto adquiriu do engenheiro João Carlos Ferraro o terreno existente ao lado do Teatro Apolo. Com o auxílio do Dr. Antônio de Moraes Barros⁹, o governo autorizou a construção do prédio do Grupo Escolar.

Historicamente, os grupos escolares foram instituídos pelo Decreto n. 248, de 26 de julho de 1894 no governo de Bernardino de Campos. Através deste decreto instituiu-se, segundo Antunha (1976), um cenário de instrução pública da seguinte forma: escola pública para meninos, escola pública para meninas, escolas mistas e curso público para adultos, delineando-se assim o que veio ficar conhecido como escola isolada e grupo escolar.

Essa valorização e preocupação com a instrução pública não aconteceu por acaso, nas palavras de Souza (1998) a educação se apresentava como interpretação conciliadora capaz de explicar os motivos do atraso da sociedade brasileira e apontar a solução para o mesmo. Havia a necessidade de alfabetizar a população focando o voto e, mais do que isso, a educação era vista como parte do projeto de civilização brasileira. Os grupos escolares, ainda nas palavras de Souza (1998), vieram legitimar o projeto político republicano de reforma social e de difusão de educação popular.

Ao propor a criação dos grupos escolares (chamados inicialmente de escolas centrais ou escolas graduadas), Gabriel Prestes trazia, para o cenário educacional brasileiro, uma das mais importantes inovações em matéria de organização do ensino primário. Um modelo que, guardadas as peculiaridades de cada país, estava se difundindo por todo o mundo. (SOUZA, 1998, p.31).

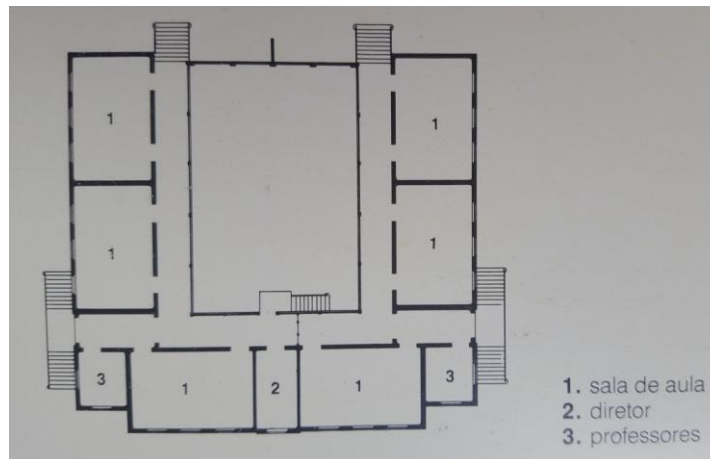
Foi neste contexto que surgiu o Grupo Escolar de Itápolis, segundo Corrêa, Mello e Neves (1991), teve seu projeto arquitetônico desenvolvido por José Van Humbeeck e Mauro Álvaro, sendo o primeiro autor da planta e o segundo da fachada. O projeto pioneiro foi criado para o Grupo Escolar de Mogi Guaçu e utilizado na construção de grupos escolares nas

⁹ De acordo com o site da Câmara de Vereadores de Piracicaba, Antônio de Moraes Barros “nascido em Piracicaba em 05/07/1870 e falecido em São Paulo em 02/08/1931 foi advogado, jornalista, político e deputado federal. [...] Formou-se pela faculdade de Direito do Largo São Francisco, São Paulo em 1891, passando a advogar em Piracicaba. Durante vários anos foi redator da “Gazeta de Piracicaba”. Deputado estadual por quatro legislaturas, de 1898 a 1891, retornou a banca de advogado em São Paulo, após deixar a política”.

idades de Ituverava, Pereiras, Itápolis, Orlândia, Santo André e Itatinga. Algumas outras cidades ainda utilizaram o mesmo projeto, mas com algumas incorporações como Pederneiras, Penha de França, Porto Ferreira, Pitangueiras e Queluz. É importante deixar claro que, mesmo a planta sendo assinada por Humbeeck e a fachada por Mauro Álvaro no projeto original, a fachada do Grupo Escolar de Itápolis teve a assinatura de Capelache de Gusbert, além de o prédio contar com oito salas de aula, assim como o de Santo André, diferentemente dos demais que contavam com apenas seis salas (sendo este o motivo da figura 3, com a planta do grupo escolar, constar seis salas).

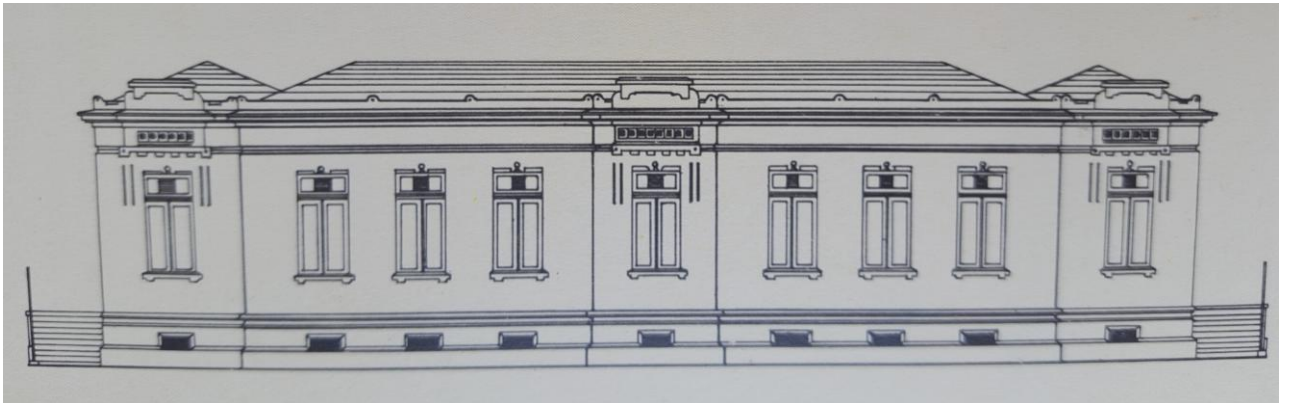
Corrêa, Mello e Neves (1991) especificam que neste projeto o pátio não era totalmente contornado pela edificação, sendo a parte posterior delimitada por um muro divisório de alvenaria, permitindo uma integração visual com o restante do terreno. Existia uma varanda que interligava os ambientes, a cobertura era independente, o guarda-corpo era simplificado ou substituído por alvenaria, sendo o prédio centrado no lote, como mostra o projeto a seguir:

Figura 3 - Planta baixa modelo do Grupo Escolar de Itápolis



Fonte: (CORRÊA; MELLO; NEVES, 1991)

Figura 4- Fachada do projeto do Grupo Escolar de Itápolis



Fonte: (CORRÊA; MELLO; NEVES, 1991)

Figura 5- Inauguração do prédio do Grupo Escolar em 12 de outubro de 1913



Fonte: Museu Histórico e Pedagógico “Alexandre de Gusmão”.

Em 15 de abril de 1913 houve então a instalação do Grupo Escolar com o seguinte corpo administrativo e docente: Diretor: professor Agnello Leandro Pereira; Professores: Luiz Gonzaga Flora, Maria Augusta Pousa, Maria Isabel Gomes de Oliveira e Sebastiana Porto de Carvalho como substituta leiga. Em 12 de outubro do mesmo ano houve a inauguração do prédio. Tempos depois o político Valentim Gentil, através do Decreto n.13.492, de 3 de agosto de 1943¹⁰, conseguiu que o Grupo Escolar passasse a ser denominado “Dr. Antônio de Moraes Barros”, em homenagem ao deputado estadual que atuou na criação do estabelecimento de ensino.

O *Anuário do Ensino do Estado de S. Paulo de 1914* indica que a cidade de Itápolis estava alocada na 14ª zona sob a responsabilidade do inspetor professor Antonio Morato de

¹⁰ Vide anexo B.

Carvalho. O Grupo Escolar de Itápolis teve, no ano de 1914, em matrícula geral o número de 412 alunos, com frequência média de 271 alunos. O diretor permanecia sendo Agnello Leandro Pereira, complementarista. Adjuntos: Maria Augusta Pousa, complementarista e João Ramaccioti, complementarista. Substitutos efetivos: Benedicto Teixeira de Macedo, normalista primária; Ercília da Costa, complementarista; Philomena Oliva de Almeida, normalista; João Baptista Leite, complementarista; Leonel Vaz de Barros¹¹, normalista primário e Dolores Iglesias, complemetaristas.¹²

Ainda neste mesmo ano as escolas isoladas providas contaram com 105 matrículas, com uma frequência média geral de 80 alunos. Havia escolas vagas noturnas de sede e escolas femininas e masculinas de bairro. Os Estabelecimentos de ensino mantidos pelo município eram sete, contabilizando 303 alunos, sendo a média de aluno por estabelecimento de 43,2. Desta forma em 1914 o panorama geral da educação em Itápolis era o seguinte:

Quadro II – Panorama educacional do município em 1914

Matrículas no Grupo Escolar	412
Matrículas nas escolas isoladas	105
Matrículas nas escolas do município	303
Total	820
População escolar provável no município	2435
Porcentagem de matrícula sobre a população escolar	33,6%
População escolar sem escola	66,4%

Fonte: *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo de 1914*

Neste quadro é possível perceber que a porcentagem da população escolar sem escola caiu aproximadamente 20% em comparação com os dados de 1912.

No *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo* do ano de 1915, a cidade de Itápolis ficou alocada na 15ª zona, sob a inspeção do Inspetor professor Benedicto C. Corte Brilho. O Grupo Escolar de Itápolis neste ano funcionava em dois períodos, com 12 classes, com capacidade para 540 alunos. O diretor permanecia sendo Agnello Leandro Pereira, complementarista. Adjuntos: Maria Augusta Pousa Senne, complementarista, João

¹¹Segundo Fávero e Britto (1999) Leo Vaz, como era conhecido, natural de Capivari, viveu a infância em Piracicaba, fez os estudos elementares nesta cidade, mudando-se para a capital onde estudou na Escola Americana. Também estudou no Ateneu Jauense. Voltou para Piracicaba onde se diplomou em 1911 como complementarista. Exerceu o magistério por alguns anos, sendo adjunto do grupo Escolar de Itápolis entre 1914 e 1918, também foi lente substituto de francês na Escola Normal de São Paulo entre 1921 e 1923. Depois desta breve experiência como professor, deixou o magistério. Fez jornalismo e acabou por se dedicar à escrita, sendo que na Academia Paulista de Letras ocupa a cadeira n. 14.

¹²Segundo Antunha (1976, p. 48) a Lei n. 88 de 1892 o ensino paulista ficou com o ensino primário dividido em dois níveis: preliminar e complementar, sendo que posteriormente houve a transformação do curso complementar em cursos de formação de professores.

Ramasciotti, complementarista; João Baptista Leite, complementarista; Sebastiana Soares de Freitas, normalista; Ida Moraes Bruhns, complementarista. Substitutos efetivos: Benedicto Teixeira de Macedo, normalista primário; Philomena Oliva de Almeida, normalista; Leonel Vaz de Barros, normalista primário; Dolores Iglesias, complementarista; Angélica Martins, normalista primária; Ana Botti, normalista primária; Alice de Barros, normalista primária. Haviam ainda escolas isoladas: Masculina - Novo Horizonte – Pedro T. de Queiroz, complementarista. Feminina: São José da Trindade do Novo Horizonte – Angelina Nunes Pontes, complementarista. Mista: Nova América – Julieta Mallet, complementarista. Escolas Vagas de sede: escola noturna; de bairro masculinas: Lajeado, Campo Alegre, Vila Borborema, Novo Horizonte, Itajobi.; femininas: Campo alegre, Vila Borborema, Novo Horizonte, Itajobi. Havia ainda 7 estabelecimentos mantidos pelo município. O panorama geral da educação no município de Itápolis em 1915:

Quadro III – Panorama educacional do município em 1915

Matrícula no Grupo	450
Matrículas nas escolas isoladas	130
Matrículas nas escolas municipais	283
Total	863
População escolar provável do município	2492
Porcentagem de matrículas sobre a população escolar	34,6%
População escolar sem escolas	65,4%

Fonte: *Anuário do ensino do estado de São Paulo de 1915*

O quadro vem mostrar que o número das crianças fora da escola ainda era muito significativo. Em 1917 a média geral de aprovação do Grupo Escolar de Itápolis foi de 55,3, tendo como panorama da educação no município de Itápolis em 1917:

Quadro IV – Panorama educacional do município em 1917

Matrículas no Grupo Escolar	509
Frequência efetiva	358
Porcentagem de frequência sobre a matrícula	65,0%
Matrículas em Escolas Reunidas	27
Matrículas em escolas municipais do estado	255

Fonte: *Anuário do ensino do Estado de São Paulo de 1915*

Em 5 de abril de 1923 o diretor do Grupo Escolar de Itápolis Agnello Leandro Pereira foi nomeado inspetor escolar na 14^a região de ensino – Araraquara e entrou em exercício em 14 do mesmo mês. O panorama educacional neste ano:

Quadro V – Panorama educacional do município em 1922

Matrículas no Grupo Escolar em 1922	Curso primário: 411 No curso médio: 125
Matrículas em escolas reunidas:	259
Matrículas em escola isolada Grupo Escolar	117
Escolas Reunidas	1
Escolas Isoladas	4
Unidades escolares	17
Matrículas Gerais	912
Frequência	80
Matrícula geral no Grupo Escolar em 1923	503
Número de classes	9
Adjuntos	12

Fonte: *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo de 1923*

Em 1924, segundo o *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo*, a cidade de Itápolis agora pertencia à décima região, sendo encontrados os seguintes números:

Quadro VI – Panorama educacional do município em 1924

Número de classes do Grupo Escolar	9
Período de funcionamento	2
Matrícula geral no curso primário	491
Matrícula Geral no curso médio	91
Número de classes adjuntas	11
Número de escolas reunidas (número de classes)	4
Matrícula geral	210
Escolas isoladas	3
Matrícula geral	137

Fonte: *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo de 1924-1925*

Em 1925 as regiões passaram a ser divididas por distritos, sendo Itápolis pertencente ao 33º distrito, terceira zona.

Quadro VII – Panorama educacional do município em 1925

Número de salas do Grupo Escolar	15
Matrícula Geral	639
Escolas Isoladas	3
Matrícula Geral	138

Fonte: *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo de 1924 - 1925*

Priorizando somente os números pertencentes ao Grupo Escolar para que possa ser feita uma análise pormenorizada tem-se o seguinte quadro:

Quadro VIII- Número de matrículas no Grupo Escolar

Ano	Número de matrículas
1912	207
1914	412
1915	450
1917	509
1922	536
1924	582
1925	639

Fonte: *Anuários do Ensino do Estado de São Paulo de 1907 a 1925*

Os números acima demonstram que a matrícula geral no Grupo Escolar de Itápolis praticamente triplicou em treze anos. Este aumento de matrículas trouxe a necessidade do desdobramento em dois períodos do atendimento aos alunos, como é mencionado no *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo* de 1915. No entanto, este número ainda era pequeno tendo em vista a quantidade de crianças em idade escolar que não eram atendidas em nenhum estabelecimento de instrução pública. Ainda no ano de 1915 foram encontradas informações que demonstravam haver 65,4% da população escolar sem frequentar nenhum tipo de escola.

Os grupos escolares, no Brasil, no início do século XX, eram o exemplo de maior avanço e desenvolvimento no cenário educacional. Pensou-se, de forma diferenciada, a classificação dos alunos, o plano de estudo e o emprego do tempo. Souza, (1998, p.38) diz: “No Brasil, a escola graduada de ensino primário, compreendendo múltiplas salas de aulas, várias classes de alunos e vários professores, aparece pela primeira vez no ensino público, no Estado de São Paulo, na década de 1890 [...]”. Para compreender a magnitude do projeto no qual se encontrava o grupo escolar é preciso entender que estes faziam parte de um projeto político republicano em um momento que a difusão da educação popular era vista como ponto central da reforma social e do desenvolvimento do país.

Como já foi especificado anteriormente, os grupos escolares foram criados através da Lei n. 169, de 7 de agosto de 1893 e pelo Decreto n. 248, de 26 de julho de 1894, sendo as principais especificações para o funcionamento dos mesmos a reunião de escolas já existentes em uma localidade, desta forma, segundo Souza (1998) por via de um artifício legal segundo o qual, havendo mais de uma escola no raio de obrigatoriedade escolar, o governo poderia autorizá-las a funcionar em um só prédio. Cada estabelecimento poderia comportar de 4 a 10 escolas isoladas e seria regido pela quantidade de professores referentes a agrupamentos de 40 alunos, contando também com adjuntos necessários a critério da diretoria.

O currículo adotado para os Grupos escolares era de cunho enciclopédico. A organização da vida escolar era muito rígida, sendo o diretor a figura central do

estabelecimento, era este que organizava horários, informava ao governo a necessidade contratação de professores, contratava serventes, fazia a papelada referente à vida escolar dos alunos e à vida profissional dos professores, fazia exames mensais, etc. Os professores contratados para ministrar aulas nos grupos escolares, nos primeiros anos de implantação deste formato de escola, eram oriundos das escolas isoladas, que foram absorvidas pelo mesmo. Mais adiante o critério passou a ser a livre nomeação pelo governo, sempre priorizando professores formados pela Escola Normal ou escolas complementares, surgiu neste momento o título de “professor adjunto”, mais tarde, depois de 1920, criou-se o concurso público para ingresso no magistério primário.

No entanto havia graves problemas para prover as escolas com docentes capacitados, segundo Marcílio (2005), existiam escolas e classes sem professores e a ausência frequente dos mesmos, além de, em localidades muito distantes, não haver professores para ministrar aulas. O governo tentando sanar o problema elaborou o Decreto n.1.239, de 30 de julho de 1904, criando o cargo de professor substituto efetivo, este ficaria responsável pela substituição do adjunto nos grupos escolares. O estado também estabeleceu o concurso de leigos, estes eram professores não normalistas designados para o provimento de escolas em lugares de difícil acesso.

A questão da divisão temporal também apareceu como algo crucial no novo modelo de escola denominada graduada. Houve uma ressignificação cultural do conceito de tempo, agora a racionalização do mesmo. Não somente a escola sentiu esta mudança, mas também a sociedade em geral adequou-se ao tempo de forma diferente. Em linhas gerais, Souza (1998 p. 284) deixa claro o sentido da escola graduada no excerto a seguir:

Extraír todo o sentido da escola graduada como templo de civilização requer um olhar atento para as múltiplas dimensões da pedagogia política implementada pelo Estado republicano. A democratização do ensino, a construção da nacionalidade, a formação do cidadão, a educação moral fundada na perspectiva política e social, bem como a estatização da escola e a renovação pedagógica são faces de um mesmo processo político e cultural.

Tendo por referência então o prestígio que foi atribuído ao grupo escolar nesta época da história escolar do estado de São Paulo, entende-se que a criação deste tipo de instituição de instrução pública em uma localidade, pode ser citado aqui como exemplo o Grupo Escolar de Itápolis, demonstrava o prestígio social da mesma, isto porque, neste período da história, estes estabelecimentos traziam junto de si uma carga semântica que demonstrava a prosperidade política e econômica do município. Estas construções ficavam geralmente

alocadas no centro da cidade e, nas palavras de Souza (1998), demonstravam a crença no progresso, na ciência, e na civilização. Além de ser uma vitória política decorrente dos esforços das autoridades locais.

3 ESCOLA NORMAL E INSTITUTO DE EDUCAÇÃO

A instrução pública a partir do período republicano passou a ser vista como ponto central para o desenvolvimento do país. No entanto, problemas atrapalhavam o desenvolvimento educacional. Falando mais especificamente do estado de São Paulo, tem-se o crescimento disforme da rede de instrução pública. Não havia um planejamento espacial ou populacional para a instalação de uma escola, esta era feita de acordo com o interesse de locais que contavam com o apoio de políticos locais, estes, por sua vez, representavam estas localidades junto ao governo e angariavam instituições escolares para estes municípios. Outro ponto crucial a ser citado era a falta de professores habilitados para que estas escolas tivessem seu corpo docente completo.

Assim dizia o Secretário do Interior: Além de má distribuição das escolas, convém atender a falta de habilitação do professorado na sua generalidade. Para corrigir esse mal é indispensável o emprego de dois meios: aumento de vencimento dos professores, criação de escolas normais. (DEGANI, 1973, p. 36).

Eram necessárias medidas rápidas para sanar a falta de professores. Neste contexto, Tanuri (1979, p. 90) comenta que a Lei n. 88 de 8 de setembro de 1892¹³ vinha estabelecer organização sistemática de todo o aparelho escolar de nível primário e secundário, inclusive da Escola Normal. A autora sinaliza dizendo ter sido esta “a mais completa reforma a ser realmente posta em prática no Estado de São Paulo, pois, até então, as mudanças eram frequentemente parciais [...]”

Determina a Lei n. 88 a divisão do ensino primário em dois cursos-preliminar e complementar; a criação de “ginásios”, estabelecimentos de ensino secundário ainda inexistentes no Estado; a instalação de um curso superior anexo à Escola Normal da Capital, destinado a formar professores para as escolas normais e os ginásios. Posteriormente seriam criados os “grupos escolares” pela reunião de várias escolas isoladas. (TANURI, 1979, p. 90).

No entanto o problema da falta de professores preliminares era tão grave a ponto de a Lei n.88 não poder ser seguida à risca, isto porque esta instituía que a matrícula preliminar fosse compulsória e que fossem aplicadas multas às famílias que não enviassem suas crianças

^{13c} Lei assinada por Bernardino de Campos, presidente do Estado, e Cesário Mota Júnior, secretário do Interior, reforma o conjunto da instrução pública”. (MONARCHA, 2008, sem paginação).

à escola, no entanto, na prática, não era possível que estas medidas fossem seguidas, isto porque havia falta de professores e de escolas que dessem conta do contingente de alunos.

Quanto à formação de professores, foram necessárias medidas importantes para o aumento do número dos mesmos. A primeira iniciativa foi a criação de novas unidades de escolas normais, mais três foram criadas, no entanto, não chegaram a sair do papel. Outro ponto a ser citado foi a função acrescida ao curso complementar de formar professores adjuntos das escolas preliminares, este curso agora, segundo Monarcha (2008) era “de caráter cultural e propedêutico”.

A Lei n. 88, de 8 de setembro de 1892, organiza o ensino primário paulista em dois cursos, um preliminar, outro complementar, este nos moldes de “primário superior” da Grammar School norte-americana, ou da École Primaire Supérieure francesa ou ainda da Higher Elementary School inglesa. (MONARCHA, 2008, sem paginação).

A Lei n. 88 sofreu algumas modificações através da Lei n. 169 de 7 de setembro de 1893, sendo uma das modificações mais aparentes para a Escola Normal o aumento de três para quatro anos do curso.

Apesar dos avanços na formação de professores, atingidos através da reforma empreendida pela Lei n.88 de 1892, o estado de São Paulo ainda sofria com a falta de professores primários. Os legisladores enfrentavam sempre o dilema de manter a qualidade da formação desses profissionais da instrução pública ou de massificar a formação dos mesmos, através de uma formação mais aligeirada. Tanuri (1979, p. 102) expõe a solução encontrada da seguinte forma: “A solução adotada consistiu na ampliação desse papel, ou seja, na concessão às escolas complementares da faculdade de formar professores preliminares, mediante apenas ao acréscimo de um ano de prática de ensino realizada nas escolas-modelo.” A dualidade na formação de professores primários crescia a passos alarmantes e as críticas, por parte dos intelectuais do momento, choviam aos borbotões.

Assim, nas duas primeiras décadas da República, dois tipos de instituições, diferentes em padrão, nível e regime de ensino, responderam pela formação do pessoal docente das escolas primárias – a escola normal e a escola complementar; a primeira, de categoria mais elevada, especificamente destinada a isso; a segunda, apenas em decorrência de uma função acessória que foi chamada a desempenhar, para atender às necessidades prementes do ensino primário, e para o qual não estava aparelhada. (TANURI, 1979, p. 123).

Mais a frente, em 1920, no borbulhar da renovação das metodologias pedagógicas, com Sampaio Dória à frente da Diretoria Geral da Instrução Pública foi consolidada a reforma da instrução pública paulista (Lei n. 1750 de 8 de dezembro de 1920). Esta “incluiu a uniformização das escolas normais, reduzidas que foram a um tipo único.” (TANURI, 1979, p. 159). Esta uniformização, nada mais foi que, a elevação das escolas normais primárias ao nível de secundárias, além de ser acrescido um ano ao curso complementar. “Assim a duração dos estudos das escolas normais, que até 1917 se reduzia a quatro anos, ficava nesta data, com a criação dos cursos complementares, aumentada para seis e, em 1920, para sete”.

A referida reforma teve curta duração, mais o ganho atingido com a homogeneização das escolas normais a um único tipo não passou despercebido. Depois desta reforma houve outras de curta duração como a de 1925, que somente veio alterar a duração do curso normal e a reforma de 1927 que trouxe outras modificações e muito contribuiu para a pesquisa aqui exposta.

Voltando um pouco no tempo e tomando como foco a escola normal livre, chegamos a Constituição Paulista de 24 de julho de 1891. Esta abriu a possibilidade para que a iniciativa particular pudesse abrir instituições de instrução pública. Tanuri (1919, p. 195) cita parte do documento “Compete ao congresso Estadual legislar sobre o ensino primário, secundário, superior e profissional, que será gratuito e obrigatório no primeiro e livre em todos os graus”.

A primeira reforma geral da instrução pública paulista, no regime republicano, realizada pela Lei n. 88, de 8/9/1892 e Dec. n. 144-B, de 30/12/1892, regulamentou o livre exercício da iniciativa privada no setor de ensino, independente de exigências relativas à qualificação do corpo docente, bem como fiscalização oficial, salvo no caso de ser o estabelecimento subsidiado pelo Estado. (TANURI, 1979, p. 195).

As escolas normais livres e municipais, até 1927, sofriam várias restrições governamentais, isto porque a administração estadual reconhecia os diplomas expedidos por estas instituições, mas não permitia que os egressos dessas instituições de instrução exercessem a docência no magistério estadual. Vários pedidos por equiparação foram apresentados ao governo desde os anos de 1900, mas somente em 1927, como já foi mencionado, através da Lei n. 2269, a Câmara dos deputados aceitou a tramitação do projeto. No entanto, esta iniciativa só veio a ser aceita porque o governo não conseguia suprir a falta de docentes nos lugares mais afastados da capital do Estado, sendo, portanto, as escolas normais livres ou municipais a única saída plausível e mais barata para o momento.

A reforma de 1927 aconteceu no governo de Júlio Prestes, este por sua vez nomeou como diretor geral da instrução pública Amadeu Mendes, principal mentor da reforma. Para Mendes, havia a necessidade da expansão da formação de professores, uma vez que a falta deste profissional no ensino primário nas regiões mais afastadas da capital do estado era latente, sendo a equiparação das escolas normais livres às oficiais o mecanismo encontrado para levar a formação de professores para o interior do estado.

Além da equiparação das escolas normais às oficiais houve a diminuição de cinco para três anos no período de formação do curso normal. Muitas críticas sobre a diminuição do período de formação dos professores primários aconteceram, alegava-se que com o aligeiramento da formação do profissional da educação, perder-se-ia muito em qualidade. No entanto é preciso reconhecer que, naquele momento, o aumento do número de professores primários era urgente para o combate ao analfabetismo, Inoue (2015, p. 56) chama atenção para esta necessidade dizendo:

Considero ainda que a *Reforma de 1927* foi uma tentativa de forçar os municípios a criarem Escolas Normais, pois o estado alegava que não tinha condições para isso. Então, como os municípios solicitavam professores para lecionar nas escolas vagas, o estado pressionou-os para criarem suas próprias escolas de formação de professores que seriam equiparadas pela lei.

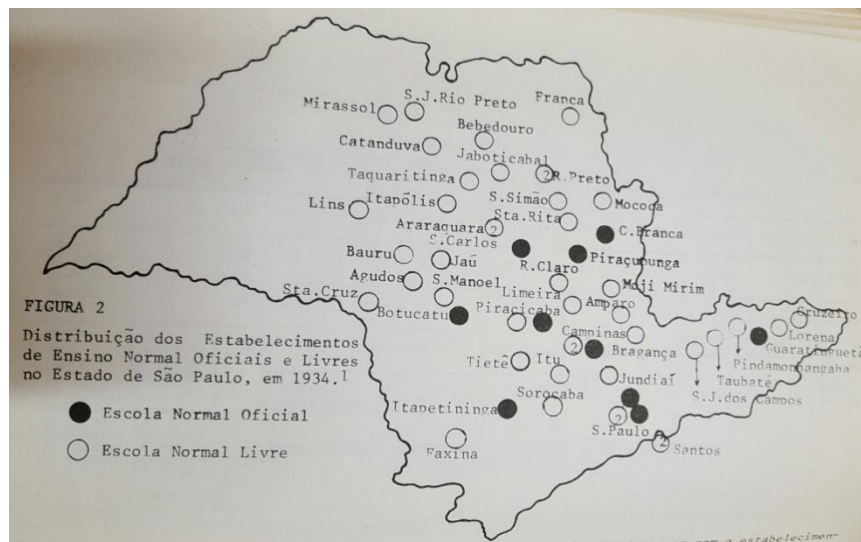
No entanto, as escolas normais livres deveriam seguir regras específicas para que a equiparação fosse concedida. Segundo Inoe (2015, p. 60) “[...] cada município não poderia ter mais de uma Escola Normal em regime de externato ou internato [...]”. “O Estado nomearia um inspetor fiscal para cada Escola equiparada e, além disso, elas deveriam depositar, a cada seis meses, na “Coletoria Estadual”, a importância correspondente aos vencimentos anuais do Inspetor Fiscal e do professor de Pedagogia e Didática.” Além dessas orientações Inoe (2015, p. 60) deixa claro que: “[...] o professor diplomado nas Normais Livres poderia lecionar em uma escola urbana apenas depois de passar 200 dias letivos em exercício em escolas rurais, e só poderia ser professor de Grupos Escolares depois de mais 200 dias letivos em escolas urbanas ou 400 dias em escolas rurais”.

Fica claro aqui que o governo impunha, apesar da equiparação, certas restrições às escolas normais livres, o que não era necessário às escolas normais oficiais. De maneira geral, a reforma de 1927 foi um avanço para o momento histórico no quesito formação de professores, é bem verdade que, mais a frente na história, este mecanismo de equiparação desencadeou um aumento massivo na formação de professores primários, já não sendo possível o oferecimento

de salas de aula a todos que se formavam professores primários, no entanto a nossa pesquisa se limita ao período específico, no qual esta reforma trouxe benefícios imediatos à educação paulista.

Abaixo se encontra um mapa da expansão das escolas normais pelo estado de São Paulo pós reforma de 1927. Fica explícito o grande número de escolas normais livres no interior do estado em detrimento das oficiais, estas últimas se concentram mais próximas à capital do estado.

Figura 6 - Mapa da expansão das escolas normais livres no estado de São Paulo



Fonte: TANURI (1979).

3.1 Escola Normal Livre

A cidade de Itápolis, naquele momento histórico proporcionado pela *reforma de 1927*, com a possibilidade legal de ter uma escola normal, através da Lei municipal n. 85, de 30 de agosto de 1929, criou uma Escola Normal Livre, sendo a ideia inicial de criação de capitão Venâncio de Oliveira Machado que, juntamente com Eugênio de Paula Bueno Brandão, apresentou o projeto à câmara municipal. Em 2 de dezembro de 1929, a Câmara Municipal nomeou a diretoria provisória composta por Valentim Gentil (diretor), Joaquim de Almeida Veloso (Tesoureiro) e Benedito de Almeida França Galvão (Secretário). Em 12 de dezembro de 1929, Odilon Negrão e Valentim Gentil conseguiram junto ao governador do Estado, Júlio Prestes, o reconhecimento deste estabelecimento de ensino. O corpo administrativo da escola ficou constituído da seguinte forma: Antenor da Costa Sene, diretor,

Joaquim de Almeida Veloso, tesoureiro, Benedito Galvão, secretário. O corpo docente ficou composto da seguinte forma: João Ramaciotti (Português e Matemática), Dr. Marinho Rosa (Francês), Augusto Pinto Mendonça (Geografia e Trabalhos Manuais), Angelina Damiano (Desenho), Joanita Vanicorte (Música), Zaira Moura Pinto (Trabalhos Manuais para meninas) e Leão de Sales Machado (Ginástica).

Houve 45 inscritos para o exame de admissão, sendo aprovados 25. Para o funcionamento da Escola Normal a Prefeitura cedeu um edifício na rua Barão do Rio Branco.

Figura 7- Vista do edifício da Escola Normal Livre



Fonte: Museu histórico e pedagógico “Alexandre de Gusmão”

O primeiro ano letivo iniciou-se em 1 de fevereiro de 1930 e em 20 de dezembro de 1933 diplomou-se a primeira turma de professores: Nadir Marques Abbade, Renè Malleto Cyrino, Arnaldo Maradei, Abigail da Costa Sene, Carmen de Cunto, Romilda Supino, Elza Canciani, Julieta C. Del Guercio, Julieta Alves Porto, Laura Del Guercio, Laura A. Schiavo, Laura T. Stella, Lily Bucallem, Maria Helena Lapenta, Nadir Marques Abbade, Rosa Ferraro. O paraninfo foi Valentim Gentil.

Neste ano de 1933 o diretor do estabelecimento era Aureliano Castellar Franceschi, o fiscal, João Ramaciotti. O corpo docente estava assim constituído: Arcipestri Rugeri, Pedagogia, José Leite de Arruda, Biologia, Hélio Gori, Desenho, Antônio S. Muruzzi, Sociologia, Joanita Vanicore Senatori, Música, Sebastiana Porto, Didática.

No ano de 1934 segundo Caldeira (1934) a Escola Normal contava com 68 alunos matriculados. Em 13 de janeiro de 1947, pelo Decreto-Lei n. 16.711¹⁴, instalava-se uma

¹⁴ Vide anexo C.

escola normal junto ao Colégio Estadual de Itápolis convertendo a Escola Normal Livre em estabelecimento oficial.

Com relação a documentos localizados no memorial da atual E. E. Valentim Gentil referentes à Escola Normal Livre pode-se dizer que o montante preservado é bem menor ao referente ao Ginásio do Estado.

No entanto foi possível localizar um livro de “atas do clube de sociologia” existente neste estabelecimento de ensino. No Livro de Atas foi possível encontrar a data de fundação do clube, sendo esta 5 de abril de 1939 e, também, o estatuto do mesmo, no qual ficava instituído que suas reuniões aconteceriam uma vez por mês. Suas funções seriam promover sessões solenes para a discussão de temas sociológicos, publicação de trabalhos de valor produzidos pelos seus membros com premiação aos melhores; promoção de reuniões, conferências, excursões, visitas às instituições sociais; publicação do jornal “o normalista”, sendo este o órgão oficial do clube; oferecimento de uma biblioteca aos sócios. Eram considerados membros do referido clube todos os alunos do curso de formação profissional de professor, estes deveriam arcar com a quantidade de três mil reis de contribuição mensais para o mesmo.

Durante a leitura das atas foi possível perceber que durante as reuniões havia apresentações musicais do orfeão, declamações de poesias e textos, palestras e apresentações de trabalhos realizados pelos normalistas. Para finalizar foi possível perceber que a “Escola Normal Livre de Itápolis” teve sua existência possível devido à reforma educacional de 1927, no entanto teve uma característica importante, esta nunca foi pertencente à iniciativa privada. Esta instituição de instrução pública foi proveniente da esfera municipal, podendo ser encontrados em livros de atas a seguinte nomenclatura “Escola Normal Municipal de Itápolis” e também “Escola Normal Livre”.

3.2 O Instituto de Educação

Para que se possa entender a origem dos institutos de educação é necessária voltar a atenção novamente ao decreto nº 5.884, de 21 de abril de 1933, o conhecido *Código de Educação*. Fernando de Azevedo instituiu através desta lei inúmeras modificações tanto na escola normal, como em outros níveis educacionais. Foi na vigência deste decreto que surgiram os institutos de educação, sendo o primeiro deles o “Instituto de educação Caetano de Campos”.

Art. 599. - O Instituto de Educação tem por fim:

- a) - formar professores primários secundários e inspetores e diretores de escolas;
- b) - manter cursos de aperfeiçoamento e de divulgação, para os membros do magistério;
- c) - ministrar ensino primário e secundário a alunos de ambos os sexos, em estabelecimentos que permitam a observação, a experimentação e a prática de ensino, por parte dos candidatos ao professorado.

Art. 600. - O Instituto de Educação se constitui das seguintes escolas e anexos:

- a) - Escola de Professores
- b) - Escola Secundaria
- c) - Escola Primaria
- d) - Jardim da Infância
- e) – Biblioteca (SÃO PAULO, 1933).

Labegalini (2009, p. 15) vem ratificar esta informação dizendo que “Os institutos de educação (IEs) do Estado de São Paulo foram criados em 1933, como parte da “Reforma Fernando de Azevedo”, sintetizada no *Código de Educação do Estado de São Paulo [...]*.” A autora -ainda chama atenção, dizendo que o documento acima citado “passou a ser visto como um importante marco, representando grande contribuição à formação de professores do estado.” (LABEGALINI, 2005, p. 63) Neste instituto aglutinou-se, como explica (Busch, 1935, p.51) “[...] a Escola de professores, esta compreendendo um curso para formar professores primários, de nível universitário, um para a formação pedagógica de professores secundários, um para inspetores e diretores escolares e os de aperfeiçoamento que se tornassem necessários instituir anualmente.”

Junto a esses cursos havia os estabelecimentos de ensino anexos, sendo eles “[...] Jardim de Infância, Escola Primária, Escola Secundária e 4ª Seção do Colégio Universitário [...]” (BUSCH, 1935, p. 72), estas instituições eram o campo de observação no qual os cursos de formação de professores faziam suas pesquisas e práticas formativas.

A Escola Normal da capital, com a denominação de Instituto de Educação Caetano de Campo, passou a ministrar em sua *Escola de Professores* cursos de formação de professores primários, cursos de formação pedagógica para professores secundários, bem como cursos de especialização para diretores e inspetores “enquanto não se estabelecer em São Paulo a Faculdade de Ciências e Letras” (art. 642). Previam-se a formação inicial, a formação continuada e a pesquisa. Sua inspiração veio do *Teachers Colleges* americanos. Tinha um objetivo claro e uma identidade incontestável. A Escola de Professores, nova e bela proposta, mal chegou a ser instituída e foi abortada, com a criação da Universidade de São Paulo e de sua Faculdade de Filosofia. (MARCÍLIO, 2014, p. 290).

O Instituto de Educação “Caetano de Campos” contava com uma escola primária, os alunos matriculados neste nível educacional deveriam ter 7 anos, onde era possível haver aulas de “práticas de ensino sob a supervisão do professor da seção de Prática de Ensino da Escola de Professores” (LABEGALINI, 2009, p. 58) Também existia o jardim de infância, frequentado por crianças entre 4 e 7 anos. Nestas salas, segundo Labegalini (2009, p. 58), era possível “fornecer às crianças [...] situações para praticar autodireção e autocontrole, desenvolver a iniciativa e a invenção e aprender a coordenar seus esforços e interesses com os de seus companheiros.” Ainda é de suma importância mencionar a existência de uma biblioteca no Instituto de Educação.

Como já informei, o IE “Caetano de Campos” oferecia formação profissional superior à que existia até então, ou seja, anteriormente à reforma do Ensino Normal, as Escolas Normais do Estado de São Paulo não passavam de Cursos ginasiais incompletos. As escolas de aplicação e a Escola de Professores fizeram com que o IE fosse reconhecido como uma “escola normal superior” e como inovação educacional; o Curso de formação profissional (de professores) foi destacado do Curso ginásial, tendo à sua base a Escola Secundária e, como objetivo, a preparação técnica do professor primário. (LABEGALINI, 2009, p. 61).

O Decreto-lei n.8530, conhecido como “Lei orgânica do Ensino Normal” trouxe algumas modificações no cenário federal para o nível educacional em questão. “[...] o Curso Normal passou a compreender dois ciclos: o primeiro (com duração de quatro anos) formaria o regente de ensino primário, ministrado em Cursos Normal regional [...]; e o segundo (com duração de três anos) prepararia o professor primário e era ministrado em escolas normais e IEs”. (LABEGALINI, 2009, p. 64).

No estado de São Paulo houve a necessidade de uma adequação da lei, através do Decreto n. 17.698, de 26 de novembro de 1947. O que realmente aconteceu, de acordo com Labegalini (2009, p. 64 e 65) foi que o: “IE “Caetano de Campos” continuou subordinado à Secretaria da Educação, o Curso para a formação de professores primários passou a ser destinado à formação de professores primários e pré-primários, com duração de três anos, recebendo a denominação de “Curso Normal”.

Já o curso secundário perdeu a divisão “Fundamental” e “Complementar e “passou a ser Ginásial – Primeiro Ciclo – de quatro anos”, este deveria seguir o que estava estabelecido na Lei Orgânica do Ensino Normal. Outros cursos ligados à formação de professores continuaram a serem ministrados pelos institutos de educação, podem ser citados: Cursos pós-graduados, curso de aperfeiçoamento, cursos de administradores escolares de grau primário.

Também se criou, ainda segundo Labegalini (2009, p. 64 e 65) Cursos de Especialização de nível post-graduados, sendo eles de “Educação Pré-Primária, Didática Especial de Curso Complementar Primário, Didática Especial do Ensino Supletivo, Didática Especial do Desenho e Artes Aplicadas, Didática Especial de Música e Canto”. Com a promulgação da “Lei Orgânica do Ensino Normal em 1947 e no estado de São Paulo com o Decreto 17.698, de 26 de novembro de 1947, como já foi explicado anteriormente, reformulou-se o currículo do Curso Normal e estabeleceu-se o Instituto de Educação Caetano de Campos como modelo para todos os outros a serem instalados” (ZANCUL, SOUZA, VALDEMARIN, 2014, p.114 e 115)

Os institutos de educação caracterizavam-se por reunir diferentes cursos e graus de instrução num mesmo estabelecimento e, com isso, proporcionar melhores condições de aprendizado tanto para os futuros professores como para os cursos primário e pré- primário; neles, as professoras dos cursos primário anexo desempenhavam um importante papel na articulação entre os dois níveis de instrução, e a manutenção dessa forma organizativa na legislação de 1946 consolidou o modelo implantado após a Proclamação da República e ampliou a exigência de especialização para atuação no sistema escolar. (ZANCUL, SOUZA, VALDEMARIN, 2014, p. 116).

Labegalini (2005, p. 65) também explica o impacto do Decreto 17.698 de 26 de novembro de 1947. O Instituto de Educação “Caetano de Campos”, “continuou subordinado à Secretaria da Educação”. A mudança mais latente se deu na formação dos professores primários, ficou estabelecido que a formação destes teria a “duração de três anos, recebendo a denominação de “Curso Normal””. Já o secundário foi “dividido em “Fundamental” e “Complementar” e passou a ser Ginásial” este último duraria quatro anos. Por último, deve-se falar sobre o curso primário, agora como “Primário Comum, de quatro anos, e Complementar, de um ano”. O jardim de infância continuou com a mesma configuração anterior. A interiorização desses institutos só veio a acontecer em 1951. Labegalini (2009, p. 15) chama a atenção para esses dados dizendo que houve “a criação de novos institutos de educação até 1967.” Sendo que estes permaneceram com as características inerentes aos institutos de educação até 1975.

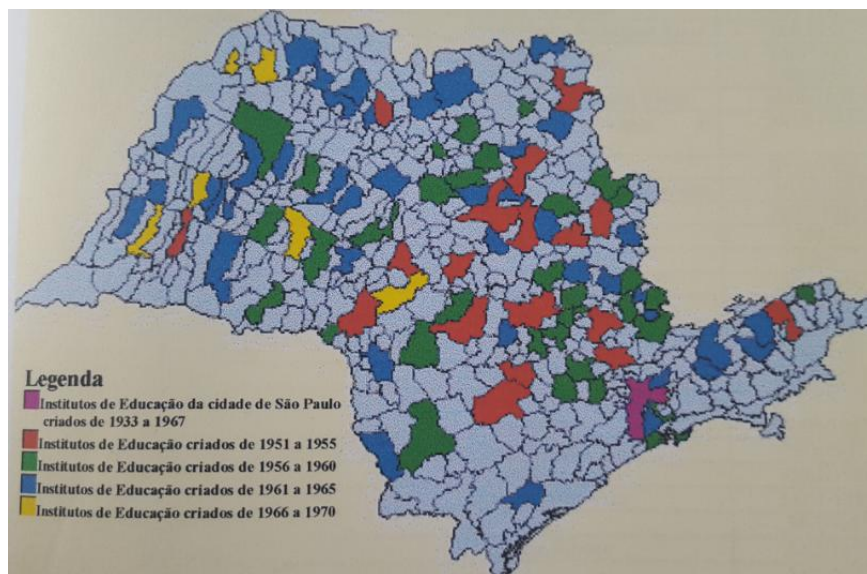
3.2.1 A expansão dos Institutos de Educação e o IE “Valentim Gentil”

No município de Itápolis, segundo documento oficial encontrado no memorial da E.E. Valentim Gentil, os termos de transformação da escola normal em instituto de educação ficaram instituídos pela “Lei nº 4751 de 23 de maio de 1958¹⁵”. Esta transformava a Escola Normal “Valentim Gentil” de Itápolis, em Instituto de Educação”. Nos artigos da lei ficavam especificados os termos desta transformação, de forma que “as instalações, móveis, pessoal e verbas orçamentárias relativas à Escola Normal” ficariam agora pertencentes ao Instituto de Educação.

O colégio que já funcionava no mesmo prédio poderia continuar funcionando no mesmo ambiente, desde que “não contrariasse as normas pedagógicas próprias do ensino normal e o permitissem as condições materiais do edifício”. O diretor da instituição de ensino, neste momento era Ernesto Ferrari.

A lei foi assinada por Jânio Quadros (presidente em exercício), Vicente de Paula Lima e Carlos Albuquerque Seiffarth (diretor geral). A publicação no *Diário Oficial* aconteceu na data de 24 de maio de 1958.

Figura 8 - Localização geográfica dos Institutos de Educação do estado de São Paulo entre 1933 e 1970



Fonte: (LABEGALINI, 2005)

Na figura acima, elaborada por Labegalini (2005, p. 77) fica clara a distribuição dos Institutos de Educação pelo estado de São Paulo. A autora demonstra com bastante clareza a forma como esse tipo de instituição de instrução pública se espalhou pelo território paulista.

¹⁵ Vide anexo E.

Figura 9 - Número de estabelecimentos de instrução pública criados ou transformados em Instituto de Educação no período de 1933 a 1967

criação/ transformação	Número de estabelecimentos criados/transformados por ano																		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19
1933	X																		
1946	X																		
1951		X																	
1953																X			
1954	X																		
1956		X																	
1957																			X
1958												X							
1960									X										
1961											X				X				
1962												X							
1963					X														
1964								X											
1965												X							
1966		X																	
1967					X														

Fonte: (LABEGALINI, 2005).

A figura acima, também de elaboração de Labegalini (2005, p. 81) traz a quantidade de instituições de instruções públicas criadas ou transformadas em Institutos de Educação no período compreendido entre os anos de 1933 e 1967, sendo o ano de 1958 o de transformação da “Escola Normal Oficial” de Itápolis em Instituto de Educação. Neste ano houve mais 11 criações/ transformações em outros municípios do estado de São Paulo.

Labegalini (2005, p. 85) chama atenção ainda para o período compreendido entre 1956 e 1960. Durante estes quatro anos foram criados um total de 41 institutos de educação, dentre eles, como ficou claro, o de Itápolis. Isto fica ratificado no excerto:

[...] houve a criação de 41 IEs, sendo quatro na Capital (no bairros de Anhanguera, Santo Amaro, e os dois restantes, que não apresentaram nos decretos de criação os bairros onde estavam situados, de denominação “Fernão Dias País” e “Antonio Firmino de Proença”) e 37 no interior, nas cidades de: Socorro, Bragança Paulista, São Vicente, Pirajuí, Sorocaba, Itu, Santos, Avaré, Assis, Rio Claro, Amparo, Tietê, Araçatuba, Tupã, Taquaritinga, Penápolis, Santo André, Jaboticabal, Catanduva, Limeira, Ourinhos, Mococa, Capivari, Itapeva, Santa Rita do Passa Quatro, Marília, Pinhal, Itapira, Orlândia, **Itápolis**, Santa Bárbara d’Oeste, São José do Rio Pardo, São Manuel, Bebedouro, São Roque, Cruzeiro e Americana (LABEGALINI, 2005, p. 84, grifo nosso).

Segundo a autora, alguns destes 41 Institutos de Educação, se estabeleceram em cidades vizinhas, o que pode ser explicado, nas palavras da mesma, “por meio da observação do caminho percorrido pelas estradas de ferro, que levaram o desenvolvimento para o interior do estado.” (LABEGALINI, 2009, p. 83).

A autora, versando ainda sobre a expansão dos institutos de educação para o interior e para o litoral nas décadas subseqüentes à criação do Instituto de educação da capital, o conhecido “Caetano de Campos”, acredita não ter havido um planejamento na expansão dos institutos de educação, a marcha para o interior e para o litoral aconteceu de maneira aleatória. Esta expansão é justificada pela autora da seguinte forma, a:

Lei Orgânica do Ensino Normal, de 1946 estimulou a criação dos IEs nesse Estado e no país e, apesar da acelerada criação desses IEs na década de 1950, foi na década de 1960 que foram criados em maior número no Estado de São Paulo. (LABEGALINI, 2009, p. 81).

A expansão dos Institutos de Educação aconteceu devido à prática de transformar “Escolas Normais”, “Colégios Estaduais e Escolas Normais” ou, ainda, de “Ginásios Estaduais e Escolas Normais” em Institutos de Educação. No caso do agora, Instituto de Educação Valentim Gentil, houve a transformação do “Colégio Estadual e Escola Normal”, juntamente com o Grupo Escolar em instituto de educação. Neste caso o grupo escolar funcionava em outro prédio e foi anexado as outras duas instituições de instrução pública que já funcionavam no mesmo lugar.

A de correspondência oficial entre inspetores seccionais de ensino durante o ano de 1959, ano subseqüente à transição da Escola Normal em Instituto de Educação, localizada na “E.E. Valentim Gentil”, permitiu verificar que a nomenclatura utilizada referente ao instituto era “Colégio Estadual e Instituto de Educação Valentim Gentil” e mais do que isso, foi possível determinar que o assunto tratado nesta troca de correspondências se referia à regulamentação do funcionamento do segundo ciclo da instituição de ensino.

Nestas correspondências o nome de “Lauro Costa” aparece como sendo o do inspetor designado para analisar a condição do segundo ciclo do Colégio Estadual e Instituto de Educação para fins de funcionamento. Desta forma, entende-se, nas palavras de Zancul, Souza e Valdemarin (2014, p. 114) que os Institutos de Educação tiveram grande importância para a educação paulista. Para as autoras “os institutos de educação tiveram seu período áureo no estado de São Paulo entre 1933 e 1971, no qual adquiriram a marca de distinção que se estendia aos seus integrantes, como um atestado de excelência educacional”.

4 ENSINO SECUNDÁRIO

Segundo Souza (2008) ao fim do Império, encontrava-se o ensino secundário brasileiro em situação de extrema precariedade e desorganização. O sistema de exames parcelados, necessidade para que se entrasse no ensino superior, eram extremamente prejudiciais. O número de alunos no ensino secundário era mínimo e os colégios particulares cresciam muito. O que se primava era que o aluno passasse nos exames de admissão no ensino superior, o que fazia do ensino secundário um cursinho preparatório.

Dessa maneira, nas primeiras décadas do século XX, subsistiram dois sistemas paralelos de organização do ensino secundário no Brasil: os estudos regulares realizados nos ginásios mantidos pelos governos estaduais e em alguns poucos colégios privados equiparados e os estudos parcelados predominantes nos estabelecimentos particulares. (SOUZA, 2008, p.91).

Este ensino secundário era fundamentado em estudos literários, o que o distanciava de uma aplicação imediata e prática na vida cotidiana. No estado de São Paulo, até 1930, segundo Souza (2008, p. 117) havia o funcionamento de três ginásios públicos, o Ginásio da Capital instalado em 1894, o ginásio de Campinas em 1896 e o ginásio de Ribeirão Preto em 1906. Os alunos que frequentavam estes estabelecimentos de ensino, em sua maioria, eram oriundos de diferentes regiões do estado de São Paulo e eram prioritariamente de famílias abastadas. Estes locais eram vistos pela sociedade como ambientes voltados ao “[...] saber, à educação e à cultura” (SOUZA, 2008, p. 124).

Estar matriculado em instituição de ensino dessas, tão raras neste período da história brasileira, conferia ao indivíduo alta diferenciação social devido o alto grau de erudição do programa ministrado nestes estabelecimentos de ensino e do número ínfimo de instituições de instrução secundária em todo o Brasil. Os ritos de diplomação e as celebrações públicas eram vistos como momentos propícios para que os, agora bacharéis, pudessem demonstrar toda sua sapiência adquirida durante os anos frequentados nos ginásios. É importante destacar também o alto teor punitivo regulamentado pelas instituições secundárias desta época, através dos regimentos. Assim como a importância, nas palavras de Souza (2008, p. 129): “O conagraçamento intelectual, a criação de grêmios e associações estudantis, a prática de esportes, a sessões artístico-culturais e uma pulsante imprensa, veiculando criações literárias e debates políticos.”

Duas grandes reformas federais foram de suma importância no âmbito do ensino secundário no período em questão, sendo elas a Reforma Francisco Campos, em 1931 e a Reforma Capanema, em 1942.

4.1 Criação do Ginásio Oficial do Estado

Para que possa haver claro entendimento sobre a criação do Ginásio Oficial do Estado em Itápolis é preciso voltar alguns anos no tempo, mais especificamente no final da década de 1920 e início da década de 1930, quando, através da Lei Municipal n. 85 de 30 de agosto de 1929, na administração do prefeito Eugenio de Paula Brandão, a Câmara Municipal de Itápolis criou a “Escola Normal Livre” no regime de externato, o curso em questão teria três anos e formaria professores de ambos os sexos. Algumas regras delimitadas pela lei acima citada deveriam ser seguidas no funcionamento da instituição de ensino, dentre elas destacam-se, pela importância, as seguintes:

1º) o diretor ou diretora será brasileiro nato; 2º) o ensino da matéria do curso será ministrado por corpo docente composto de nacionais; 3º) os seus cursos e programas serão organizados de acordo com o regime adotado nas Escolas Normais Oficiais do Estado; 4º) a orientação didática a ser observada será sempre a que for emanada pela Diretoria Geral do Ensino do Estado. (ITÁPOLIS (SP), 1929).

Desta forma, o funcionamento da Escola Normal Livre foi autorizado pelo governo estadual em 12 de dezembro de 1930. Mais tarde, em virtude do dispositivo Código de Educação do Estado, Decreto n. 5.884, de 21 de abril de 1933, a Prefeitura Municipal autorizou a adaptação do estabelecimento ao regime de ginásio, nos moldes do Colégio Pedro II, sendo organizado o respectivo regimento interno, este foi aprovado pela Prefeitura no dia 21 de maio de 1934. Em virtude desta organização, o estabelecimento ficou compreendendo três cursos: o curso fundamental ginásial, o curso profissional destinado à formação de professores normalistas (regime estadual) e, anexo, o curso de aplicação, isto é, classes de alunos primários.

No entanto, para que se tenha real dimensão do cenário federal referente ao ensino secundário e de expressões técnicas aqui utilizadas, há a necessidade do mínimo entendimento da Reforma Francisco Campos empreendida em 1931. Esta foi composta por vários decretos, sendo os referentes ao ensino secundário: Decreto n. 19.890 de 18 de abril de 1931 que

dispunha sobre a organização do ensino secundário e o Decreto n. 21.241 de 14 de abril de 1932 que consolidava as disposições sobre a organização do ensino secundário.

Até então este nível educacional estava esquecido, o que existia, como já foi mencionado anteriormente, e a esses era dado valor, eram exames que proporcionavam a entrada no ensino superior, não havia a obrigação da frequência a todas as séries do ensino secundário para que a entrada no ensino superior fosse permitida, havia somente a necessidade da aprovação nos exames, o que propiciou o aparecimento de inúmeros cursos preparatórios para exames, sendo estes, cursinhos pertencentes à iniciativa privada. A reforma Francisco Campos vai trabalhar exatamente neste impasse com:

1. implementação definitiva do sistema seriado;
2. abdicação pelo Estado (União) do monopólio do acesso ao 3º grau, estendendo a política de equiparação das escolas;
3. criação de um sistema federal de regulamentação, fiscalização e orientação pedagógica das escolas equiparadas. (ROCHA, 2000, p. 35).

A reforma mencionada aqui teve grande repercussão porque, através desta, conseguiu-se colocar um fim no caráter preparatório do ensino secundário com a implantação definitiva do sistema seriado e obrigatório. Além de que a referida reforma não permitia que o ensino secundário fosse apenas um trampolim para o ensino superior, mas, segundo Rocha (2000, p. 36) formadora da personalidade do aluno. Outro ponto importante da reforma Campos estava ligado à manutenção das equiparações das escolas secundárias. Este mecanismo se estendia também às escolas particulares e podia ser visto como instrumento de interferência do Estado no ensino e de homogeneização das instituições escolares. Nas palavras de Rocha (2000, p. 37):

O que queremos salientar, enfim, é que foi a política de ensino do primeiro período republicano que estabeleceu a forma do processo de alargamento das atribuições federais em matéria de ensino secundário. Por mais que a Constituição de 1891 proclamasse a exigência de ampliação do papel da União na criação e manutenção de estabelecimentos de ensino (Art. 35, nº 3), não foi assim que se deu o processo de interferência da União, mas pelo instituto da equiparação.

A reforma em questão foi prioritariamente pautada nos pressupostos da Escola Nova, estes tiveram grandes influencias sobre o mentor da reforma. Nesta linha de raciocínio foram priorizadas as “exigências do mundo contemporâneo”, “a qualidade de uma educação fundada

nos processos de aquisição dos conhecimentos e no desenvolvimento de capacidades como solução de problemas e adequações a situações novas.” (SOUZA, 2008, p. 148).

A reforma Campos foi a precursora da organização do ensino secundário para que houvesse maior expansão nas décadas seguintes. Nas palavras de Souza (2008, p. 163) “embora não tenha significado uma ruptura com o passado, as inovações foram significativas”. Desta forma, seguindo esta organização política e burocrática, em 10 de abril de 1935, através do Decreto n. 7.105¹⁶, o Interventor no Estado de São Paulo, Doutor Armando de Salles Oliveira, reconheceu o ginásio de Itápolis como estabelecimento oficial do Estado, ficando o poder executivo autorizado a receber da municipalidade de Itápolis a doação do prédio, instalações e material didático, etc. devendo, porém, a Prefeitura custear, durante o ano de 1936, as despesas do estabelecimento.

No corrente ano, com a transferência para o Estado, de mais 13 ginásios criados em 1934 e 1935 e até fins do ano findo custeados pelas respectivas municipalidades, ficou elevado a 22 o numero do gymnasios oficiais existentes no Estado. [...] São os seguintes os treze novos ginásios estaduais: Amparo, Avaré, Bauru, Faxina, Franca, Jaboticabal, Mogi das Cruzes, Piraju, Santos, São João da Boa Vista, São José do Rio Pardo, Sorocaba e Tietê. A esse deverão ser acrescentados, em 1937, mais os ginásios de Itápolis e Penápolis. (DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1935, p. 261).

O Ginásio do Estado ficou organizado da seguinte forma: para o administrativo contava com um diretor, um secretário, um escriturário, uma inspetora, um auxiliar de inspetor, um porteiro e um servente, sendo todos de nomeação da prefeitura. Os serviços de matrícula e toda a escrituração escolar eram feitos em conformidade com as leis e regulamentos traçados pela organização federal do país. A parte financeira estava ainda sob encargo do município, de forma que a prefeitura municipal era a entidade fundadora e mantenedora do estabelecimento. A diretoria organizava mensalmente as folhas destinadas ao pagamento do pessoal, não tendo nenhuma outra intervenção na vida financeira do ginásio além da citada acima. A Prefeitura conseguia os recursos para o funcionamento do estabelecimento de seu orçamento anual, que por sua vez era oriundo de cobranças de taxas aos alunos e pela cobrança dos impostos de seus contribuintes.

Na época em questão ter uma instituição de ensino secundário na localidade era sinal de prestígio para o município. Nas palavras de Dallabrida e Souza (2014, p. 214) “para os políticos locais, as instituições de ensino secundário, normal e superior representavam

¹⁶ Vide anexo A.

prestígio para o município, revelando o grau de cultura da localidade. [...] a conquista do ginásio, colégio, escola normal ou instituto de educação era um empreendimento altamente lucrativo do ponto de vista simbólico.” Desta forma a análise do período entre 1930 e 1940 se torna extremamente importante:

[...] a expansão ocorrida no período mencionado foi significativa e apresentou características peculiares. Por um lado, sucedeu em um período de instabilidade política e de autoritarismo marcado pela atuação dos interventores; por outro lado, contou com o papel proeminente do Poder Público Municipal negociando diretamente com o Poder Executivo. (DALLABRIDA, SOUZA, 2014, p. 214).

Esses autores afirmam que havia, no período em questão, a preponderância do ensino particular em detrimento ao público e que o crescimento do ensino secundário entre 1930 e 1947 está intrinsecamente ligado a articulações políticas entre os governos do estado de São Paulo e os municípios. Há vários casos, por exemplo, de colégios particulares que passaram para iniciativa municipal e depois para as mãos do Estado.

A propósito, o estudo realizado por Camargo (2000) sobre as origens do primeiro ginásio estadual de Rio Claro e o estudo de Souza e Valdemarin (2010) sobre o primeiro ginásio de Araraquara atestam as similaridades de um processo histórico que parece ter sido mais comum do que se imagina no estado de São Paulo, isto é, a passagem do colégio particular para as mãos do poder municipal e deste para o poder estadual. (DALLABRIDA, SOUZA, 2014, p.216-217).

Segundo esses autores, no ato de criação destas instituições ficava delimitado a doação do prédio do município para o estado e o processo de transição, no caso de Araraquara, todas as despesas ficariam sob responsabilidade do município por certo período de tempo. Ainda segundo esses autores chamam a atenção para importância de a área da historiografia da educação no Brasil se preocupar com a contribuição dos municípios no desenvolvimento do ensino, sendo de suma validade delimitar e entender a importância desta esfera pública na expansão do ensino secundário. É importante salientar aqui que o Código de Educação do Estado de São Paulo de 1933, decreto n.5884 de 21-04-1933, regulamentava a participação do município na transição destas instituições de ensino. “O governo de São Paulo poderia subsidiar por prazo de cinco anos as municipalidades do estado que mantivessem por sua conta estabelecimentos de ensino secundário [...]” (DALLABRIDA, SOUZA, 2014, p.223). Desta forma, entende-se que o que aconteceu em Itápolis vem ratificar os

acontecimentos acima descritos historicamente, com o diferencial de que o ginásio de Itápolis nunca foi pertencente à iniciativa privada, mas de iniciativa municipal.

Segundo as “Fichas de classificação do Ministério da Educação” dos anos de 1932, 1936, 1937, 1939, 1944, 1945 o ginásio ficava localizado na parte central da cidade, na esquina das ruas 15 de Novembro¹⁷ e a Barão do Rio Branco, com frente para o largo da Matriz, sendo esta uma praça arborizada. O terreno era natural, alto e seco, sendo fechado por muro alto em todas as faces. A área livre atingia 679,91 m² e a área coberta para o recreio 120,90 m².

Ainda em acordo com as “Fichas de classificação do Ministério da Educação” dos anos de 1932, 1936, 1937, 1939, 1944, 1945 possuía dois andares, no andar térreo ficavam localizados: saguão e portaria na entrada principal; gabinete do diretor e inspetor federal, sala da secretaria, hall com 10,50 m de comprimento por 3,50 de largura, 2 *watter closets*, sendo um para alunos da seção masculina e um para o corpo docente e pessoal administrativo, sala de biblioteca com 40 m², na qual se encontrava também o museu de história natural, sala de aula n. 1; e laboratórios de física e química. No andar superior estavam localizados: hall com 10,50 metros de comprimento por 3,70 metros de largura; 2 *watter closets*, destinados à seção feminina; salas de aulas n. 2, 3, 4, e 5; e sala dos professores. As salas n. 2 e 3 tinham uma parede interna que as separava e isolava uma de outra, se transformando, uma vez retirada essa parede, que era desmontável, em auditório ou salão, com área total de 83 m². Havia também 2 entradas: a porta principal para a rua Barão do Rio Branco e a outra na direção da rua 15 de Novembro destinada à entrada e saída de alunos.

Figura 10 - Vista lateral do edifício do Ginásio do Estado



Fonte: Ficha de Classificação do Ministério da Educação e Saúde Pública.
Inspetoria Geral do Ensino 1936.

¹⁷ Atualmente a Rua 15 de novembro foi rebatizada como Avenida Valentim Gentil.

Figura 11- Fachada do Ginásio do Estado



Fonte: Ficha de Classificação do Ministério da Educação e Saúde Pública. Inspetoria Geral do Ensino 1936.

4.2 O reconhecimento

Voltando a mencionar os dispositivos reguladores da reforma Francisco Campos previstos nos Decretos n. 19.890 de 18 de abril de 1931 e 21.241 de 14 de abril de 1932, o ensino secundário foi organizado de maneira sistemática. Para tanto, era necessária padronização de qualquer ginásio público através de equiparação e inspeção federal, sendo que para expedição dos certificados aos alunos, as escolas secundárias deveriam requerer esta equiparação junto ao Ministério da Educação e Saúde Pública, “devendo apresentar instalações, edifícios e material didático apropriados, corpo docente inscrito no Registro de Professores, regimento aprovado previamente pelo Departamento Nacional de Ensino e pagamento de cota anual de inspeção no valor de 12:000\$000 para os estabelecimentos com menos de 200 alunos” (SOUZA, 2008, p. 150).

Portanto, logo da criação do Ginásio, a Prefeitura de Itápolis começou a trabalhar para conseguir o regime de inspeção preliminar previstos nos artigos 50 e 51 do Decreto n. 21.241 de 14 de abril de 1932, Nestes artigos ficavam previstos as exigências para que fosse concedido ao Ginásio equiparação. O estabelecimento de ensino que tivesse este reconhecimento poderia expedir certificados de habilitação, válidos para os fins legais aos alunos que nele fossem matriculados. Para tanto deveria ser preenchido os seguintes requisitos enumerados no artigo 51 da lei acima citada:

Art. 51. A concessão de que trata o artigo anterior será requerida ao Ministério da Educação e Saúde Pública, que fará examinar em verificação

prévia pelo Departamento Nacional do Ensino, as condições do estabelecimento, o qual deverá satisfazer os seguintes requisitos essenciais:

I. Dispor de edifício, instalações e material, didático em acordo com as normas estabelecidas pelo Departamento Nacional do Ensino e aprovadas pelo Ministro da Educação e Saúde Pública.

II. Ter corpo docente inscrito no registro de professores.

III. Manter na sua direção, em exercício efetivo, pessoa de notória competência e irrepreensível conduta moral.

IV. Oferecer garantias financeiras bastantes para o funcionamento durante o período mínimo de dois anos.

V. Obedecer à organização didática e ao regime escolar estabelecidos neste decreto. (BRASIL, 1932).

Para tanto, em 10 de dezembro de 1935, o prefeito interino de Itápolis, Odilon Negrão, enviou documento a Nóbrega da Cunha,¹⁸ Inspetor Geral do Ensino Secundário, e ao Dr. Paulo de Assis Ribeiro, Diretor-Geral da Educação, relatando o adiantamento das obras de mais duas salas de aulas, dentro das normas exigidas pelo Departamento Nacional de Ensino no prédio que a prefeitura estava cedendo para a instalação do ginásio, vindo então solicitar regime de inspeção preliminar no mesmo documento, tendo em vista o propósito da Prefeitura de colocar o prédio em condições higiênicas e pedagógicas convenientes para o bom funcionamento do mesmo. No entanto, apesar da construção de mais duas salas e das adequações necessárias para a obtenção do regime de inspeção preliminar, o Ginásio somente conseguiu esta inspeção em 8 de outubro de 1936, com a validade de dois anos. Isto porque houve necessidade do registro de alguns professores que ainda não tinham seus registros autorizados pela Diretoria Nacional de Educação.

Foi possível encontrar no memorial da E. E. “Valentim Gentil” pedido de inspeção permanente datados de 19 de novembro de 1938, dirigido ao ministro da Educação e Saúde Pública Gustavo Capanema, feito pela secretaria da Educação e Saúde Pública, na pessoa de Álvaro de Figueiredo Guião¹⁹.

Em 12 de junho de 1942, a Secretaria dos Negócios da Educação e Saúde Pública, Departamento de Educação voltou a requerer a revisão das condições exigidas pelos artigos 51 – 53, do Decreto n. 21.241, de 4 de abril de 1932, a fim de ser concedido ao Ginásio do

¹⁸ Segundo Fávero, Britto (1999, p. 116), Carlos Alberto Nóbrega da Cunha teve sua aproximação com a educação na gestão de Fernando de Azevedo na Direção-Geral da Instrução Pública do Distrito Federal (1927-30). Em 1932 assumiu a diretoria de Instrução Pública do Estado do Rio de Janeiro, permanecendo até 1933. Foi um dos 26 signatários do “Manifesto dos Pioneiros”. Também foi membro da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), desde 1930, e ABE, desde 1928. Na educação foi professor do Conservatório Nacional de Teatro.

¹⁹ Segundo o site da prefeitura de São Carlos, Álvaro Guião era médico, foi chefe de clínica hospitalar na Maternidade de São Paulo, cirurgião do Sanatório Santa Catarina e do Hospital Alemão e sócio fundador da Associação Paulista de Medicina. Foi nomeado secretário de Educação e Saúde Pública de São Paulo em julho de 1938, ficando no cargo até o final de 1939.

Estado o regime de inspeção permanente. Aqui é importante esclarecer que o ensino secundário havia passado por outra reforma, esta agora fora realizada sob a direção do então Ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema, através da lei orgânica do ensino secundário, em vigor legalmente como Decreto-lei n. 4.244 de 9 de abril de 1942. Capanema manteve a necessidade do reconhecimento dos estabelecimentos de ensino pela esfera federal, como antes era feito no período administrado por Francisco Campos. No entanto, é importante ressaltar mudanças na nomenclatura utilizada para o reconhecimento das instituições de ensino. Haveria agora os ginásios equiparados mantidos pelos estados ou pelo Distrito Federal e os reconhecidos sob os domínios municipais ou de iniciativas particulares.

Em 1 de julho de 1942, pela Portaria n. 461, o Departamento Nacional de Educação resolve designar, nos termos do artigo 9º da Lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937 os inspetores Horácio Ramalho, Waldemar Rocha Barros e Arthur Osório de Aguiar Pinto, extranumerários mensalistas da Divisão de Ensino para verificarem as condições do Ginásio do Estado em Itápolis para fim do reconhecimento definitivo. No entanto, depois de muitos problemas com a Divisão de Educação Física, através do Decreto n. 20348 de 7 de janeiro de 1946²⁰, o Presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, concedeu ao Ginásio do Estado a equiparação sob o regime de inspeção permanente.

4.3 Exames de admissão

Os primeiros sinais da implantação dos exames de admissão são datados de 1911, através do Decreto n. 8.659 de 5 de abril foi aprovada a Lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental na República, que, segundo Dallabrida e Souza, (2014, p. 118) “estabelece que, para requerer matrícula no Colégio Pedro II, o candidato deve ter 12 anos de idade, no mínimo [...]; e que se ache habilitado a empreender o estudo das matérias do curso fundamental.” Este requisito era verificado através do exame de admissão:

[...] que constava de prova escrita que revelava conhecimento da língua vernácula (ditado, análises, lexicológica e sintática) e prova oral, que versava sobre leitura com interpretação do texto, rudimentos da língua francesa, de corografia e de história do Brasil, e toda a parte prática de aritmética elementar. (DALLABRIDA e SOUZA, 2014, p. 119).

²⁰ Segundo fichas de inspeção do Estado e correspondência oficial encontrados no memorial da E. E. “Valentim Gentil” foi possível perceber que o presidente no ano de 1946 era Eurico Gaspar Dutra e este assinou o reconhecimento permanente ao Ginásio do Estado em Itápolis, no entanto toda a tramitação para isto, se deu durante o governo de Getúlio Vargas.

A reforma empreendida pelo ministro Francisco Capanema veio ratificar o exame a nível nacional. Este era composto de “provas escritas eliminatórias, de Português e Aritmética (nota mínima 50), e orais de Português, Aritmética, História do Brasil e Geografia.” Havia ainda alguns requisitos importantes para que o aluno pudesse se candidatar a tal exame. “O exame podia ser realizado no final da quarta série do ensino primário, com idade mínima de 11 anos.”

O Decreto n. 19.890 – de 18 de abril de 1931, que dispõe sobre a organização do ensino secundário, no capítulo III, artigo 18, estabelece que o candidato à primeira série do curso ginásial deverá prestar exame de admissão na segunda quinzena do mês de fevereiro; regulamenta que os candidatos devem ter a idade mínima de 11 anos (Art. 19.) [...] O decreto também estabelecia que o aluno, ao requerer inscrição, deveria apresentar o atestado de vacinação antivariólica e o recibo de pagamento da taxa de inscrição.(DALLABRIDA, SOUZA, 2014, p. 119-120).

As orientações quanto à aplicação do exame e os requisitos necessários para a inscrição para a realização do mesmo passaram por algumas modificações. A primeira “estabelece que o candidato tenha 11 anos completos até 30 de junho do ano que requer inscrição.” Além de exigir que o aluno estivesse regularmente matriculado no ensino primário, sendo que o exame deveria ser realizado somente em dezembro em estabelecimentos com inspeção federal e que tivessem ensino primário regular (DALLABRIDA, SOUZA, 2014, p. 120). Os exames poderiam ser feitos em primeira época em dezembro, ou em segunda época em fevereiro, sendo que os reprovados no primeiro não poderiam prestar o exame em segunda época.

A Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942, baixada pelo ministro da Educação, Gustavo Capanema, manteve o exame de admissão, acrescentando a possibilidade do aluno reprovado ou que não tivesse realizado a prova em dezembro, realizassem a prova em segunda época, no mês de fevereiro. O referido exame teve vida longa na história da educação brasileira, sendo abolido somente em 1971 pela Lei n.5692 que reformou o ensino, transformando o primário e o ginásio em Primeiro Grau. Dallabrida e Souza (2014, p.124) fazem um balanço da aplicação dos exames como uma representação de um “obstáculo para a continuidade e o término da escolaridade para uma grande parcela da população”. Os exames de admissão eram vistos como algo nocivo às crianças que não conseguiam entrar no ensino secundário. Estes ficavam ociosos porque a idade que tinham não permitia que estes entrassem no mercado de trabalho.

A Federação das Indústrias de São Paulo, em relatório elaborado para o ministro do Trabalho, chama a atenção do ministro para este que ficou conhecido como o problema do ‘hiato nocivo’, e propõe que a idade mínima para o trabalho do menor seja reduzida, para que essas crianças possam ser salvas da marginalidade. (SCHWARTZMAN, BOMENY, COSTA, 1984, p. 191).

A seguir é possível empreender análise do número de inscritos nos exames de admissão no Ginásio Oficial do Estado em Itápolis e, respectivamente, do número de reprovados.

Quadro IX – Número de inscritos no exame de admissão de 1935 a 1945

Ano	Inscritos	Aprovados	Reprovados
1935	43	43	0
1936	84	84	0
1937	54	52	02
1938	84	66	18
1939	77	53	24
1940	62	53	09
1941	73	59	14
1942	81	81	00
1943	61	46	15
1944	97	69	28
1945	100	46	54

Fonte: Atas dos exames de admissão de 1935 a 1946.

Os exames de admissão até o ano de 1942 eram realizados em uma única vez no mês de fevereiro. Em 1943 houve uma mudança, sendo realizados dois exames, um em primeira época no mês de dezembro e outro em segunda época no início do mês de março. Os candidatos eram avaliados em exames escritos e orais de aritmética e português. Em seguida em história, geografia e ciências, sendo feita uma média geral de todas essas avaliações. É interessante esclarecer que era feita uma média da prova oral e escrita de língua portuguesa e o mesmo com a prova de aritmética, essas médias eram somadas às notas dos exames de história, geografia e ciências, sendo feita uma média geral destas cinco notas para a classificação final dos alunos. Os exames eram realizados sob a presidência de um Inspetor Federal, banca examinadora composta por professores do estabelecimento e o diretor.

4.4 Matrículas no período de 1935 a 1945

Durante o primeiro ano de funcionamento do Ginásio Municipal, 1935, matricularam-se no estabelecimento 146 alunos, sendo estas matrículas referentes aos três

curso oferecidos naquele momento. Para os exames de admissão ao curso ginásial de 1936 estavam inscritos 84 candidatos. O horário de funcionamento para o curso primário era das 8 horas às 12 horas, para o curso profissional, das 7 horas às 12 horas e para o curso ginásial das 12 horas e 10 minutos às 16 horas. O ginásio não atendia somente estudantes da cidade de Itápolis, mas também das cidades vizinhas como: Borborema, Tabatinga, Ibitinga, Iacanga, Novo Horizonte, Itajobi, Santa Adélia e Matão.

Quadro X - Número de matrículas no ginásio do estado em 1935

Séries	Ginásio Regime Federal (secundário)	Ginásio Reg. Est. (secundário)	Centro de Formação Profissional do Professor	Curso Primário	Total
	M / F	M / F	M / F	M / F	
1	18 / 26	- / -	- / -	- / -	44
2	- / -	15 / 4	- / -	- / -	19
3	- / -	4 / 2	- / -	- / -	06
4	- / -	7 / 2	- / -	- / -	09
5	- / -	- / 3	- / -	- / -	03
Profissional	- / -	- / -	2 / 10	- / -	12
Preliminar	- / -	- / -	- / -	29 / 24	53
Soma	18 / 26	26 / 11	2 / 10	29 / 24	146

*Fonte: Ficha de classificação do Ministério da Educação e Saúde.
Divisão de Ensino Secundário de 1936.*

É importante deixar claro que o curso ginásial sob o regime estadual tinha o programa idêntico ao do colégio Pedro II e por esse motivo funcionou conjuntamente com o curso ginásial sob regime federal.

Quadro XI - Matrículas no ginásio do estado no período de 1938 a 1945

Ano	1938		1939		1940	1941	1942		1943	1944		1945	
	M	F	M	F			M	F		M	F	M	F
1ª série	30	52	24	21			51	37		37	33	43	30
2ª série	23	29	14	39			31	31		32	26	22	25
3ª série	21	36	26	24			31	24		25	28	20	28
4ª série	11	15	25	35			18	24		23	26	25	25
5ª série	4	1	15	12			11	24					
Total	222		235				282			230		218	

Fonte: "Fichas de classificação do Ministério da Educação" dos anos de 1932, 1936, 1937, 1939, 1944, 1945

Foi possível perceber, através das análises das fontes primárias, os relatórios dos inspetores de ensino, que no ano de 1938, no período da manhã, somente funcionavam a 1ª, 2ª e 3ª séries masculinas, no entanto, no período vespertino funcionavam todas as séries, sendo

sempre duas de cada série, uma masculina e uma feminina. Em 1939, o curso secundário também funcionou em dois períodos, não tendo 1ª série matutina e 5ª série vespertina.

No ano de 1942, todas as salas masculinas funcionaram no período matutino e as femininas no período vespertino, com exceção da 5ª série, oferecida somente no período vespertino. Em 1944 e 1945 todas as séries masculinas funcionaram no período matutino e as salas femininas no período vespertino.

Outros importantes dados analisados, encontrados nos livros de matrículas do Ginásio do estado em Itápolis são as cidades a que pertenciam os pais dos alunos matriculados no Ginásio. Predominantemente eram da cidade de Itápolis, seguidos pela vizinha cidade de Ibitinga que ficava há 18 quilômetros do município, em seguida apareciam a cidade de Borborema, também vizinha de Itápolis e Tabatinga. As demais cidades contribuíam com um número muito pequeno de alunos, sendo estas Novo Horizonte, São Lourenço do Turvo, Itajobi, Marília, Regente Feijó e Pirassununga.

Quadro XII - Cidade de residência dos alunos matriculados na 1ª série do Ginásio do Estado em Itápolis nos anos de 1935, 1936 e 1937

Cidade de residência	Número de alunos
Itápolis	133
Ibitinga	38
Tabatinga	6
Borborema	11
Novo Horizonte	2
São Lourenço do Turvo	2
Itajobi	2
Marília	1
Regente Feijó	2
Pirassununga	1

Fonte: Livro de matrícula dos anos de 1935, 1936 e 1937

É importante ressaltar que neste quadro foram priorizados somente os primeiros anos, tendo em vista que nos demais anos haveria poucas modificações no quadro de alunos, estas oriundas de transferências. Ainda trabalhando nesta mesma perspectiva estatística, usando como fonte primária o “Livro de matrícula dos anos de 1935, 1936 e 1937”, priorizando os primeiros anos do Ginásio, foi possível esboçar um panorama das nacionalidades dos pais de alunos matriculados no Ginásio.

Quadro XIII - Nacionalidade dos pais de alunos matriculados na 1^a série do Ginásio do Estado em 1935, 1936 e 1937

Nacionalidade	Número de pais
Brasileira	126
Italiano	36
Sírios	23
Português	6
Espanhol	3
Alemão	2
Francês	1

Fonte: Livro de Matrícula dos anos de 1935, 1936 e 1937.

Através do quadro acima foi possível perceber que, quando analisada a nacionalidade dos pais dos alunos matriculados no Ginásio do estado em Itápolis, percebeu-se que os alunos eram filhos, prioritariamente, de brasileiros, sendo seguidos pelos italianos e sírios, as demais nacionalidades, portuguesa, espanhola, alemã e francesa, não somavam grande montante de alunos. É importante esclarecer que alguns desses pais tinham mais de um filho, não sendo levada em consideração a repetição de seus nomes para esta análise.

Ainda tendo como base de análise o “Livro de Matrícula dos anos de 1935, 1936 e 1937” foi feito um levantamento das profissões dos pais dos alunos matriculados no 1º ano do Ginásio nos anos citados anteriormente.

Quadro XIV - Profissões dos pais de alunos matriculados na 1ª série do Ginásio do Estado em Itápolis em 1935, 1936 e 1937.

Profissões	Número de pais de alunos
Fazendeiro	25
Comerciante	53
Funcionário Público	20
Farmacêutico	8
Industrial	11
Proprietário	14
Lavrador	11
Chofer	2
Pintor	1
Viajante	2
Negociante	1
Motorista	4
Doméstico	1
Engenheiro	2
Açougueiro	2
Capitalista	1
Contador	3
Agrônomo	1
Hoteleiro	1
Tipógrafo	2
Mecânico	1
Marceneiro	1
Chaveiro	1
Alfaiate	1
Jornaleiro	1
Pedreiro	1
Força e luz	1
Sapateiro	2
Militar	1
Guarda livro	2
Médico	1
Dentista	3
Advogado	2
Artista	2
Músico	1
Falecido	12

Fonte: Livro de matrícula dos anos de 1935, 1936 e 1937.

Desta forma, quanto à profissão dos pais dos alunos matriculados no ginásio Oficial do Estado em Itápolis, predominaram comerciantes, fazendeiros e funcionários públicos. Reitera-se aqui a informação de que vários pais de famílias tinham mais de um filho matriculados na mesma série e escola, podendo estes serem citados várias vezes no livro de matrícula. Este dado não foi levado em consideração na análise dos quadros, de modo que um pai poderia ser mencionado mais de uma vez no livro, fazendo sua profissão ser repetida.

4.5 Corpo discente

O corpo discente do Ginásio Oficial do Estado deveria seguir as regras pormenorizadas no “Regimento Interno do Ginásio Municipal de Itápolis”. Este documento foi redigido no ano de 1934, antes do Estado encampar o estabelecimento de ensino para sua esfera administrativa, ato que aconteceu no ano seguinte. De acordo com este documento ficavam explicitadas algumas regras de conduta como a de que os alunos deveriam estar na sala de aula antes da chegada do professor, “[...] sendo considerada falta aquele que entrar depois do sinal.” (ITÁPOLIS-SP, 1934). Também apareciam outras sanções interessantes como no caso da suspensão do aluno, seria marcada falta dobrada e havendo falta coletiva, a matéria do dia seria registrada e “dada como já explicada” (ITÁPOLIS (SP), 1934). Ainda é interessante saber os deveres dos alunos explicitados no “Regimento Interno do Ginásio Municipal de Itápolis”:

- a) – acatar a autoridade em geral, na pessoa de seus depositários, em especial o diretor do estabelecimento, os professores e os funcionários administrativos.;
- b) – obedecer por si mesmo, sem esperar ordens, às determinações gerais do regimento, do diretor, dos professores, dos funcionários investidos de autoridade;
- c) – ser pontual e assíduo, não só no comparecimento às aulas, mas também no cumprimento de todos os seus demais deveres.
- d) - tratar com urbanidade aos colegas e as pessoas estranhas com quem venha estar em contato, com urbanidade e respeito aos professores, autoridades e empregados do estabelecimento.
- e) - apresentar-se corretamente trajado ou uniformizado, quando assim o exigir a diretoria;
- f) – portar-se durante as aulas com o máximo respeito e ordem;
- g) – portar-se nos recreios com a moderação conveniente a meninos e moços de boa educação, evitando as manifestações ruidosas, com gritos, vaias, etc.
- h) - erguer-se do seu lugar, em atitude correta, quando entrar ou sair o professor, ou quando, entrando ou saindo qualquer pessoa, também se levante o professor;
- i) - contribuir, quando estiver ao seu alcance, para que se mantenha o asseio e a conservação do edifício e do seu material. (ITÁPOLIS, 1934)

Os deveres acima citados deveriam ser respeitados de forma rigorosa, caso contrário, o aluno deveria cumprir penas, Estas também estavam minuciosamente explicadas no documento em questão, em seu artigo 26º.

ART. 26º - Os alunos matriculados no curso ginásial ficarão sujeitos às seguintes penas disciplinares, sempre proporcionadas às gravidades das faltas.

- a) – advertência simples em aula;
- b) – notas desfavoráveis nos boletins mensais;
- c) - exclusão da aula em que estiver procedendo mal, durante o tempo da mesma;
- d) - Advertência particular pelo diretor;
- e) - Suspensão por oito a vinte dias em caso de reincidência;
- f) - perda do ano e proibição de prestar exames em primeira época;
- g) - exclusão dos estudos em qualquer estabelecimentos nacionais, oficiais ou equiparados;
- h) - Expulsão do estabelecimento; (ITÁPOLIS (SP) 1934).

Desta forma, percebe-se o rigor educacional que o estabelecimento de ensino desejava que seus alunos desenvolvessem durante sua permanência neste ambiente escolar.

Outras importantes fontes primárias encontradas no memorial da E. E. “Valentim Gentil” são as “Atas do Centro Cívico do ginásio de Itápolis”. Durante análise foi possível imaginar a possibilidade do Centro Cívico ser oriundo do grêmio estudantil, antes existente na instituição de ensino, recebendo esta denominação em função de determinação do governo do Estado Novo, que no momento trabalhava com o ideal de nacionalização da juventude brasileira. Os primeiros registros das “Atas do Centro Cívico do Ginásio do Estado”, são datados de 3 de maio de 1943 e vão até a data de 7 de novembro de 1944, perfazendo quase dois anos de registros semanais, salvo algumas exceções, uma vez que os membros do Centro Cívico se encontravam a cada sete dias para discutirem assuntos pertinentes ao Ginásio.

O clube era composto por professores e alunos. A primeira formação da diretoria encontrada nas atas no ano de 1943 contava com os seguintes nomes, como diretor Armando Rondelli, em seguida professor José d’Oliveira Barreto, Irineu Polachini, João Batista Sant’Anna, Eurico Coelho, Persy Semighini, Elio José La Laina, Yeda d’Oliveira Barreto, Christina Sene, Ada Guggisberg e a professora Laura Schiavo. Não foi possível delimitar a função que cada um desses integrantes exercia.

Já em atas do final do ano de 1943 foi possível delimitar a função que cada membro teria na próxima gestão, que se iniciaria no ano de 1944. Conselho consultivo: Professores Arnaldo Maradei, Abelardo M. da Silva, Juvenal Coelho, Antonio S. Moruzzi e Petrônio Pinto; presidente professor José d’Oliveira Barreto; vice-presidente Percy W. Semeghini; 1º secretário Antonio Sendon Garcia; 2º secretário Ada Guggisberg; 1º tesoureiro Geraldo Amoroso; 2º tesoureiro Silvia de Barros Ribeiro; diretor crítico professor Aureliano de Franceschi; diretor artístico professora Joanita Senatore; diretor esportivo professor João Ovídio Guzzo; diretora esportiva professora Laura Schiavo, 1º orador Benedito Rodrigues de

Mendonça; 2º orador Ailton Silvério; redator – chefe Renato Aguiar; redatores Newton de Almeida França, Ivo Cominato e Eufrazia Rocha.

Em análises realizadas nas atas acima mencionadas foi possível perceber que era cobrada uma mensalidade dos alunos do ginásio para o Centro Cívico, no entanto não foi possível determinar se essa mensalidade era cobrada de todos os alunos e professores da instituição de ensino, ou somente daqueles que fossem filiados ao centro cívico, também não ficou claro se era um clube restrito a alguns alunos sócios ou se todos os estudantes eram tidos com membros do clube. A quantia de dinheiro existente em caixa era sempre registrada em Ata, sendo uma das primeiras coisas a serem informadas nas reuniões semanais, em todas as atas foi possível encontrar os registros financeiros como primeiro assunto a ser tratado e aprovado pela diretoria.

Dentre as principais atividades do Centro Cívico estava a organização de campeonatos de esportes entre Ginásios da região. Os esportes praticados nestas ocasiões eram voleibol e bola ao cesto, este último, em alguns momentos, apareceu com o nome de cestobol. Eram feitos convites entre os ginásios para que fossem realizados jogos, sendo que estes tinham entradas cobradas, indo a renda arrecadada para o pagamento do deslocamento do time visitante e para a compra de alimento, o restante ficava para o Centro Cívico. Foram mencionados jogos entre o ginásio de Itápolis e os ginásios das cidades de Ibitinga, Taquaritinga, Matão, Araraquara, São Carlos, Jaboticabal, Bariri e, também foi citado, um campeonato intercolégio em São Paulo. Outra atividade relatada nas atas do Centro Cívico foi o festival literário, geralmente sob a responsabilidade da professora de português e realizado no clube recreativo da cidade.

A eleição da rainha dos estudantes também apareceu como uma prática recorrente nas atividades do Centro Cívico. Note-se que esta eleição era sempre realizada no mês de setembro. As candidatas deveriam recolher votos, não ficando claro se esses votos eram somente dos alunos do Ginásio ou se a sociedade itapolitana também participava da escolha da rainha e como era o mecanismo de votação, sendo que a que mais votos conseguisse seria eleita a rainha dos estudantes do ano, havendo sempre um baile de coroação da mesma no salão do Clube Recreativo. Os dois nomes das rainhas eleitas que constam nas atas são o de Ada Guggisberg no ano de 1943 e de Eyre Santarelli no ano de 1944.

O Centro Cívico também contava com uma publicação mensal, sendo esta um jornal intitulado GLEGI (Boletim do Grêmio Literário e Esportivo do Ginásio de Itápolis), no entanto não fica claro em nenhuma ata o conteúdo publicado neste jornal, a não ser a menção à publicação dos nomes e notas de dois melhores alunos do Ginásio no ano de 1944 e uma

edição especial sobre o baile de coroação da rainha dos estudantes realizado no clube recreativo da cidade.

4.6 Práticas docentes

A prática educativa e o exercício do magistério se pautavam na exigência da disciplina dos alunos, no controle do comportamento moral dos estudantes e na cobrança em relação ao conhecimento aprendido. Também devem ser citados os concursos para ingresso na carreira docente, que vinham valorizar o exercício da docência. Voltando o foco para as práticas educativas pode ser citado o rigor acadêmico, a disciplina, os critérios rígidos de seleção de clientela, começando pelo exame de admissão para a primeira série do curso, sendo que, além desta primeira avaliação, os alunos eram submetidos a dez provas mensais, às sabatinas e a trabalhos mensais, este montante de exames era o que validava o conhecimento transmitido.

É importante ressaltar ainda o respeito à autoridade do professor, a existência de turmas menores e os hábitos de leitura entre os jovens. Em suma, pode-se dizer que as práticas educativas eram extremamente rígidas, tendo como base aulas expositivas, seguidas de leituras dos textos, realização de exercícios e entrega de trabalhos, além, é claro, das avaliações que verificavam o quanto o aluno aprendeu e se ele estava apto a ser promovido, não se pode esquecer que nesta época havia um grande contingente de reprovados.

Retomando o cenário local, o professor que fosse admitido para lecionar no Ginásio deveria obedecer ao “Regimento Interno do Ginásio Municipal de Itápolis”. É importante esclarecer que este documento era municipal, porque foi criado em 1934, antes do Estado encampar o estabelecimento de ensino para esta esfera administrativa. Neste documento ficavam explicitadas orientações para os lentes que fossem admitidos, estas podem ser encontradas no artigo 36°:

ART. 36° - É dever dos lentes:

- a) – comparecer às aulas com a maior pontualidade, dar lições que nos dias e horas marcadas, participando com antecedência ao Diretor qualquer impedimento que lhes sobrevenha;
- b) – promover e acompanhar o progresso dos alunos, não se limitando a simples preleções, mas chamando-os repetidamente à lição e sabatinas;
- c) – comparecer às sessões da congregação;
- d) – desempenhar as comissões para que forem nomeados;
- e) – cumprir com rigorosa exatidão os programas adotados;
- f) – manter a ordem e disciplina em suas aulas e assistir findas estas, à saída dos alunos, afim de que a realizem sem turbulência;

- g) - empregar o maior desvelo na instrução de todos os alunos, indistintamente;
 - h) – Apresentar-se à Secretaria do ginásio, até o prazo estipulado, as listas das médias e aplicação e as notas de comportamento dos seus alunos;
 - i) – assinar diariamente o “ponto” antes de assumir a direção da classe;
 - j) – zelar pelos seus alunos, infundindo-lhes respeito e cativando-os pela bondade;
 - k) Impor aos alunos as penas que lhe competir;
 - l) Concretizar o ensino, adotando processos intuitivos e evitando quando possível, o modo individual e o aprendizado puramente de memória;
 - m) – inspirar aos alunos sentimentos morais e cívicos que os habilitem ao preenchimento do fim a que sem destinem.
 - n) – observar as instruções do diretor, quanto a policia interna das classes e exerce-lhes em relação aos alunos, na ausência daquele funcionário;
 - o) Satisfazer a todas as requisições que pelo Diretor forem feitas, no interesse do ensino;
 - p) – reger as cadeiras para as quais foram designados como substitutos.
- (ITÀPOLIS (SP), 1934)

O mesmo documento ainda deixava claro que os professores não poderiam fazer qualquer tipo de propaganda política de ideais contrários à organização social e política vigente no país. Abaixo se encontra um quadro com os nomes e as referidas disciplinas ministradas por professores no Ginásio do Estado no período de 1935 a 1945.

Quadro XV - Corpo docente de 1935 a 1945**Matérias ou disciplinas - Nomes**

Química	Loreta da Costa Sene	Alyr Ribeiro		
Música	Joanita Vanicore Senatore			
Português	Aureliano Castellar de Frances	Abelardo M. da silva	Aureliano De Franceschi	
História Civilização	Arnaldo Maradei			
Matemática	Edith Brasil	Antonio Marão		
Desenho	Elio Gori	Petrônio Pinto		
História Natural	José Leite de Arruda	Moacyr Carvalho Martins		
Francês	Virginia de Castro Ferraz	Rita Guerra Brandão	Amynthas Velloso de Siqueira	Antonio Melo Silva
Ginástica	Sebastiana Porto			
Geografia	Antonio Stella Moruzzi	Renato Stempniewaki		
Inglês	William Tamerick			
Latim	William Tamerick	Arnaldo M. Arruda	Abelardo Moreira da Silva	
Ciências físicas e Naturais	Brasílio Rodriguez dos Santos	Juvenal Coelho	Mery Minhoto	
Física	Alyr Ribeiro	Edesio P. Franco		
Educação Física	Nelson Marques Abbade	Laura Augusta G. Schiavo	João Ovídio Guzzo	Maria da Conceição Valente
Canto Orfeônico	Juanita Vanicore Senatore			
Auxiliar em Matemática	Mário Gentil			
Trabalhos Manuais	Abigail da Costa Sene	Mário Rosário Lapenta	Luiz Amoroso	
Economia Doméstica	Loreta da Costa Sene	Christina Nelly di Munno		

Fonte: "Fichas de classificação do Ministério da Educação" dos anos de 1932, 1936, 1937, 1939, 1944, 1945.

4.7 Organização didática – métodos de ensino

Uma das discussões sobre o ensino secundário refere-se ao currículo que deveria ser contemplado neste nível de instrução educacional. No percurso deste embate era possível perceber a ideologia que diferentes formas de ver o mundo proporcionavam, por um lado, a cultura literária defendia uma formação desinteressada, ligada a formação da elite; por outro lado, a cultura científica era portadora de um conhecimento prático e aplicável ao mundo do trabalho. Este embate se estendeu por décadas, algumas reformas do ensino tentaram

amenizar a situação, mas esta parecia não ter remédio. No início do século XX ainda se discutia sobre o assunto.

A reestruturação da educação secundária, considerada uma necessidade inadiável, esteve no centro dos debates educacionais. Os polêmicos debates travados voltaram a problematizar as finalidades desse ramo do ensino médio, o tipo adequado da formação a ser dada aos alunos, a necessária articulação do secundário com o primário e com o ensino técnico-profissional e a renovação didática em conformidade com o pensamento pedagógico em circulação. (SOUZA, 2008, p. 146)

Havia a necessidade, na visão de vários educadores, de reformular o ensino secundário sem se perder as características clássicas, mas incorporando o caráter científico: “Os ‘pioneiros da educação’ diziam que o Brasil avançava economicamente para frente enquanto a educação marchava para trás, e propugnavam uma política para o setor fundada no tríptico conceito de laicidade, gratuidade e obrigatoriedade.” (CANNABRAVA FILHO, 2004, p. 167). No entanto, não foi esta forma de pensar a educação a contemplada, principalmente no Estado Novo. Houve sim gratuidade e obrigatoriedade, no entanto a laicidade ficou esquecida. Segundo Romanelli (1986), através da Reforma Francisco Campos o ensino secundário em todos os estabelecimentos de ensino do Estado deveriam seguir os moldes do Colégio Pedro II, devendo estes ser submetidos à frequentes inspeções federais, para que os estabelecimentos de ensino pudessem receber equiparação.

Pela reforma, o curso secundário ficou dividido em dois ciclos: um fundamental, de 5 anos, e outro complementar, de 2 anos. O primeiro tornou-se obrigatório para o ingresso em qualquer escola superior e o segundo, em determinadas escolas. Além disso, para esse ciclo complementar, foi estabelecida uma subdivisão que compreendia um certo grau de especialização, conforme se tratasse de curso preparatório para ingresso nas Faculdades de Direito, Ciências Médicas e Engenharia. (ROMANELLI, 1986, p. 135).

A estrutura curricular do ensino secundário fundamental de cinco anos ficou estabelecida da seguinte forma:

a) Ciclo fundamental	
Disciplinas	Séries
Português.....	I, II, III, IV, V
Francês.....	I, II, III, IV
Inglês.....	II, III, IV

Latim.....	IV, V
Alemão.....	facultativo
História.....	I, II, III, IV, V
Geografia.....	I, II, III, IV, V
Matemática	I, II, III, IV, V
Ciências Físicas e Naturais.....	I, II
Física	III, IV, V
Química	III, IV, V
História Natural	III, IV, V
Desenho.....	I, II, III, IV, V
Música (canto orfeônico)	I, II, III

(ROMANELLI (1986, p. 135,136).

A seguir é possível fazer uma análise comparativa do quadro de disciplinas oferecidas no curso secundário do Ginásio do Estado em Itápolis e atestar a sua fiel correspondência com o que era previsto na legislação em vigência no momento.

Quadro XVI - Disciplinas de 1935 a 1941²¹

1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	5ª série
Português	Português	Português	Português	Português
Francês	Francês	Francês	Francês	Latim
História da Civilização	Inglês	Inglês	Inglês	Matemática
Geografia	História da Civilização	História da Civilização	Latim	Física
Matemática	Geografia	Geografia	Matemática	Química
Ciência	Matemática	Matemática	Física	História Natural
Desenho	Ciências	Física	Química	Geografia
Música	Desenho	Química	História Natural	História da Civilização
Educação Física	Música	História natural	Geografia	Desenho
	Educação Física	Desenho	História da Civilização	Educação Física
		Educação Física	Desenho	
		Música	Educação física	

Fonte: "Fichas de classificação do Ministério da Educação" dos anos de 1932, 1936, 1937, 1939, 1944, 1945.

Após a implantação do Estado Novo em 1937, houve mudanças significativas na organização do currículo referente ao ensino secundário. De acordo com Romanelli (1986) em 1942 o ministro Gustavo Capanema empreendeu a reformas no ensino. A que nos interessa aqui é o Decreto-Lei n. 4.244, de 9 de abril de 1942, a conhecida Lei Orgânica do

²¹O quadro foi elaborado com base nos livros de aproveitamento e frequência dos alunos, não sendo possível encontrar livros de todas as séries em um mesmo ano, de forma que foi feito um apanhado geral.

Ensino Secundário que modificava, dentre outras coisas, o currículo do curso fundamental das escolas secundárias, ficando este constituído da seguinte forma:

1º ciclo – Ginásial, com 4 séries:

<i>Disciplinas</i>	<i>Séries</i>
Português.....	I II III IV
Latim.....	I II III IV
Francês.....	I II III IV
Inglês.....	II III IV
Matemática	I II III IV
Ciências Naturais	III IV
História Geral	I II
História do Brasil.....	III IV
Geografia Geral.....	I II
Geografia do Brasil	III IV
Trabalhos manuais	I II
Desenho	I II III IV
Canto Orfeônico	I II III IV

(ROMANELLI,1986, p. 157 e 158)

A seguir se apresenta um quadro com as disciplinas oferecidas no Ginásio do Estado em Itápolis.

Quadro XVII - Disciplinas oferecidas de 1942 a 1945²²

1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	5ª série
Português	Português		Português	Português
Latim	Latim		Latim	Latim
Francês	Francês		Francês	História da Civilização
Matemática	Matemática		Inglês	Geografia
História Geral	História geral		Matemática	Matemática
Geografia geral	Geografia geral		Ciências naturais	Física
Trabalhos Manuais	Trabalhos manuais		História do Brasil	Química
Desenho	Desenho		Geografia do Brasil	História natural
Canto Orfeônico	Música		Economia doméstica	Desenho
Educação física	Educação física		Desenho	História do Brasil
			Canto Orfeônico	Educação física
			Educação Física	

Fonte: “Fichas de classificação do Ministério da Educação” dos anos de 1932, 1936, 1937, 1939, 1944, 1945.

Através da explanação acima é possível a compreensão do currículo apresentado pelo Ginásio do Estado em Itápolis no período de 1935 a 1941 e depois de 1942 a 1945 e também

²² Não foi possível encontrar livros de aproveitamento e frequência dos alunos referentes à 3ª série.

o porquê do não aparecimento de registros referentes às matrículas da 5ª série no período pós 1944. A explicação mais plausível para o desaparecimento da 5ª série do ginásio somente em 1944, dois anos após o Decreto-Lei n. 4.244, de 9 de abril de 1942, que veio extinguir esta última série, foi o tempo necessário para a adequação das séries matriculadas no regime de cinco anos, anterior a vigência desta lei.

No “Regimento interno do ginásio municipal de 1934” fica claro o método de ensino a ser adotado pelos professores “Concretizar o ensino, adotando processos intuitivos e evitando quando possível, o modo individual e o aprendizado puramente de memória” (foi mantida a grafia de época). Em acordo com ITÁPOLIS (1942) “Relatório dos inspetores Horácio Ramalho, Waldemar Rocha Barros e Arthur Osório de Aguiar Pinto para fins de reconhecimento definitivo”, foi possível encontrar relato pormenorizado da organização didática e dos métodos de ensino de cada disciplina oferecida no Ginásio do Estado em Itápolis.

Em Língua Portuguesa seriam priorizadas leitura, análise e redação nas primeiras séries, sendo que nas últimas apareceriam os estudos etimológicos e a literatura. Em Francês seriam priorizados inicialmente exercícios de vocabulário e gramática para posteriormente serem trabalhadas palestras, descrições, biografias dos autores dos séculos XIX e XX e redações. O trabalho com a língua inglesa vem descrito através do método intuitivo e, esporadicamente, era utilizado o processo de comparação. A terceira língua estrangeira pertencente ao currículo do Ginásio era o latim, nesta disciplina se estudava o essencial da morfologia latina, passando-se em seguida para a análise e interpretação dos clássicos autores latinos.

Em História da Civilização se estudava as biografias das figuras importantes e seus feitos, além de se priorizar os estudos ligados aos grandes acontecimentos históricos, políticos, sociais e econômicos. Em história do Brasil era priorizado o conhecimento dos fatos referente à nossa história, a fim de que a pátria fosse engrandecida.

A Geografia trabalhava com desenhos, gráficos, que segundo o “relatório dos inspetores”, deixava o ensino intuitivo e comparativo. Também era usado o município em questão para pesquisas sobre a distribuição da população, aglomerações urbanas, recursos, vias de comunicações, etc.

Na Matemática, o método dedutivo era preferido, o que preparava a sala para a “faculdade de abstração e raciocínio”. Havia também a possibilidade de articulações com as outras matérias.

No conteúdo referente às Ciências Naturais era enfatizada a necessidade de se abandonar o “prejudicial verbalismo”, sendo utilizados os métodos “experimental e intuitivo”.

Na Física primava-se pela ligação entre o fenômeno físico com o método experimental, sempre tentando deixar o ensino o mais prático possível, “obedecendo sempre a uma ordem lógica e científica, seguindo-se sempre uma graduação ascendente dos problemas concretos para os mais abstratos”.

As aulas de Química eram enfaticamente de “caráter experimental, acompanhadas de demonstrações práticas”. História Natural primava por todas as possibilidades de entrar em contato com os seres vivos e “inertes” do “mundo objetivo”. Trabalhava-se com os três reinos isoladamente e depois eram feitas as devidas articulações. Tentava-se criar momentos de trabalho em conjunto com outras matérias em comum. No Desenho era “desenvolvido o senso de ordem e grandeza”, trabalhava-se também com “comparação e análise”, “forma e sua expressão”, desenhos geométricos, de forma que “o desenvolvimento da expressão gráfica era preocupação constante do professor da cadeira”. O método de ensino utilizado na matéria canto orfeônico é citado como “orientado dentro dos processos modernos”. Por último aparece a educação física que primava por trabalhar com “exercícios rítmicos e harmoniosos”. O professor desta disciplina preparava seus alunos para “disputas internas de caráter desportivo” e “campeonato intercolegial de Educação Física do Estado”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No desenvolvimento do estudo aqui proposto houve a necessidade da compreensão do momento histórico em que cada instituição de instrução pública foi fundada.

O Grupo Escolar, primeira instituição de instrução pública estudado nesta pesquisa, fundado em 1913, está inserido legalmente no Decreto n. 248, de 26 de julho de 1894. Através deste documento ficou instituído delineado o que seria os Grupos Escolares, estes eram vistos pela sociedade como o ambiente que seria responsável pela formação do cidadão brasileiro. Nesta época havia um grande contingente de analfabetos, havendo a necessidade de uma solução para tão alto número de iletrados, sendo os grupos escolares uns dos meios pensados para sanar este problema, de forma que estas instituições educativas deveriam ser o cerne do projeto republicano de reforma da sociedade.

As escolas normais livres no estado de São Paulo expandiram rapidamente no interior paulista após a reforma de 1927, isto porque esta legislação (Lei 2.269) permitiu que a iniciativa privada pudesse manter suas próprias instituições de formação de professores primários, as conhecidas escolas normais. É importante salientar que até 1927 já existiam escolas normais livres, de cunho privado, no entanto elas não gozavam de equiparação com as oficiais. Com essa abertura na legislação, não somente a iniciativa privada começaram a criar escolas normais, mas também as esferas municipais abriam suas próprias escolas normais, mantidas com verbas provenientes da municipalidade. Neste contexto surgiu a Escola Normal Livre de Itápolis.

O ginásio, outro nível de instrução pública estudado neste trabalho, criado em 1935 pela câmara municipal de Itápolis, teve sua trajetória permeada pela reforma Francisco Campos de 1931 e a Reforma Capanema que regulamentaram o ensino secundário durante o período em que o ginásio oficial de Itápolis foi estudado.

Neste trabalho primou-se por analisar a “relação entre a instituição educativa e a comunidade envolvente” e isto foi feito, principalmente no primeiro capítulo que versa sobre Itápolis e sua multifatorialidade. Foi feito um amplo estudo sobre a história do município e seus vários aspectos em várias áreas como: saúde, cultura, economia, expansão de malha ferroviária e imigração com o intuito de relacionar as fundações das instituições de instrução pública com a necessidade de escolarização da sociedade itapolitana, visto que a ferrovia douradense chegava ao município em questão, trazendo muitos imigrantes e fazendo com que a vida econômica e social do município se agitasse, enfatizando assim a necessidade de instrução pública.

A partir desta constatação se justifica o uso da categoria de análise “municípios pedagógicos”, como foi explicitado nesta pesquisa, os “municípios pedagógicos” devem ser entendidos como sendo a iniciativa municipal a responsável pela criação das instituições de instrução pública da localidade. Esta influência apareceu no município de Itápolis à medida que, no caso do Grupo Escolar, houve a compra e a doação do terreno, por parte da prefeitura para o estado, com o intuito da construção daquela instituição, além de ser possível perceber, através de leituras de documentos, a proximidade de políticos do município com a esfera estadual. O mesmo acontece com a Escola Normal Livre, esta foi idealizada e criada pela municipalidade e mantida pela mesma. O ginásio também foi iniciativa da municipalidade, este teve a autorização para funcionamento pela prefeitura, junto à Escola Normal Livre, sendo que a esfera municipal ainda criou um regimento interno para o mesmo, sendo este aprovado em 1935 pela Câmara Municipal. Em 1936 o estado passa este nível de instrução pública para sua jurisdição.

Através destas análises foi possível responder a pergunta de pesquisa: “Qual o papel do município e do estado na criação das principais instituições escolares na cidade de Itápolis (SP), região do oeste paulista, caracterizada pela expansão de fronteiras agrícolas, crescimento imigratório e construção de ferrovias, na primeira metade do século XX? A resposta está nas várias iniciativas do município em criar ou proporcionar a criação de suas instituições de instrução pública, mesmo que após um ou dois anos de criação as mesmas passassem à esfera estadual.

De maneira geral, é possível perceber que a instrução pública no município em questão dependeu enormemente da iniciativa municipal, o que, de acordo com estudos de Adão e Magalhães (2013) parece ser o que ocorreu em solo português e também brasileiro. Dallabrida e Souza (2014) também já apresentaram estudos, quanto à interiorização dos ginásios, na mesma direção. O estudo em questão só vem ratificar esses indícios.

REFERÊNCIAS

Leis, decretos, decretos-leis e correlatos

BRASIL. Decreto n. 21.241, de 4 de abril de 1932. *Lei Francisco de Campos*. Consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário e dá outras providências. Câmara dos Deputados. Legislação informatizada. Publicação Original. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21241-4-abril-1932-503517-publicacaooriginal-81464-pe.html>>. Acesso em: 07set. 2015.

BRASIL. Decreto-Lei n. 4.244, de 9 de abril de 1942. *Lei orgânica do ensino secundário* Câmara dos Deputados. Legislação informatizada. Publicação Original. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 7set. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Inspetoria fulana de tal. *Ficha de classificação [Ginásio do Estado]*. Itápolis, 14 fev. 1932.

BRASIL. Ministério da Educação. *Ficha de classificação [Ginásio do Estado]*. Itápolis, 30 de jun. 1944.

BRASIL. Ministério da Educação. *Ficha de classificação [Ginásio do Estado]*. Itápolis, junho de 1945.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde Pública. Inspetoria geral do ensino secundário. *Ficha de classificação. [Ginásio do Estado]*. Itápolis, 1936

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde Pública. Inspetoria geral do ensino secundário. *Ficha de classificação. [Ginásio do Estado]*. Itápolis, 1937.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde Pública. Inspetoria geral do ensino secundário. *Ficha de classificação. [Ginásio do Estado]*. Itápolis, 15 de maio de 1939.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Divisão de ensino secundário. *Ficha de classificação. [Ginásio do Estado]*. Itápolis, novembro de 1936.

BRASIL. Estados Unidos. *Decreto n. 20348* concede equiparação, sob regime de inspeção permanente, ao curso ginásial do Ginásio do Estado, de Itápolis, 7 de janeiro de 1946.

Publicações oficiais e correlatos

DIRETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA. *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo*. Publicação organizada pela Diretoria Geral da Instrução Pública por ordem do governo do Estado. São Paulo: Tipografia Siqueira & Cia. 1911 – 1912.

_____. *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo*. Publicação organizada pela Diretoria Geral da Instrução Pública por ordem do governo do Estado. São Paulo: Tipografia Siqueira & Cia, 1914.

_____. *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo*. Publicação organizada pela Diretoria Geral da Instrução Pública por ordem do governo do Estado. São Paulo: Tipografia Siqueira & Cia, 1915.

_____. *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo*. Publicação organizada pela Diretoria Geral da Instrução Pública, com autorização do governo do Estado. São Paulo: Tipografia Siqueira & Cia, v.1, 1917.

_____. *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo*. Publicação organizada pela Diretoria Geral da Instrução Pública, com autorização do governo do Estado São Paulo. São Paulo: Tipografia Siqueira & Cia, 1922.

_____. *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo*. Publicação organizada pela Diretoria Geral da Instrução Pública, com autorização do governo do Estado São Paulo. São Paulo: Tipografia Siqueira & Cia, 1923.

_____. *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo*. Publicação organizada pela Diretoria Geral da Instrução Pública, com autorização do governo do Estado São Paulo, 1924 – 1925

_____. *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo*. Publicação organizada pela Diretoria Geral da Instrução Pública, com autorização do governo do Estado São Paulo. São Paulo: Tipografia Siqueira & Cia, 1935.

INSPETORIA GERAL DO ENSINO. *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo*. Publicação organizada pela Diretoria Geral da Instrução Pública por ordem do governo do Estado. São Paulo: Tipografia Siqueira & Cia, 1907 – 1908.

ITÁPOLIS (SP). Escolas Reunidas. *[Ofício] 261 de 1 de setembro de 1911*. Assunto: Instalação das Escolas Reunidas.

ITÁPOLIS (SP). Escolas Reunidas. *[Ofício] 5 de 14 de setembro de 1911*. Assunto: Contratação de servente para a Escola Reunidas.

ITÁPOLIS (SP). Prefeitura Municipal. *[Ofício] 302 de 10 de dezembro de 1935*. Assunto: Ginásio Municipal.

_____. *[Certidão] S/N de 18 de fevereiro de 1936*. Assunto: Lei n. 85 de 30 de agosto de 1929, que funda nesta cidade uma escola normal livre.

_____. *[Certidão] S/N de 18 de fevereiro de 1936*. Assunto: Decreto nº23 de 18 de maio de 1934, que dispõe sobre a escola normal livre.

_____. [Certidão] S/N de 18 de fevereiro de 1936. Assunto: Reformas e adaptações do prédio do Ginásio Municipal.

_____. [Ofício] S/N de 23 de junho de 1936. Assunto: Inspeção preliminar.

_____. [Ofício] 8933 de 28 de julho de 1936. Assunto: Inspeção preliminar.

_____. [Ofício] 291 de 14 de novembro de 1935. Assunto: Construção de duas salas no Ginásio Municipal.

_____. [Ofício] 270 de 18 de outubro de 1935. Assunto: Reconhecimento do Ginásio de Itápolis.

_____. Ginásio do Estado. *Ficha de classificação*. 09 de outubro de 1936.

_____. Ginásio do Estado. *Ficha de classificação*. 06 de maio de 1938.

_____. Ginásio do Estado. *Horário de funcionamento*. Anexo 10 de 02 de maio de 1936

_____. Ginásio do Estado. *Quadro Geral de matrículas*. 29 de março de 1938.

_____. Ginásio do Estado. *Quadro Geral de matrículas*. 15 de maio de 1939.

_____. Ginásio do Estado. *Regimento interno do ginásio municipal de Itápolis*. Anexo 3 de 21 de maio de 1934.

_____. Ginásio do Estado. *Relatório dos inspetores Horácio Ramalho, Waldemar Rocha Barros e Arthur Osório de Aguiar Pinto para fins de reconhecimento definitivo*. 28 de novembro de 1942.

_____. Ginásio do Estado. *Atas do centro cívico do ginásio de Itápolis*. 03 de maio de 1943.

_____. Ginásio do Estado. *Atas dos exames de admissão*. 16 de fevereiro de 1935.

_____. Ginásio do Estado. *Livros de matrículas*. 1935, 1936 e 1937.

RIO DE JANEIRO. Secretaria da Educação. *CM/MCS 36/2958-3186, 15 de julho de 1936*. Assunto: Inspeção preliminar do Ginásio de Itápolis.

_____. Ministério da Educação e Saúde Pública. Diretoria geral de educação.

CM/MCS. 03.382 – 2085, 8 de novembro de 1935. Assunto: Inspeção preliminar do Ginásio de Itápolis.

_____. Conselho Nacional de Educação. 559, 17 de dezembro de 1945. Assunto: Reconhecimento do Ginásio do Estado, em Itápolis, Estado de São Paulo.

_____. Secretaria de Estado da Educação e Saúde Pública. *CM/MCS. 36/2958 -3186 13 de julho de 1936*. Assunto: Inspeção preliminar do Ginásio de Itápolis.

_____. Ministério da justiça e negócios interiores. *CM/MCS. 36/2958 - 0559, 27 de maio de 1935*. Assunto: Inspeção preliminar do Ginásio de Itápolis. (p. 118)

_____. Comissão de ensino secundário. *Parecer n° 309, 07 de dezembro de 1945*. Assunto: Reconhecimento do Ginásio do Estado em Itápolis, estado de São Paulo.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria d'Estado dos Negócios do Interior. *Ofício n° 1870 de 4 de setembro de 1911*. Assunto: Início de funcionamento das escolas reunidas.

_____. Lei N. 4.751, de 23 de maio de 1958. Transforma a Escola Normal “Valentim Gentil”, de Itápolis, em Instituto de Educação. *Diário oficial do Estado de São Paulo*, 23 maio 1958.

_____. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. *Divisão de Acervo Histórico*. Galeria dos presidentes da Assembleia Legislativa de São Paulo / coordenação Carlos Alberto Hungareti Dias; textos Antônio Sérgio Ribeiro e Sueli Azambuja. São Paulo São Paulo. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo Assembleia Legislativa do Estado.

_____. Decreto n. 7.105, de 10 de abril de 1935. Dispõe sobre a criação de um Ginásio Oficial em Itápolis

_____. Secretaria do Estado da Educação e Saúde Pública. 7.9.649-6 – 50396-8 de 19 de novembro de 1938. Assunto: Concessão de inspeção permanente ao Ginásio de Itápolis.

_____. Decreto n. 5.884, de 21 de abril de 1933. Institui o Código de Educação Don Estado de São Paulo. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, 21 abril 1933.

_____. Departamento de Educação. 34.772 de 22 de junho de 1942. Assunto: Concessão do regime de inspeção permanente.

Livros, capítulos de livros e artigos de periódicos

ADÃO, Áurea; MAGALHÃES, Justino (org.). *História dos municípios na educação e na cultura: incertezas de ontem, desafios de hoje*. 1ª edição: Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2013.

ANTUNHA, Heládio César Gonçalves. *A instrução Pública no Estado de São Paulo: a reforma de 1920*. Estudos e Documentos. Publicação da Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo. 1976.

BEISIEGEL, Celso de Rui. Ação política e expansão da rede escolar. *Pesquisa e Planejamento*, São Paulo, n.8, p.100-172, 1964.

BUFFA, Ester. A teoria em pesquisa: o lugar e a importância do referencial teórico na produção em educação. *Cadernos de Pós-Graduação*, São Paulo, v. 4, p. 33-38, 2005.

_____. Os estudos sobre instituições escolares; organização dos espaços e propostas pedagógicas. In NASCIMENTO, *et al.* (org.). *Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba: Uniso: Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007, p. 52 -164.

- BUSCH, Reynaldo Kuntz. *O ensino normal em S. Paulo*. São Paulo: Livraria Record-Editora, 1935.
- CALDEIRA, João Neto. *Álbum de Itápolis*. São Paulo: Organização Cruzeiro do Sul - Bentivegna & Neto, 1934.
- CAMARGO, Marilena A. Jorge Guedes. “*Coisas velhas*”: um percurso de investigação sobre cultura escolar (1928-1958). São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- CAMPOS, Arlêta Nóbrega Zelante Maryssael de Campos. *A escola normal paulista: acertos e desacertos*. Araraquara, 1987. (Doutorado em educação). Universidade Estadual Paulista.
- CANNABRAVA FILHO, Paulo. *Adhemar de Barros: trajetória e realizações*. São Paulo. Terceiro Nome, 2004.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *A Escola e a República*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CASALECHI, José Ênio. *O partido republicano paulista (1889 – 1926)*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CASTANHO, Sérgio. Institucionalização das instituições escolares. In NASCIMENTO, *et al.* (org.). *Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba: Uniso; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007, p. 39-57.
- CORRÊA, Maria Elizabeth Peirão; NEVES, Helena Maria Vendramini e MELLO, Mirela Geiger. *Arquitetura escolar paulista: 1890-1920*. São Paulo: FDE, 1991.
- COSTA, Ana Maria Catelli Infantosi. *A escola na República Velha: expansão do ensino primário em São Paulo*. São Paulo: EDEC – 1983.
- CRESSONI, Fábio Eduardo. *Fazenda Montevideú: barões, escravos e imigrantes na formação do oeste paulista*. Araras: Topázio, 2007
- DALLABRIDA, Norberto; SOUZA, Rosa Fátima de. (Org.). *Entre o ginásio de elite e o colégio popular: estudos sobre o ensino secundário no Brasil (1931-1961)*. Uberlândia; Edufu, 2014.
- DEGANI, Maria Theresinha. *Aspectos mais significativos da instrução no estado de São Paulo na primeira década republicana*. Araraquara, 1973. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Ciências e Letras.
- DIAS, Enéias Borges. *Revista da Escola Normal de São Carlos (1916-1923): um estudo sobre ideias e práticas educacionais*. São Carlos: FPMSC, 2012.
- FAUSTO, Boris. *Historiografia da imigração para São Paulo*. São Paulo: Editora Sumaré: Fapesp, 1991.

- FÁVERO, Maria de Lourdes. A.; BRITTO, Jarder de Medeiros. (org). *Dicionário de educadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ-MEC – Inep, 1999.
- FERES, Auriluce de Arruda. *Confraternizando*. São Paulo: Editora Gráfica Nagy Ltda.1989.
- GENTIL, Lucas Mendonça. Valentim Gentil. *Diário da cidade*. Edição histórica, Itápolis, s.d, agosto, 2009.
- GODÓI, Lidiany Cristina de Oliveira. *A escola primária na boca do sertão paulista: história do grupo escolar de Botucatu (1895-1920)*. Jundiaí: Paco Editorial: 2013.
- GONÇALVES NETO, Wenceslau; MAGALHÃES, Justino Pereira de. *O local na história da educação: o município pedagógico em Portugal e Brasil*. Lisboa: Liber Livro editora. 2009 Disponível em < <http://hdl.handle.net/10451/4894>> Acesso em dez. 2016.
- HAUERS, Nancy. *Nossa terra nossas raízes*. Itápolis: Gráfica e Editora Santo Antônio, 2000.
- HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. *História da educação brasileira: leituras*. São Paulo: Thomson, 2003.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- IMPrensa OFICIAL DO ESTADO S. A. IMESP. *120 anos de ferrovia paulista: 1872 – 1992*. Governo do estado de São Paulo. São Paulo. 1992.
- INOE, Leila Maria. *Entre livres e oficiais: a expansão do ensino normal em São Paulo (1927 – 1933)*. 2015. 156 f. Tese (Doutorado em educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2015.
- ITÁPOLIS. *Álbum de Itápolis*. [S.l.: s.n.], [19-].
- LABEGALINI, Andréia Cristina Fregate Baraldi. *A formação de professores alfabetizadores nos Institutos de Educação do Estado de São Paulo (1933 a 1975)*. 2005. Tese 2005; (Doutorado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências –Universidade Estadual Paulista: Marília, 2005.
- _____. *A formação de professores nos Institutos de Educação do Estado de São Paulo (1933 – 1975)*. Marília: Unimar; São Paulo: Arte & Ciência, 2009.
- LEME JÚNIOR, Paes. *Breves notícias históricas sobre Itápolis*. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1938.
- LIMA, Sandra Lúcia Lopes. *O oeste paulista e a república*. São Paulo: Vértice, 1986.
- LOVE, Joseph L. *A locomotiva: São Paulo na federação brasileira 1889-1937*; trad. Vera Alice Cardoso da Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- MAGALHÃES, Justino. A construção de um objecto do conhecimento histórico. Do arquivo ao texto a investigação em história das instituições educativas. *Educação*, Faculdade de

Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Lisboa, Lisboa, v. 11(2), p. 69-74, 2007.

_____. *Tecendo nexos: história das instituições educativas*. Bragança Paulista: Edusf, 2004.

_____. A construção de um objecto do conhecimento histórico. Do arquivo ao texto – a investigação em história das instituições educativas. *Educação, Unisinos*, São Leopoldo (RS), v.11, n. 2, p. 69-74, maio/agosto 2007.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *História da escola em São Paulo e no Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Fernand Braudel, 2005.

MASCARO, Carlos Corrêa. *O ensino normal no estado de São Paulo*. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Seção de Publicações, 1956.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. Os arquivos como conhecimento da história das instituições escolares. In NASCIMENTO, *et al.* (org.). *Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba: Uniso: Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007. P. 31 a 38.

MONARCHA, Carlos. *Escola normal da praça: o lado noturno das luzes*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

_____. *Ensino normal republicano paulista: Continuidades e discontinuidades nos processos de formação profissional*. 2008. Não publicado.

NASCIMENTO, *et al.* (org.). *Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba, SP: Uniso: Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007, p. 03 - 27.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. *Instituições escolares: por que e como pesquisar*. 2ª ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2013.

NUNES, Ivanil. *Douradense: a agonia de uma ferrovia*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2005.

PROST, A. *As doze lições sobre a história*. Tradução de Guilherme João de Freitas. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. *Educação conformada, a política da educação no Brasil 1930-1945*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2000.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil (1930-1973)*. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

SANFELICE, José Luís. História e Historiografia das instituições escolares. *Revista HISTEDBR* On-line, Campinas, n. 35. Disponível em <www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/35/art13_35.pdf> Acesso em 12 fev. 2015.

- _____. *Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*. In NASCIMENTO, *et al.* (org.). *Instituições escolares no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba, SP: Uniso; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007. P. 93.
- SOUZA, Rosa de Fátima. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo: (1890 – 1910)*. São Paulo: Editora da Unesp, 1998. – (Prismas).
- _____. *História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: ensino primário e secundário no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2008. 319 p.
- _____; VALDEMARIN, Vera Teresa e ZANCUL, Maria Cristina de Senzi. *O ginásio da morada do sol: história e memória da Escola Estadual Bento de Abreu de Araraquara*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- SUDÁRIO, Júlio da Silveira. *Pequenas histórias de Itápolis: para uso escolar*. [s.l.]. [s.ed.], 1946.
- TANURI, Leonor Maria. *O ensino normal no estado de São Paulo (1889-1930)*. São Paulo: Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. Série Estudos e Documentos. v. 16. 1979.
- VIDAL, Diana Gonçal. (org.) *Grupos Escolares: cultura escolar primária da infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006.
- _____. Por uma ampliação da noção de documento escolar. In NASCIMENTO, *et al.* (org.). *Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba: Uniso; Ponta Grossa: UEPG, 2007. P. p. 59-71.
- VIEGA, Juliana Goretti Ap. Braga; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. As escolas isoladas nas décadas iniciais do século XX: o estudo de uma instituição. *Cadernos de História da Educação*, v. 11, n.2, p. 479 - Uberlândia, jul./dez. 2012

Instituições consultadas

Arquivo Público do Estado de São Paulo

Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp – Campus de Araraquara

Câmara Municipal de Itápolis (SP)

Centro de Referência para Pesquisa Histórica em Educação -FCL-Unesp-Araraquara

Memorial da Escola “E.E. Valentim Gentil”

Museu Histórico e Pedagógico Alexandre de Gusmão

ANEXO A**Decreto n. 7.105 – de 10 de abril de 1935**

Cria um Ginásio Oficial em Itápolis

O DOUTOR ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA, Interventor Federal no Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe confere o decreto federal n. 19.398, de 11 de novembro de 1930, e considerando a necessidade de difundir o ensino secundário no interior do Estado,

Decreta:

Artigo 1º - fica criado um Ginásio Oficial em Itápolis, que será instalado no ano próximo vindouro.

§ 1º - Deverá ser feita ao Governo do Estado, sob a responsabilidade da respectiva Prefeitura Municipal, doação do prédio, instalações e do material didático em acordo com o artigo 2º, § 4, alínea I, do decreto federal n. 21.241, de 4 de abril de 1932.

§ 2º - Essa Prefeitura ficará ainda responsável pelas despesas com o funcionamento do Ginásio, inclusive pagamento de pessoal, até 31 de dezembro de 1936.

Artigo 2º - O quadro de pessoal docente e administrativo, assim como os respectivos vencimentos, serão os estabelecidos pelo decreto n. 6.601, de 11 de agosto de 1934, aplicando-se ao estabelecimento ora criado as demais disposições constantes do referido decreto.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo de Estado da Educação e da Saúde Pública, aos 10 de abril de 1935.

ARMANDO SALLES DE OLIVEIRA

Marcio P. Munhós

Publicados na Secretaria do Estado Da Educação e da Saúde Pública em 20 de abril de 1935.

A. Meirelles Reis Filho

Diretor Geral

ANEXO B**Decreto n. 13.492, de 3 de agosto de 1943**

Dá a denominação de “Dr. Antonio de Moraes Barros”, ao Grupo Escolar de Itápolis.

O DOUTOR FERNANDO COSTA, interventor Federal no Estado de São Paulo, usando das atribuições que a lei lhe confere.

Decreta:

Artigo 1º - Grupo escolar de Itápolis passa a denominar-se Grupo Escolar “Dr. Antônio de Moraes Barros”.

Artigo 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio do governo do Estado de São Paulo, em 3 de agosto de 1943.

FERNANDO COSTA

Theotônio Monteiro de Barros Filho

Publicado na Secretaria de Estado da Educação e Saúde Pública em 3 de agosto de 1943.

Aluizio Lopes de Oliveira – Diretor Geral

ANEXO C**Decreto-lei n. 16.711, de 13 de janeiro de 1947****Dispõe sobre a criação de uma escola normal**

O INTERVENTOR FEDERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando da atribuição que lhe confere o art. 6º, n. V, do Decreto-lei Federal n. 1.202, de 8 de abril de 1939,

Decreta:

Artigo 1º - É criada, anexa ao Colégio Estadual de Itápolis, uma Escola Normal, obedecida as disposições da legislação estadual referentes à organização das Escolas Normais Oficiais.

Parágrafo Único – O primeiro ciclo do Colégio será o curso fundamental da Escola Normal ora criada.

Artigo 2º - Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 13 de Janeiro de 1947.

JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

Plínio Calado de Castro

Publicado na Diretoria Geral da Secretaria do Governo, aos 13 de janeiro de 1947.

Cassiano Ricardo

Diretor Geral

ANEXO D**Decreto n. 20.405, de 5 de abril de 1951****Dá a denominação de “Valentim Gentil” ao colégio Estadual e Escola Normal de Itápolis.**

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO,
no uso de suas atribuições,

Decreta:

Artigo 1º - O Colégio Estadual e Escola Normal de Itápolis passa a denominar-se “Valentim Gentil”.

Artigo 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, em 5 de abril de 1951.

LUCAS NOGUEIRA GARCEZ

Juvenal Lino de Mattos

Publicado na Diretoria Geral da Secretaria do Estado dos Negócios do Governo em 5 de abril de 1951.

Carlos Albuquerque Seiffarth – Diretor Geral, Substituto.

ANEXO E**Lei n. 4.751, de 23 de maio de 1958****Transforma a Escola Normal “Valentim Gentil” de Itápolis, em Instituto de Educação**

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º - A Escola Normal “Valentim Gentil”, de Itápolis, fica transformada em Instituto de Educação, com a mesma denominação.

Artigo 2º - Passarão para o instituto ora criado as instalações, móveis, pessoal e verbas orçamentárias relativas à Escola Normal “Valentim Gentil”.

Artigo 3º - O colégio Estadual, remanescente da transformação operada por esta lei, poderá funcionar em anexo ao Instituto de Educação, desde que não contrarie as normas pedagógicas próprias do ensino normal e o permitam as condições materiais do edifício que servirá de sede do referido estabelecimento.

Artigo 4º - A lei orçamentária do exercício em que se der a instalação do Instituto de Educação de que trata esta lei consignará as verbas necessárias para ocorrer às respectivas despesas.

Artigo 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 23 de maio de 1958.

JANIO QUADROS

Vicente de Paula Lima

Publicado na Diretoria Geral da Secretaria do Estado do Governo, aos 23 de maio de 1959.

Carlos de Albuquerque Seiffarth

Diretor Geral

ANEXO F

Relação dos Institutos de Educação do estado de São Paulo de 1933 a 1975

CIDADE	DENOMINAÇÃO DO IE	DATA DE CRIAÇÃO/ TRANSFORMAÇÃO
São Paulo	Caetano de Campos	21/02/1933 e 2/12/1946 ¹⁷
São Paulo	Padre Anchieta	28/12/1951
Campinas	Carlos Gomes	21/12/1951
Ribeirão Preto	-	7/08/1953
Bauru	-	7/08/1953
São José do Rio Preto	Monsenhor Gonçalves	7/08/1953
Botucatu	Cardoso de Almeida	7/08/1953
Itapetininga	Peixoto Gomide	7/08/1953
Franca	Torquato Calceiro	7/08/1953
Pirassununga	Pirassununga	7/08/1953
São Carlos	Dr. Álvaro Guião	7/08/1953
Guaratinguetá	Conselheiro Rodrigues Alves	7/08/1953
Tatuí	Barão de Suruí	7/08/1953
Piracicaba	Sud Mennucci	7/08/1953
Santa Cruz do Rio Pardo	Leônidas do Amaral Vieira	14/08/1953
Jaú	Caetano Lourenço de Camargo	20/10/1953
Presidente Prudente	Fernando Costa	20/10/1953
Casa Branca	Francisco Tomaz de Carvalho	3/11/1953
Jundiaí	Jundiaí	29/12/1953
Araraquara	Bento de Abreu	1954
Mogi das Cruzes	-	1954
São Paulo (Bairro Santo Amaro)	-	13/11/1956
Socorro	-	3/07/1957
Bragança Paulista	-	16/08/1957
São Vicente	Martim Afonso	16/08/1957
Pirajuí	Dr. Alfredo Pujol	17/09/1957
Sorocaba	Dr. Júlio Prestes de Albuquerque	17/09/1957
Itu	Regente Feijó	7/01/1957
Santos	Canadá	15/01/1957
Avaré	Coronel João Cruz	24/01/1957
Assis	-	5/02/1957
Rio Claro	Joaquim Ribeiro	5/02/1957
Amparo	-	5/02/1957
Tietê	Plínio Rodrigues de Moraes	5/02/1957
Araçatuba	Manuel Bento da Cruz	5/02/1957
São Paulo	Fernão Dias Pais	24/12/1957
Tupã	Índia Vanuire	24/12/1957
Taquaritinga	9 de Julho	17/12/1957
Penápolis	Dr. Carlos Sampaio Filho	30/10/1957
Santo André	Dr. Américo Brasiliense	26/10/1957

CIDADE	DENOMINAÇÃO DO IE	DATA DE CRIAÇÃO/ TRANSFORMAÇÃO
Jaboticabal	Aurélio Arrobas Martins	1/10/1957
Catanduva	Barão do Rio Branco	3/01/1958
Limeira	Castelo Branco	7/01/1958
Ourinhos	Horácio Soares	7/01/1958
Mococa	Oscar Vilares	20/08/1958
Capivari	Padre Fabiano José Moreira de Carvalho	5/09/1958
Itapeva	-	5/09/1958
Santa Rita do Passa Quatro	Nelson Fernandes	5/09/1958
Marília	Monsenhor Bicudo	11/11/1958
Pinhal	Cardeal Leme	11/11/1958
Itapira	-	06/05/1958
Orlândia	-	20/05/1958
Itápolis	-	23/05/1958
Santa Bárbara d'Oeste	-	06/05/1960
São José do Rio Pardo	Euclides da Cunha	06/05/1960
São Manuel	Dr. Manoel José Chaves	17/05/1960
São Paulo (bairro Anhanguera)	-	26/09/1960
Bebedouro	-	31/08/1960
São Roque	-	16/08/1960
São Paulo	Antônio Firmino de Proença	10/08/1960
Cruzeiro	Oswaldo Cruz	31/05/1960
Americana	-	24/05/1960
Pindamonhangaba	João Gomes de Araújo	26/05/1961
Batatais	Sílvio de Almeida	14/07/1961
Serra Negra	-	28/08/1961
Serra Mirassol	-	28/08/1961
Serra Barretos	-	28/08/1961
Registro	Dr. Fábio Barreto	09/09/1961
Lins	-	09/09/1961
São João da Boa Vista	-	09/09/1961
São José dos Campos	-	13/09/1961
Birigui	Prof. Stélio Machado Loureiro	28/09/1961
Mogi Mirim	Monsenhor Nora	14/10/1961
São Bernardo do Campo	-	31/10/1961
Conchas	-	31/10/1961
São Paulo (bairro da Penha)	Nossa Senhora da Penha	10/11/1961
Monte Aprazível	-	9/12/1961
Igarapava	-	10/01/1962
Itararé	-	10/01/1962
Tanabi	-	23/10/1962
Ribeirão Bonito	-	29/08/1962
Araras	Dr. Cesário Coimbra	4/10/1962
Garça	Hilmar Machado de Oliveira	15/10/1962
Dracena	-	12/11/1962
São Caetano do Sul	-	12/11/1962
Andradina	-	12/11/1962
Fernandópolis	-	27/11/1962
Taubaté	-	5/12/1962

CIDADE	DENOMINAÇÃO DO IE	DATA DE CRIAÇÃO/ TRANSFORMAÇÃO
Votuporanga	-	14/01/1963
São Paulo (Brooklin Paulista)	-	29/01/1963
Piraju	Cel. Nhonhô Braga	30/01/1963
São Paulo (bairro Bosque da Saúde)	-	30/01/1963
Rancharia	Dr. Antônio José dos Santos	30/01/1963
Adamantina	-	19/06/1964
São Paulo (Escola Normal de Belém)	-	19/06/1964
Olímpia	-	8/07/1964
São Paulo (subdistrito de Tucuruvi)	-	26/08/1964
Guarulhos	-	28/10/1964
Lucélia	José Firpo	12/11/1964
Jacaré	-	19/11/1964
Rincão	-	4/12/1964
Oswaldo Cruz	Benjamin Constant	26/01/1965
Guararapes	João Arruda Brasil	23/06/1965
Sertãozinho	-	23/06/1965
Presidente Venceslau	Antônio Marinho de Carvalho	18/08/1965
Novo Horizonte	-	28/10/1965
Descalvado	-	28/10/1965
São Paulo	Prof. Ascendino Reis	11/11/1965
São Paulo	Ministro Costa Manso	2/12/1965
Promissão	-	2/12/1965
São Paulo	Manoel da Nóbrega	2/12/1965
São Paulo	Roldão Lopes de Barros	2/12/1965
Matão	Prof. Henrique Morato	13/12/1965
Santa Fé do Sul	-	4/01/1966
Jales	-	4/01/1966
São Paulo	Brásilio Machado	18/01/1967
São Paulo (Pompéia)	-	18/01/1967
Agudos	Dr. João Batista Ribeiro	18/01/1967
Flórida Paulista	-	24/01/1967
Santo Anastácio	-	27/01/1967

Fonte: (LABEGALINE, 2005).

ANEXO G

Itapopolis, 1.º de setembro de 1911

Ex.ª Sr. D. Secretário do Interior



Tenho o prazer de communicar a S. Ex.ª que, hoje, de- clarei installadas as "Escolas Reunidas de Itapopolis".

Propozho para director das Escolas o Prof Normalista Sr. Julio As- cano Mallet, cujo titulo de nomeação solicito se siga S. Ex.ª mandar expedir.

Estão funcionando seis escolas, tres de cada sexo. Como, porim, o edificio só dispõe de tres salas am- plas e um gabinete, impoz-se a neces- sidade de funcionamento das aulas em dois periodos, facto que sem sobre- carregar de trabalhos o director que, tendo de comparecer no estabelecimento ás 7.¼ da manhã, só pôde retirar-se ás 5 horas da tarde. Nestas condições, hum se vê que a regencia de classe pelo director trará, inelutavelmente sinão sacrificio ao menos al- gum prejuizo ao desempenho de uma das funções, por par- te do esforçado Professor.

E' de toda a conveniencia, visto haver duas escolas vagas de sede, que seja para uma del- las nomeado um professor, su-

Protocolado sob n.º 267 a fls. 380
do livro respectivo.
Secretaria do Interior S. Paulo, 4
de Setembro de 1911
J. C. Silveira Jor



melhor uma professora, a fim de
 que possa o director occupar-se
 exclusivamente da orientação dos
 Professores, da orientação das
 da uniformização das classes e
 serviços de escrita nas "Escolas
 Reunidas", que é muito maior
 que a dos Grupos Escolares.

Q. tem de bom andamento
 das Escolas, se dignaria S. Ex.^a
 autorizar que o director fique sem
 regência de classe, nomeando pro-
 fessor para uma das vagas, já
 existentes.

Sane e Fraternidade

Do Inspector escolar
 Mariano de Oliveira.

ANEXO H

N.º 5.

Itapetininga 14 de Setembro de 1911.

V.ª Ex.ª Sr. Secretario dos Negocios do Interior
do Estado de São Paulo.

De posse do officio, que V.ª Ex.ª se dignou dirigir-me, em data de 5 do corrente, sob o n.º 144, communicando-me, ter sido approvado o acto desta Directoria, contractando o Cidactão Alexandre Marra, para occupar o lugar de servente deste estabelecimento de ensino, sou forcado a pedir a V.ª Ex.ª, se digno mandar declarar, para os devidos fins, que o nome do Cidactão contractado é Alexandre Marra, e não Alexandre Marra como consta da referida communicação.

Saud. e Fraternidade.



SECRETARIA DO INTERIOR
18 SET. 1911
SUB-DIRECTORIA
SÃO PAULO



Julio Arcanjo Mallet
Director das Escolas Reunidas de Itapetininga.

ANEXO I

Ex.^{ma} Sr. J. Secretário do Interior



Communico a S. Ex.^a que desde o dia 23 de agosto, para auxiliarme nos trabalhos materiais de adaptação das escolas reunidas desta Cidade, chamei o Sr. Alexandre Maria Sobrinho para exercer o cargo de porteiro e serrente das escolas, pedindo a S. Ex.^a aprovação do meu acto e que sejam arbitrários os vencimentos que deve o empregado perceber. Repetição para ponderar a S. Ex.^a que funcionam as aulas em dois períodos, pelo que o empregado tem occupação desde 6 da manhã até 6 da tarde, devendo portanto ter vencimento que corresponda a 12 horas de trabalho diário.

Paz e Fraternidade

Itapetininga, 30 de agosto de 1911

SECRETARIA DO INTERIOR

2 SET. 1911
SUB-DIRECTOR
SÃO PAULO



O Inspector escolar
Mariano de Oliveira

Protocolado sob n.º 258 a fls. 379
do livro respectivo.
Secretaria do Interior, S. Paulo, 2 de Setembro de 1911.
João Silveira

ANEXO J

(INFORMAÇÃO)

Secretaria d'Estado dos Negocios do Interior
 2^a Subdirectoria

3^a Secção

N^o 1870

Em 4 de 9 de 1911

Officina e Fazenda em 5-9-11.



O Inspector escolar, encarregado de instalar as escolas rurais de Itapoli, comunica que a 1^o do corrente começaram a funcionar ditas escolas em seus períodos.

Diz haver toda a conveniência em ser nomeado um professor ou uma professora, o que seria melhor, apiem de que o director pro posto professor Julio Accacio qual let possa imprimir perfita orientação na marcha daquellas escolas.

Quanto à nomeação de professor ou professora, depende de apparecer candidato que requeira provimento. Quanto à nomeação de director, poderá a mesma verificar-se, em commissão.

Comunica ainda que desde 23 de Agosto ultimo chamou para seu vente Alexandre Maria Sobrinho, que

se occupa desde 6 horas da manhã
às 6 da tarde. Pode approvadas pa
ra o acto e que sejam arbitrados os ven
cimentos em conformidade com o tem
po de serviço.

Reliz a occas que os serventes
de grupos escolares percebem de 50,000
a 80,000 mensais.

F. de Sá

Visto.
A. Toledo

Visto.
C. Reis

600

SECRETARIA DO INTERIOR
5 SET. 1911
SUB-DIRECTORIA
SÃO PAULO

2. 111
05 SET. 1911
3

ANEXO K

(INFORMAÇÃO)

Secretaria d'Estado dos Negocios do Interior

2ª Subdirectoria

3ª Secção

Nº 1963

Em 18 de 9 de 1911

Com. a Fazenda em 19-9-911

[Handwritten signature]



Solicita a Director das Escolas reunidas de Sta. Jofris que seja rectificado o appellido do servente que foi contratado.

Diz a recça que a communicacao feita ao Thezour se verificou em conformidade com a proposta do inspector escolas que propoz Alexandre Maria Sobrinho.

O sinecto inferna que o servente chama-se Alexandre Marra.

Assim sendo, pedira ser feita a rectificacao pedida.

F. M. Pires

SECRETARIA DO INTERIOR

2ª SUB-DIRECTORIA
SÃO PAULO



Visto
Sub-Director
[Handwritten signatures]